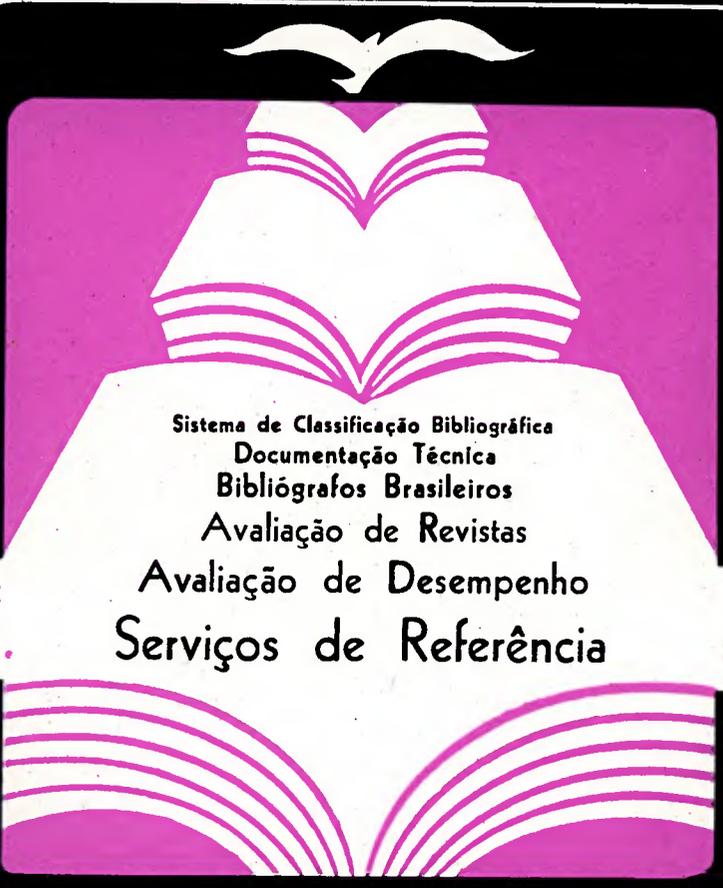


REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 16 NÚMEROS 1/2

JANEIRO/JUNHO

1983



Sistema de Classificação Bibliográfica
Documentação Técnica
Bibliógrafos Brasileiros
Avaliação de Revistas
Avaliação de Desempenho
Serviços de Referência

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
CAMBORIÚ

23 a 28 de Outubro de 1983

cm 1 2 3

Digitalizado
gentilmente por:



11 12 13

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 1981/83:

Antonio Gabriel
Presidente

Ronice Maria Albamonte Arruda
Vice-Presidente

Francisca Pimenta Evrard
Secretária Geral

Ana Maria Rodella Corrêa
Primeira Secretária

Maria de Fátima de Castro F. Zanin de Freitas
Segunda Secretária

Pedro Luiz Martinelli
Primeiro Tesoureiro

Satiko Morita
Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho
Observador Legislativo

Carmina Nogueira de Castro Ferreira
Editora

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Profissional dos Bibliotecários de
Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Riograndense de Bibliotecários
Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais de
São Paulo

Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito
Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará
Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São Carlenses
Associação Paraense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Profissional de Bibliotecários do
Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da
Paraíba

Associação Catarinense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários do Rio Grande
do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários do
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Espírito Santo

Associação de Bibliotecários do Estado do
Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em
Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de
Mato Grosso

Associação dos Bibliotecários de Rondônia
Associação Profissional dos Bibliotecários
de Goiás

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Sergipe

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado de São Paulo

**Revista Brasileira de
BIBLIOTECOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

**Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários**

Editora:

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Secretárias:

**Francisca Pimenta Evrard
Ronice Maria Albamonte Arruda**

Jornalista responsável:

Paulo Arruda Correa da Silva

Tradutora:

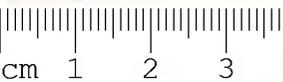
Ana M. Martinelli

**Em convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
Publicação: 4 n.ºs em 2
Número avulso: Cr\$ 2.500,00 (sede da
FEBAB)**

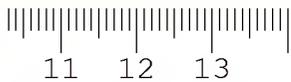
**Assinatura até 1983 (2 fascículos):
Cr\$ 5.000,00**

**Pagamentos em cheque visado pagável
em São Paulo ou ordem de pagamento
em nome da Federação Brasileira de As-
sociações de Bibliotecários, ou ao Banco
do Brasil S/A.**

**Agência 9 de Julho, conta n.º 70.599-3.
Estrangeiro: US\$ 30 dólares.**



Digitalizado
gentilmente por:

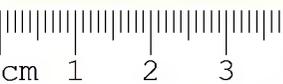


Editorial

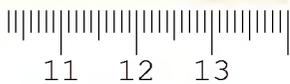
Artigos

- 7 Cecília Alves Oberhofer
Disponibilidade de Serviços de Referência: uma análise crítica
- 24 José Domingos Brito
Sistema de Classificação Bibliográfica: Transportes e Tráfego Urbanos
- 37 Paulo da Terra Caldeira
Bibliógrafos Brasileiros: Levantamento preliminar
- 45 Regina Santos Silva
A Documentação técnica em um centro de processamento de dados
- 57 Silas Marques de Oliveira
Avaliação de desempenho de pessoal em bibliotecas
- 67 Manfredo Gervasi e Roberto Castelo Branco Coelho de Souza
A análise de citações como instrumento de avaliação de revistas
- 71 Equipe da P.T.I.
A arte de obter informação

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 16, números 1/2, páginas 1-125
Janeiro/junho 1983
ISSN 0100-0691



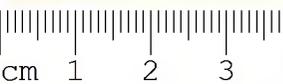
Digitalizado
gentilmente por:



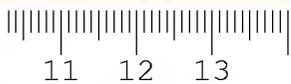
75	Legislação
86	Noticiário
108	Depoimento
110	Homenagem
117	Resenhas
	– Jornada de Documentalistas e Bibliotecários em Paris <i>Carminda Nogueira de Castro Ferreira</i>
	– Congresso Internacional de Informática Jurídica <i>Manfredo Gervasi</i>
123	Guia dos colaboradores

Toda a correspondência para a RBBD
deve ser dirigida à Federação Brasileira
de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitizado
gentilmente por:



CONTENTS

REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

Editorial

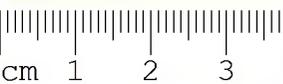
Articles

- 7 Cecília Alves Oberhofer
*The evaluation of vailability of reference services:
state-of-the-art.*
- 24 José Domingos Brito
*A Decimal Bibliographic Classification system applied
to Traffic Engineering*
- 37 Paulo da Terra Caldeira
An identification of brazilians bibliographers
- 45 Regina Santos Silva
The technical documentation: a new approach
- 57 Silas Marques de Oliveira
Performance evaluation of library personnel
- 67 Manfredo Gervasi e Roberto Castelo Branco Coelho de Souza
Citation analysis as a tool in periodicals evaluation

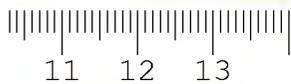
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo
Volume 16, numbers 1/2, pages 1-125

Jan./Jun. 1983

ISSN 0100-0691



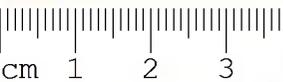
Digitalizado
gentilmente por:



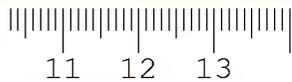
75	Legislation
86	News
108	Points-of-views
117	Congresses Reviews
123	Guide to the collaborators

Quarterly publication
 Single number - US\$ 30.00
 abroad (1982) - US\$ 15.00
 Orders should be placed to

“Federação Brasileira de
 Associações de Bibliotecários”,
 Address - rua Avanhandava, 40, cj. 110
 CEP 01306 - São Paulo - SP - Brazil



Digitalizado
gentilmente por:



Editorial

A partir de um trabalho de pesquisa executado durante o curso de Mestrado sob a orientação da Professora Doutora Neusa Dias de Macedo, Cecília Alves Oberhofer apresenta-nos um artigo interessantíssimo na qual analisa criticamente a adaptação da técnica do Diagrama Ramificado à avaliação da disponibilidade de Serviços de Referência, reformulando modelos e métodos.

José Domingos de Brito descreve o sistema de classificação aplicado à Engenharia de Tráfego, implantado no Centro de Documentação da CET.

Um levantamento preliminar sobre bibliógrafos brasileiros e a importância das compilações bibliográficas iniciadas no Brasil no início do século XIX são os temas do artigo de Paulo da Terra Caldeira.

Regina Santos Silva propõe aos bibliotecários uma atenção especial para a área de Processamento de Dados, tendo em vista os avanços tecnológicos que impulsionam o mercado de informações e os equipamentos de acesso.

O discutido tema “Avaliação de Desempenho” é analisado por Silas Marques de Oliveira referindo-se ao pessoal de bibliotecas. Dois engenheiros escrevem sobre avaliação de revistas. A equipe de bibliotecários da PTI descreve a arte de obter (e fornecer) informações. Legislação, noticiário, depoimentos e uma merecidíssima (e tardia) homenagem a Antônio Gabriel, resenhas de dois importantes eventos...

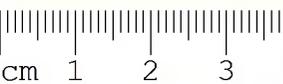
Eis o conteúdo deste número, produto de um trabalho consciente que, com todo o prazer e pouca disponibilidade de tempo, desenvolvemos.

Mas, sejam-nos permitidas algumas considerações, muito a propósito, dirigidas aos críticos que apenas sabem provocar implosões.

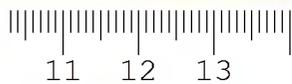
Em Editorial da Revista de Biblioteconomia de Brasília (8(1) jan./jun., 1980), Antonio Miranda assinalava cinco problemas infra-estruturais que criavam (e ainda criam) tremendas dificuldades para a editoração e distribuição de revistas técnicas e científicas nos países em desenvolvimento.

Poder-se-ia esperar que, se esses países estavam então em “desenvolvimento”, ao fim de 3 anos, pelo menos alguns desses problemas tivessem sido atenuados mas, com a RBBB, assim não acontece. Pelo contrário, parece até que se agravaram, levando-nos a pensar mais em “retrocesso” do que em “desenvolvimento”.

Será marca de nossa área profissional ou esses problemas são característicos de outras áreas? Eis uma reflexão que poderia ser feita em conjunto aproveitando o encontro nacional de Camboriú. Na solução de quatro dos problemas assinalados por Antonio Miranda — estrutura administrativa incipiente, estrutura financeira indefinida, sistema de distribuição improvisado, coleta de colaborações — a



Digitalizado
gentilmente por:



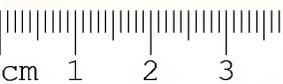
participação individual, a colaboração espontânea dos colegas, a conscientização profissional podem ter um papel capital. Como colaborar nessas soluções? Eis outro item para reflexão conjunta.

Aproveitemos, pois, a oportunidade do XVI CBBB para meditarmos sobre todos estes problemas.

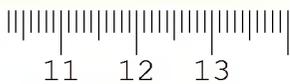
Este número da RDDB, além dos artigos de alto padrão de qualidade e de atualidade, insere um vasto noticiário, maior do que habitualmente: por razões de ordem financeira nosso Boletim mensal deixou de ser publicado. Na divulgação de informações sobre atividades desenvolvidas no campo profissional e social da Biblioteconomia e Documentação, quer pela FEBAB quer pelas associações filiadas, pelas escolas, pelos órgãos da classe, esse boletim mensal é insubstituível. A continuidade de sua publicação também deverá ser discutida durante a Assembléia Geral da FEBAB.

Nosso desejo é que a RDDB continue a ser um espelho do desenvolvimento profissional registrando e divulgando os nomes de nossos colegas que estão trabalhando na delineação de uma nova imagem do bibliotecário brasileiro.

Carminda Nogueira de Castro Ferreira
CRB-8/874



Digitalizado
gentilmente por:



Disponibilidade de serviços de referência: uma análise crítica*

Cecilia Alves Oberhofer**

RESUMO

Discute brevemente o “estado-da-arte” da avaliação de Serviços de Referência. Analisa criticamente a adaptação da técnica do Diagrama Ramificado à avaliação da disponibilidade de Serviços de Referência, reformulando os modelos – Resultados Comportamentais e Fatores Causais – e a metodologia correspondente recentemente testados por KANTOR no projeto LARCOST. Conclui que não há base explanatória para o processo de referência, o que justifique a adaptação dos modelos à avaliação do Serviço de Referência.

ABSTRACT

Discusses briefly the state-of-the-art on the evaluation of reference services. Analyses critically the recently adaptation of the branching diagram technique to the evaluation of availability of reference services. The models and correspondingly methodologies developed and tested by KANTOR in the LARCOST

1. INTRODUÇÃO

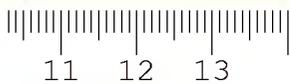
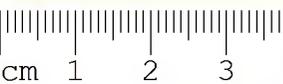
Ao avaliar a efetividade dos Serviços de Referência (S.R.), o critério principal é a satisfação do usuário com relação à resposta fornecida a uma pergunta¹.

Ao considerar os métodos aplicáveis à avaliação da satisfação do usuário em S.R., devemos ter sempre em mente que existem diferentes propósitos e pontos de vista para um programa de avaliação². Quaisquer que sejam, é necessário atender a dois pré-requisitos: (1º) obter uma declaração dos objetivos da atividade a ser avaliada e com elas derivar os objetivos da avaliação e (2º) descrever a atividade em questão.

1º) *Objetivos* – Os objetivos de Serviço de Referência abrangem uma série de atividades destinadas a assistir o usuário a obter a informação desejada. Pode-se defini-lo como “assistência pessoal ao usuário que busca uma informação... Seus

* Trabalho de pesquisa em cumprimento de atividades programadas do Curso de Doutorado, USP/ECA.

** Pesquisador CNPq/IBICT



project were reformulated. It's concluded that due the lack of understanding of reference process nature, there is no explanatory basis wich justifies the use of that techniques in the evaluation of reference services.

serviços podem variar entre a resposta a uma pergunta simples e direta, que não envolve muito tempo ou esforço (pergunta fatuais) e o fornecimento de uma resposta mais complexa, baseada numa busca que requer do bibliotecário/especialista da informação uma competência não só para lidar com as técnicas de manuseio da informação como também conhecimento da área de assunto da pergunta”.³

Dada a variedade de atividades implícita nessa definição, o critério geral acima indicado deve ser aplicado somente na avaliação de questões que *não gerem respostas fatuais*.

2º) *Descrição das Atividades* – Embora não haja uma definição universalmente aceita para o processo de referência, os teóricos da área identificam quatro componentes a ele pertinentes e três atividades principais que atuam sobre aqueles componentes.⁴ (Ver figura 1).

COMPONENTES

Usuários
Perguntas
Bibliotecário
Coleção

ATIVIDADES (ETAPAS)

Entrevista
Estratégia de busca
Seleção da resposta

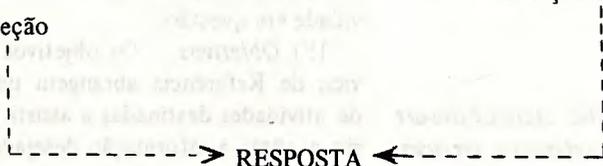
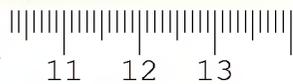
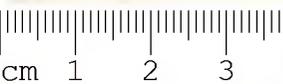


Fig. 1 – Processo de Referência (esquema descritivo)



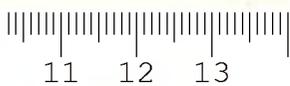
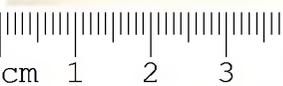
Recentemente, JAHODA & SCHLEK⁵ sintetizaram os diferentes modelos existentes para o processo de referência. Os autores identificam *seis etapas* relativas à seqüência de *decisões* que o bibliotecário deve tomar para fornecer a informação solicitada. A seqüência tem início na recepção da pergunta e finaliza como o fornecimento da resposta: (1) Seleção da mensagem; (2) Negociação da pergunta; (3) Seleção do tipo de fonte; (4) Seleção de *títulos* específicos para a busca; (5) Indexação da pergunta; (6) Busca/seleção da resposta. Esse modelo é análogo ao descrito na Fig. 1, só que mais explícito. Assim "Entrevista" corresponde às etapas (1) e (2); "Estratégia de busca" às etapas (3), (4) e (5).

Qualquer que seja o modelo descritivo adotado, pode-se ver que o processo de referência é semelhante ao processo de

recuperação da informação: suas etapas se processam numa seqüência de interdependência temporal. O sucesso, na realização de cada etapa, vai depender basicamente do desempenho de seus componentes. Assim, a qualidade da entrevista depende não só da habilidade do usuário para explicitar suas necessidades, do tipo de pergunta, mas também do conhecimento profissional e da capacidade do bibliotecário para conduzir a entrevista, isto é, da eficácia do processo de comunicação bibliotecário/usuário. Qualquer falha na entrevista vai impedir o fornecimento da resposta. O mesmo se aplica às demais etapas: em cada uma delas existem barreiras à terminalidade do processo de referência. Essas Barreiras estão associadas a algum tipo de falha, ligada aos componentes de cada etapa (ver Quadro 1)

ETAPAS	BARREIRAS	FALHAS
Negociação (entrevista)	Tipo de pergunta Comunicação	Usuário Bibliotecário
Estratégia	Conhecimento do assunto e do arquivo	Bibliotecário
Recuperação	Coleção (Fontes) Bibliotecário	Cobertura de Atualização Manuseio das fontes

Quadro 1. Barreiras à satisfação do usuário em S.R.



Dada a forte interação entre componentes e etapas, a análise da qualidade da resposta (satisfação do usuário) é o problema maior na avaliação dos Serviços de Referência.

Um dos problemas nesse tipo de avaliação é determinar a *adequação da resposta* fornecida, isto é: é necessário julgar a qualidade da resposta. Esse julgamento pode ser feito pelo próprio usuário ou pelo bibliotecário que forneceu a resposta. Ambas as técnicas têm limitações, uma vez que o bibliotecário pode ser tendencioso ao julgar a qualidade de seu trabalho e o usuário provavelmente julgará a pertinência da informação recebida e não a relevância da resposta com relação à pergunta.

Para obtenção de *medidas diretas* da satisfação do usuário em S.R., os seguintes dados são necessários:

- (a) Nº total de perguntas recebidas;
- (b) Nº de perguntas corretamente respondidas;
- (c) Nº de perguntas respondidas incorretamente (a-b);
- (d) Razões (causas) para falhas ocorridas em (c).

Se dividirmos (b) por (a), obteremos uma *medida geral* de desempenho relativa à capacidade de resposta correta. Essa medida aplica-se à macro-avaliação² da satisfação do usuário. A *micro-avaliação*² utiliza todos os dados indicados acima: (c) e (d) servirão para analisar a medida de desempenho geral, b/a.

Na área de avaliação de serviços bibliotecários, o modelo Nível de Satisfação visa à micro-avaliação da satisfação do usuário na busca de um *documen-*

to específico sem assistência. Esse modelo está associado ao conceito de *Disponibilidade*.

Pode-se definir Disponibilidade como a probabilidade do usuário obter *imediatamente* o documento ou a informação que procura no sistema.

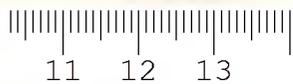
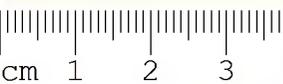
Os métodos para análise de Disponibilidade de documentos foram aperfeiçoados por BUCKLAND⁶ e KANTOR⁷. KANTOR usou a técnica de análise de Diagrama Ramificado para identificação de Barreiras à satisfação do usuário: aquisição, circulação, rotinas da biblioteca e usuário. Esse modelo tem sido aplicado com relativo sucesso no Brasil.^{8,9} Recentemente, SHAW¹⁰ sugere que existem seis barreiras (e não quatro) à satisfação do usuário na busca de um documento específico sem assistência: (1) erro bibliográfico; (2) falha de aquisição; (3) erros no catálogo; (4) falhas de circulação; (5) falhas de biblioteca; (6) falhas de busca. As barreiras (1), (3) e (5) incluem falhas de usuário.

As condições necessárias à análise da Disponibilidade via Diagrama Ramificado são:

- a) identificação de uma seqüência de *Barreiras* à satisfação do usuário totalmente independentes entre si;
- b) elaboração de uma lista para identificação/análise das possíveis falhas associadas àquelas Barreiras.

2. OBJETIVO

Recentemente, KANTOR¹¹ adaptou essa técnica à avaliação de Serviços de Referência. A metodologia proposta pelo



autor foi testada com dados coletados voluntariamente em 16 bibliotecas participantes do projeto LORCOST.

Dada a potencialidade desse tipo de avaliação, o *objetivo* desse trabalho é analisar criticamente aos resultados e procedimentos refletidos no teste metodológico, destacando as potencialidades e limitações existentes.

3. DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

Ao analisar o processo de referência, o autor, como seria previsível, comenta que as etapas do processo *não são claramente independentes*. Segundo sua análise, o processo de referência apresenta *duas seqüências distintas*:

Resultados Comportamentais Análise de Fatores Causais

Os Resultados Comportamentais referem-se a *quem* encerrou o processo (bibliotecário ou usuário) e *como* foi feito esse encerramento. Para a *coleta de dados* foi elaborada uma folha especial, onde o bibliotecário deveria indicar, para cada pergunta processada, um dos possíveis Resultados Comportamentais abaixo:

1. Resposta correta (usuário aparentemente satisfeito);
2. Usuário encerra o processo (desiste);
3. Biblioteca encerra o processo *por*:
 - renegociação da pergunta;
 - referir o usuário a outro sistema (com alta expectativa de sucesso);
 - desistência.

A seguir, (ainda o bibliotecário) deve-

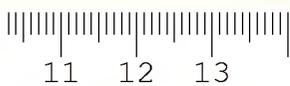
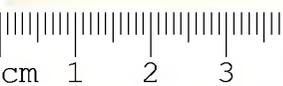
ria assinalar uma das possíveis *causas* para aqueles resultados. (Fatores Causais)

As opções existentes na segunda parte da folha de coleta são indicadas abaixo, fornecendo-se entre parênteses, as *barreiras* a elas associadas:

- a) “Não entendi a pergunta” (Comunicação);
- b) “Não pude pensar numa fonte” (Conhecimento do Bibliotecário);
- c) “Não possuímos a fonte” (Coleção);
- d) “A fonte não tem a informação” (Fonte);
- e) “Informação localizada; usuário não ficou satisfeito” (Usuário).

Como se pode notar, o julgamento de sucesso é efetuado pelo bibliotecário. Embora haja a possibilidade de *tendenciosidade*, o autor justifica a escolha dessa técnica de coleta: “O enfoque deste estudo é detectar a importância relativa dos diferentes *Fatores Causais* e a frequência dos *Resultados Comportamentais*: só o bibliotecário tem a informação específica sobre ambos”.

À primeira vista, é difícil associar os Fatores Causais aos Resultados Comportamentais, isto é, os dados coletados para cada uma dessas análises não refletem uma relação inequívoca entre variáveis incorporadas àquelas análises. A causa pode estar associada aos *diferentes pontos de vista* adotados por KANTOR para descrever o processo de referência (Terminabilidade e Barreiras à satisfação) que não possibilitam – como no modelo aplicado à disponibilidade de documentos⁷ – uma análise integrada. Outra causa pode estar ligada às dificuldades de definir numa se-



quência independente, as Barreiras à satisfação de usuário do S.R. Dada a forte interação entre os componentes e etapas, talvez a técnica do Diagrama Ramificado não se adapte à micro-avaliação dos Serviços de Referência.

Dada a problemática, examinaremos, separadamente, cada uma das técnicas de análise propostas por KANTOR.

3.1. Análise dos Resultados Comportamentais

Os dados coletados para essa análise foram dispostos num diagrama de fluxo (11:47) e estão na Figura 2.

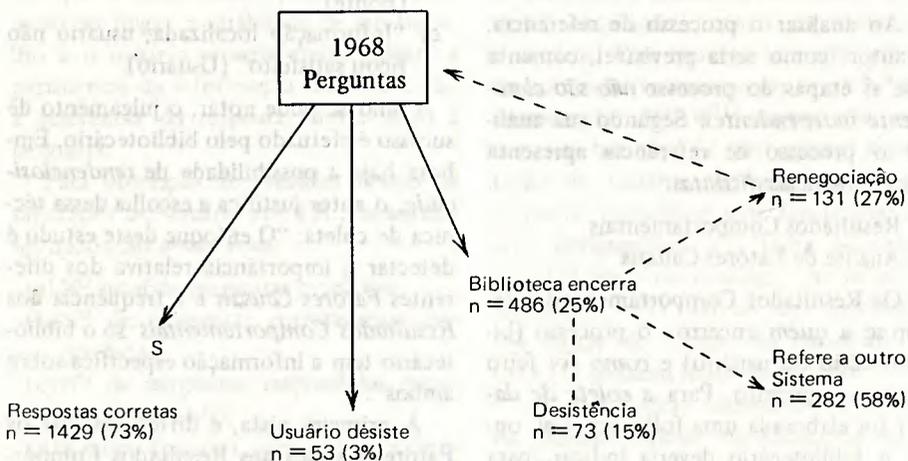


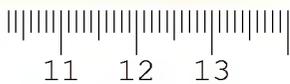
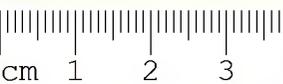
Fig. 2. Análise de Resultados Comportamentais (KANTOR)

3.1.1 Discussão Crítica

Nossa discussão e análise crítica seguem as etapas de Terminalidade, refletidas na Fig. 2:

- a) S (respostas satisfatórias) — Nossa atenção é preliminarmente despertada pelo fato de não haver registro do nº

de perguntas respondidas insatisfatoriamente, e, por não estar explícito o nº de perguntas recebidas. Portanto, falta um componente na seqüência de terminalidade do modelo, a saber: “Resposta fornecida, usuário não ficou satisfeito”. Embora esse dado tenha sido coletado (ver ítem 3) não foi



incorporado à análise de Resultados Comportamentais. Por isso, o nível de satisfação expresso na Figura 2 (73%) está incorreto.

b) Usuário desiste — a segunda seta da esquerda para a direita indica o percentual de usuários que desistiram do processo. Embora essa seja uma forma efetiva de terminalidade, esse resultado é ao contrário do que argumenta o autor, bastante ambíguo. Embora seja fácil registrá-lo não se pode atribuí-lo especificamente a idiosincrasias do usuário ou bibliotecário. Compare-se com os resultados obtidos para Biblioteca Desiste. A *desistência* no processo de referência nos parece diretamente associada à análise do tipo de pergunta e falhas no processo de referência.

c) A última seta nos dá o percentual de transações encerradas *pela biblioteca*, distribuído em 3 sub-categorias (setas pontilhadas) que indicam *como a biblioteca* encerrou o processo: *Renegociação*, *Referência* a outros sistemas e *Desistência*. O exame dessas sub-categorias nos leva ao seguinte questionamento:

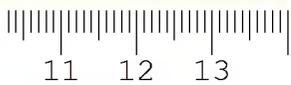
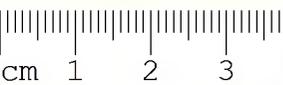
1º) Renegociação — Será a renegociação uma forma efetiva de terminalidade? Examinando o problema, ela ocorre quando o bibliotecário entrega a resposta ao usuário e este a considera *insatisfatória*. Assim, o índice de Renegociação expresso na Fig. 2 reflete, apenas, uma parcela das *respostas insatisfatórias*, provavelmente devido a falhas na entrevista. *Caso o*

usuário queira, um novo processo se reinicia através de renegociação, dando origem a uma *nova pergunta* (5:2-3). Portanto, a Renegociação não é uma forma efetiva de encerramento e, por isso, não deveria estar incluída numa análise de terminalidade geral do processo.

2º) Referência a outros sistemas — essa é uma forma efetiva de terminalidade. Percentuais altos podem indicar que a biblioteca está (i) recebendo perguntas fora do escopo dos serviços; (ii) que a coleção é inadequada ou (iii) incapacidade de bibliotecário, entre outras causas.

A metodologia proposta pelo autor procura julgar a qualidade desse resultado (“referir o usuário a outros sistemas com alta expectativa de sucesso”). Esse julgamento é feito, como já vimos, pelo bibliotecário. Para obter dados objetivos, seriam necessárias indicações sobre a adequação da escolha de outros sistemas e do sucesso com que estes atendem o usuário para lá remetido. Mas isso não seria prático; o mais lógico é lidar com este resultado de “per si”, uma vez que se espera de um profissional responsável uma atitude correta. Caso sejam registradas muitas ocorrências desse tipo, o administrador da biblioteca deverá procurar observar as causas e corrigi-las.

3º) Biblioteca desiste — como já discutimos no item (b), a *desistência* é uma forma efetiva de terminalidade. Entretanto, o registro de *quem* desistiu (usuário ou biblio-



tecário) nos parece bastante ambíguo e de difícil determinação.

3.1.2 Reformulação do modelo

Em *síntese*, a técnica de análise de Resultados Comportamentais é essencialmente uma descrição quantificada dos resultados do processo de referência. Parece evidente que sua seqüência de terminalidade está incorreta e incompleta.

No ítem anterior, foi sugerida a inclusão de um Resultado Comportamental (Respostas insatisfatórias) e a eliminação de outro (Renegociação). Além disso, foi sugerido que os resultados “usuário desiste” e “biblioteca desiste” são dois aspectos de uma modalidade geral de encerramento: *Desistência*.

Além dessas correções, a nosso ver, a análise está *conceitualmente falha*. Se o problema é determinar os possíveis resultados de uma transação de referência, a seqüência correta de terminalidade deveria estar distribuída em duas categorias gerais: *Respostas Fornecidas e Respostas não Fornecidas*. Para fins de análise, cada uma dessas categorias pode ser subdividida nos possíveis Resultados Comportamentais a elas pertinentes. A *Figura 3* reflete a reformulação resultante de nossa análise crítica e está baseada no ponto de vista de *como* o processo foi encerrado, uma vez que o ponto de vista *quem* (bibliotecário ou usuário) exigiria uma explicação (causas) para os resultados da terminalidade.

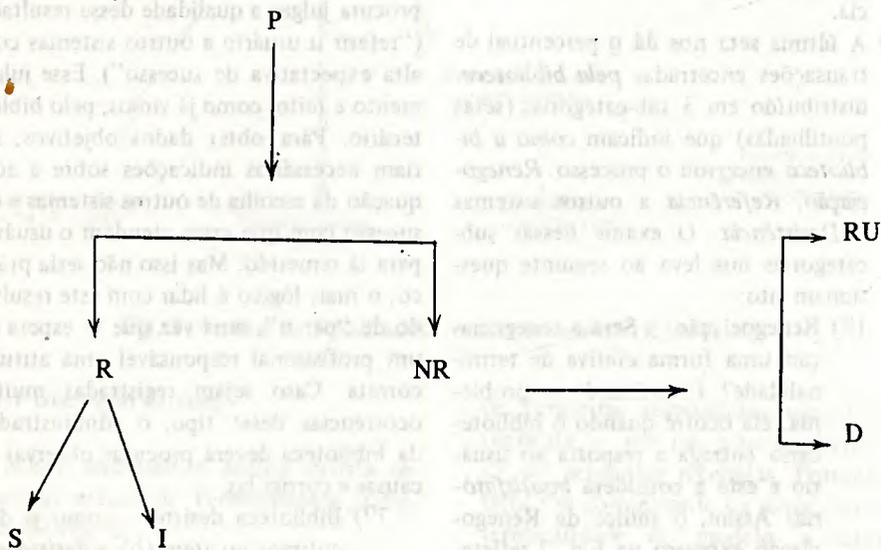
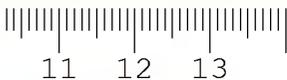
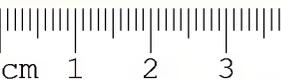


Fig. 3. Diagrama para Análise de Terminalidade em Serviços de Referência (OBERHOFER, C.A.)



P = n^o total de perguntas recebidas

R = n^o de respostas fornecidas, distribuídas em: respostas satisfatórias (S) e respostas insatisfatórias (I)

NR = n^o de respostas não fornecidas, distribuídas em:

RU = (Remete o usuário a outros sistemas) e

D = (desistência da biblioteca ou do usuário)

Ao utilizar esse modelo, seria ideal incorporar o *juízo do usuário* sobre a adequação da resposta (uma entrevista rápida após o atendimento seria suficiente).

A *folha de coleta* para acomodar essas modificações poderia apresentar as seguintes opções:

- 1) Resposta fornecida:
 - a) usuário declarou-se satisfeito;
 - b) usuário não se declarou satisfeito;
- 2) Resposta não fornecida:
 - a) Usuário foi remetido a outro sistema;
 - b) Desistência (do bibliotecário e do usuário);

Voltamos a insistir que a técnica de análise de *Resultados Comportamentais* tem carácter essencialmente descritivo e resulta numa quantificação dos resultados de *terminalidade* do processo de referência. Por isso, suas aplicações práticas são limitadas a estudos de macro-avaliação da satisfação de usuários de S.R. ou à coleta de dados para relatórios desses serviços.

As correções efetuadas vão permitir a obtenção das seguintes *medidas gerais de desempenho*:

SP = capacidade de resposta correta, conforme discutida no ítem 1;

I/P = taxa de erros do Serviço de Referência;

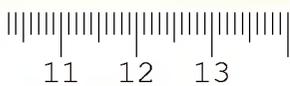
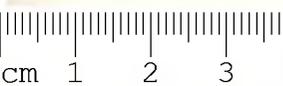
NR/P = taxa de “ruído” no Serviço de Referência.

Para interpretar essas medidas, o administrador dos S.R. deverá levar em consideração que *S/P* é diretamente proporcional à satisfação do usuário: quanto maior o valor de *S/P*, melhor o desempenho do serviço. As medidas *I/P* e *NR/P* são indiretamente proporcionais à satisfação do usuário. Valores altos para *I/P* e *NR/P* indicaram baixa satisfação do usuário e baixa capacidade de resposta.

Em nossa análise crítica, foi possível indicar como lidar *subjetivamente* com a medida *NR/P*. Deve-se notar, entretanto, que essa análise não estaria embasada — dentro da metodologia proposta — em dados especificamente coletados para esse fim. Pela mesma razão, não há como lidar objetivamente com as medidas *S/P* e *I/P*.

3.2 Análise de Fatores Causais

Esse modelo utiliza a técnica de Diagrama Ramificado. A Figura 4 ilustra, com os dados coletados por KANTOR¹¹, os resultados que se obtêm com esse tipo de análise. A medida geral de desempenho, *NS* (Nível de Satisfação), indica que as bibliotecas participantes daquele expe-



rimento são capazes de responder satisfatoriamente e, em média, a 69% das perguntas de referência. Como já discutimos anteriormente, (item 1) essa medida pode ser obtida diretamente pela razão 1429/2062 (total de perguntas corretamente respondidas com relação ao total de perguntas recebidas). Por isso mesmo, a potencialidade da técnica de análise via Diagrama Ramificado está na identificação

de *Barreiras* independentes à satisfação do usuário numa *seqüência correta*. Após a coleta de dados, é então possível obter-se a distribuição numérica de falhas associadas àquelas Barreiras e calcular as medidas parciais de desempenho. Segundo KANTOR, existem 5 (cinco) barreiras à satisfação do usuário no Serviço de Referência: Comunicação, Conhecimento (do bibliotecário) Coleção, Fonte e Usuário (ver Figura 4).

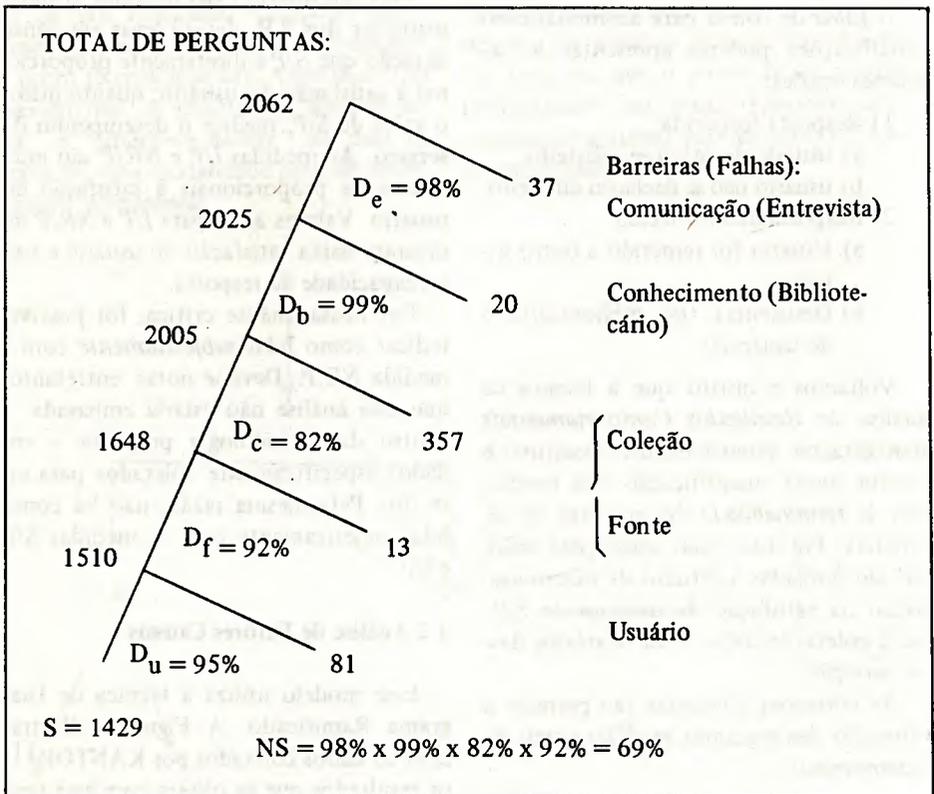
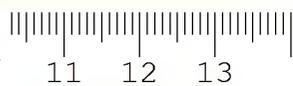
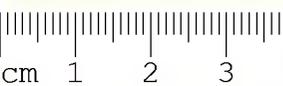


Fig. 4. Disponibilidade de Serviços de Referência; Análise de Fatores Causais (KANTOR¹¹)



3.2.1 Discussão Crítica

Mesmo se aceitarmos como correta a seqüência explicitada na Fig. 4, deveremos, no entanto, atentar para o fato de que, nesse ponto de avaliação, as medidas parciais de desempenho — quaisquer que sejam elas — vão indicar apenas *onde* estão concentradas as falhas, mas não vão explicar o *porque* das mesmas. A análise causal vai exigir, como já indicamos, uma *lista para* análise de falhas associadas a cada Barreira. A nosso ver, a adaptação da técnica do Diagrama Ramificado à avaliação da disponibilidade de Serviços de Referência é *incompleta* devido a essa omissão.

Além disso, a seqüência de Barreiras está *incorreta*: nela há uma mistura de falhas (Barreiras) e causas a elas associadas, conforme discutimos a seguir:

a) a seqüência de KANTOR indica, como terceira e quarta Barreiras, respectivamente: *coleção* (dados obtidos com a pergunta “não temos a fonte”) e *Fonte* (dados obtidos com a pergunta “a fonte não tem a informação”).

É evidente que *Fonte* é um tipo de causa associada a falhas da *Coleção*. Assim, pressupondo-se que o bibliotecário tenha entendido corretamente a pergunta e escolhido a *Fonte*¹² certa, apenas duas opções se aplicam: a biblioteca *possui* ou *não* a fonte. No caso de possuí-la, a mesma poderá estar desatualizada (isto é, não ter a informação procurada).

Dada essa inconsistência, é necessário *eliminar* da seqüência *Análise de Fatores Causais* a etapa FONTE.

b) Existe ainda a possibilidade de ocor-

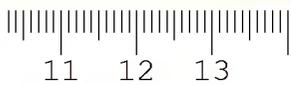
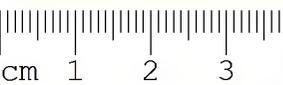
rerem perguntas para as quais não há respostas em fontes de referência¹³. Nesse caso, não é correto incorporá-las ao estudo e penalizar a coleção.

Além disso, esse tipo de pergunta pode levar, dentro da metodologia de coleta proposta por KANTOR, à obtenção de falhas do *Conhecimento* (“Não pude pensar numa fonte”) que não podem ser atribuídas ao bibliotecário. Por isso, é necessário definir, em primeiro lugar, o *tipo de pergunta* que um dado Serviço de Referência pode aceitar.

Parece claro que a *primeira barreira* à satisfação do usuário do Serviço de Referência engloba o conjunto de perguntas cujas respostas são improváveis ou que estão fora do escopo dos serviços da biblioteca. Se o bibliotecário aceitar uma pergunta “irrespondível” não importa o que possa ocorrer nas etapas subseqüentes: não há possibilidade de satisfação. Assim, uma *segunda correção* ao modelo original se faz necessária: a *primeira Barreira*, a que denominaremos SELEÇÃO DA PERGUNTA, *antecede* as demais.

c) a última barreira da seqüência original refere-se a falhas do *Usuário* (coletadas via opção “Resposta correta; usuário não ficou satisfeito”). Este é talvez o *ponto mais fraco* da adaptação da técnica do Diagrama Ramificado ao Serviço de Referência.

Na verdade, o processo de referência *não* é semelhante ao processo de procura de documento sem assistência específica, onde as falhas do usuário ocorrem quando ele não é capaz de encontrar um determinado registro existente para o documento que procura (ex: fichas no ca-



tálogo), ou ainda de encontrar um documento cuja localização na estante está correta. No caso do Serviço de Referência, onde há uma *busca de informação* específica com assistência *não* ocorrem *falhas do usuário* no final do processo, uma vez que ele não age independentemente. A única possibilidade de erros atribuíveis ao usuário acontece no desenrolar da *Entrevista* (ver Quadro 1). Nesse caso, eles são apenas causas de falhas ocorridas numa determinada etapa do processo de referência. Por isso, os valores obtidos por KANTOR para esta categoria (ver Fig. 4) expressam apenas a discordância entre os julgamentos do bibliotecário e do usuário (81 usuários não ficaram satisfeitos, em discordância com o julgamento do bibliotecário). Está claro que estes dados refletem apenas um problema metodológico de coleta de dados e não falhas de usuário.

KANTOR tenta resolver esse problema (julgamento da adequação) (11:49-50) examinando alguns estudos sobre o grau de concordância entre julgamento do usuário e do bibliotecário. Embora seja necessário aprimorar as técnicas de coleta de dados aplicáveis a esse tipo de avaliação, este não é o ponto principal. Como o problema ainda não foi solucionado, o avaliador deve escolher uma das opções (julgamento do usuário ou do bibliotecário) e lidar com os resultados, dentro dos limites de confiabilidade da técnica escolhida.

Dada essas críticas, a última etapa do diagrama ramificado deve ser *severamente rejeitada*.

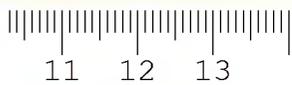
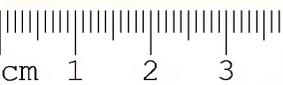
3.2.2 Reformulação do modelo

Em *síntese*, modelo Análise de Fatores Causais é conceitualmente falho e além disso, incompleto. Durante essa análise crítica foi possível indicar algumas *correções* na seqüência de Barreiras à satisfação do usuário do Serviço de Referência.

Dadas estas conclusões, apresentamos na *Figura 5* uma *reformulação* daquele modelo.

A base racional adotada nessa reformulação segue o *Esquema Descritivo* do processo de referência (Figura 1) e incorpora as correções apontadas no item anterior.

Quando o usuário faz uma pergunta ao Serviço de Referência que exija *assistência direta* do bibliotecário, a primeira coisa que importa é que a pergunta possa ser respondida pelo Serviço. Portanto a, **SELEÇÃO DA PERGUNTA** é a *primeira* Barreira à satisfação do usuário no processo de referência. A seguir, para que tudo corra certo, é necessário que haja uma Entrevista eficaz, isto é, que a Negociação leve a uma formação ideal da pergunta. Logo, a *segunda Barreira* no processo de referência é a **NEGOCIAÇÃO**. Resolvida a formulação da pergunta, é necessário que o bibliotecário seja capaz de elaborar uma estratégia adequada, escolhendo as fontes certas¹² para procurar a resposta correta (inclusive referir o usuário a outros sistemas). Assim, a **ESTRATÉGIA** é a terceira barreira à satisfação do usuário no Serviço de Referência.



Disponibilidade de Serviços de Referência: Uma Análise Crítica

Finalmente, se as etapas anteriores forem realizadas corretamente, é necessário ainda que o bibliotecário identifique e selecione, nas fontes escolhidas, a informação solicitada. Portanto, a BUSCA é a quarta e última barreira à satisfação do usuário em Serviços de Referência.

Note-se que no final do processo (fornecimento da resposta) o usuário vai jul-

gar a qualidade da resposta. Caso seja considerada *insatisfatória*, pode ou não haver uma Renegociação, a qual como discutimos, gera uma nova transação, que *reinicia* o processo.

Portanto, uma *pergunta renegociada* deve ser computada como resposta *insatisfatória*.

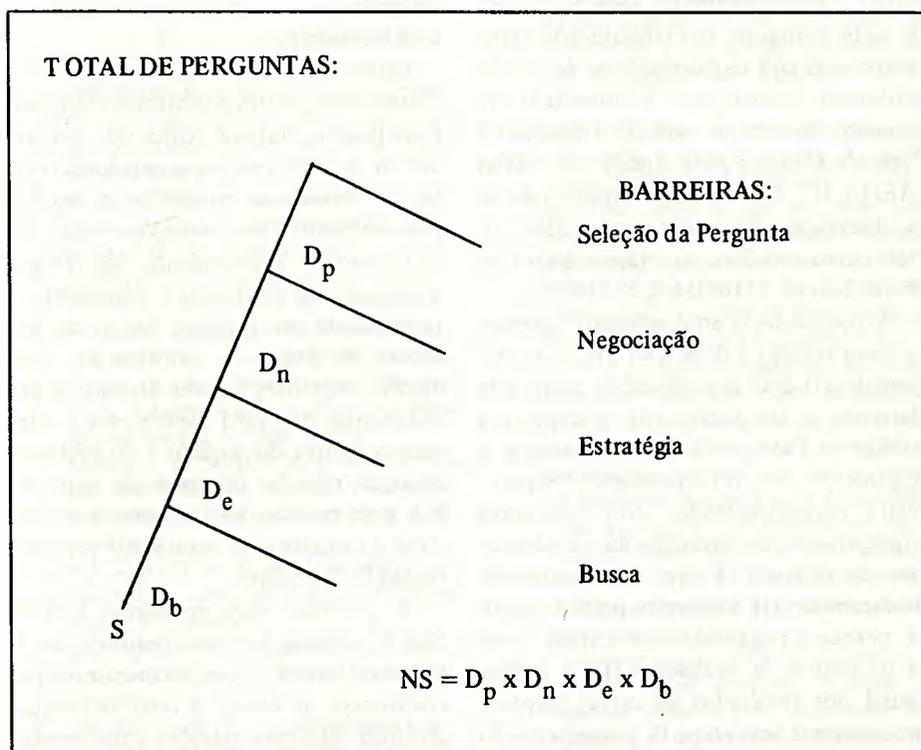
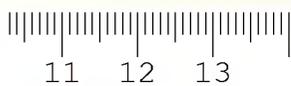


Fig. 5. Disponibilidade de Serviços de Referência OBERHOFER, C.A.



Uma sugestão de *Formulário de Coleta* para a utilização desse modelo está no Anexo I. Esse formulário foi planejado para ser preenchido pelo bibliotecário de referência. Note-se que, na coluna *Resultados*, as opções vão refletir a opinião do bibliotecário (exceto quanto ao julgamento da adequação da resposta, item F) e portanto incorporar um certo grau de tendenciosidade.

Para contornar esse problema e possibilitar a micro-avaliação, após o término de cada transação, um bibliotecário *experiente* analisará os formulários de coleta, atribuindo códigos que exprimem o julgamento de fatores causais, utilizando a *Lista de Códigos para Análise de Falhas* (Anexo II). Essa lista incorpora não só as observações feitas em nossa análise crítica como também as etapas decisórias do modelo de JAHODA & SCHECK⁵.

A metodologia aqui proposta apresenta, com relação à de KANTOR, as vantagens de: (i) definir a seqüência correta de Barreiras à satisfação; (ii) incorporar a análise de Fatores Causais; (iii) utilizar o julgamento de um bibliotecário "expert" (evita tendenciosidade); (iv) incorporar o julgamento do usuário sobre a adequação da resposta. Entre suas limitações, destacam-se: (i) aplicação prática restrita, porque o julgamento do "expert" onera os custos da avaliação; (ii) a análise causal dos resultados de certas etapas é inconsistente (ex: etapa B, primeira opção de Resultados). Provavelmente a causa está associada à forte interação entre os componentes de cada etapa do Processo de Referência. Por isso mesmo, os instru-

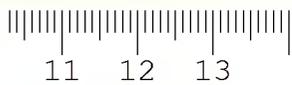
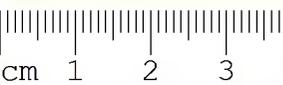
mentos de coleta e análise de dados aqui propostos são apenas *tentativos*.¹⁶

5. CONCLUSÕES

Como resultado da análise crítica aqui efetuada foi possível corrigir os modelos analíticos *Resultados Comportamentais* e *Fatores Causais* de autoria de KANTOR.¹¹ Sugeriu-se que a nossa correção de Resultados Comportamentais pode ser utilizada na macro-avaliação de Serviços de Referência.

Quanto à correção do modelo *Fatores Causais*, que utiliza a técnica do Diagrama Ramificado, embora tenha sido possível definir, a nível teórico, a seqüência correta de Barreira à satisfação do usuário, provavelmente em situações reais elas não ocorram independente. Na verdade, o processo de referência é semelhante ao processo de recuperação, isto é, são processos de busca da informação. Deste modo, diferentes fatores afetam os procedimentos de busca, dentre eles: a estrutura cognitiva do usuário e do bibliotecário; as relações interpessoais entre ambos e as motivações inerentes à necessidade do usuário e à capacidade profissional do bibliotecário.

Ao estudar esses problemas IGWERTSEN¹⁷ coloca a impossibilidade de estruturar, formal e completamente, os procedimentos de busca. A referida pesquisa esclarece algumas relações entre modalidades de busca e tipos de negociação. Embora seus resultados não sejam conclusivos, refletem uma nova linha de análise e pesquisa dirigida à compreensão de variá-



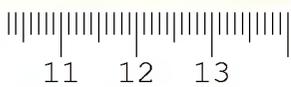
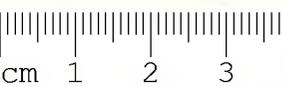
veis que interferem no processo. Esta nova tendência dirige sua atenção a teorias cognitivas, psicológicas e lingüísticas.

Dado que não se conseguiu, até o momento, uma compreensão, aceitável e ge-

neralizada do processo de busca, podemos concluir que a adaptação da técnica do Diagrama Ramificado à análise de Disponibilidade de Serviços de Referência carece ainda da base explanatória necessária à avaliação.

6. NOTAS E REFERÊNCIAS

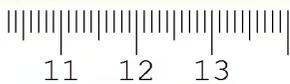
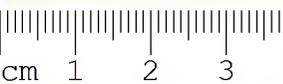
1. LANCASTER, F. W. The evaluation of reference services. In: *The measurement and evaluation of library services*. Washington, Inf. Res. Press, 1977. cap. 3, p. 73-139.
2. OBERHOFER, C. A. Conceitos e princípios para avaliação de sistemas de informação (submetido em jan. 83 à *Ciência da Informação*).
3. ALA & RSD. A commitment to information services: developmental guidelines: *R.Q.*, 15 : 327-28, 1976.
4. SCHMIDT, J. Evaluation of reference service in College Libraries, in New Wales, Australia. In: ALA PRECONFERENCE ON LIBRARY EFFECTIVENESS; State of the art. New York, June 1980. New York, Library Administration and Management Ass./ALA, 1980. p. 272.
5. JAHODA, & SCHLECK, J. *The librarian and the reference queries, a systematic approach*. New York, Academic Press, 1980. p. 2.
6. BUCKLAND, M. M. *Book availability and the library user*. New York, Pergamon Press, 1975. p. 60-9.
7. KANTOR, P. B. Availability analysis. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, 27(5-6) : 311-9, Sept./Oct. 1976.
8. OBERHOFER, C. A. Disponibilidade e acessibilidade... Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) IBICT/UFRJ, p. 16-17, 37-39; 41-42; 48-75; 95-99; *Ci. Inf.*, 10(1) : 47-58, 1981.
9. ANDRADE, A. M. C. de. Análise da disponibilidade de documentos no Centro de Educação Permanente "Prof. Luis Bessa". *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, 10 (2) : 226-51, set. 1981.
10. SHAW Jr., W. M. Longitudinal studies of book availability. In: ALA PRECONFERENCE ON LIBRARY EFFECTIVENESS; State of the Art, New York, June 1980. New York, Library Administration and Management Ass./ALA, 1980. p. 338-45.
11. KANTOR, Paul B. Analysing the availability of reference service. In: ALA PRECONFERENCE ON LIBRARY EFFECTIVENESS; State of the art. New York, June 1980. New York, Library Administration and Management Association/ALA, 1980. p. 137-45; *RQ*, p. 43-52, Fall 1981.
12. Essa questão (escolha da fonte certa pelo bibliotecário) é muito complexa. Na verdade, o profissional pode escolher a fonte que ele *sabe* que existe na coleção a qual pode não ser a fonte certa e sim a mais acessível. Em situação ideal, o bom bibliotecário deverá conhecer as melhores fontes da área de estudo da sua biblioteca. Na prática e, principalmente, em bibliotecas brasileiras, isso não acontece. Acresce-se o fato de que as coleções de referência de nossas bibliotecas são, no mínimo, inadequadas.
13. Entenda-se como fonte de referência, no contexto dessa discussão, qualquer documento utilizado pelo bibliotecário para localizar a informação solicitada pelo usuário.
14. Às bibliotecas interessadas no teste e utilização dessa metodologia, sugere-se entrar em contato com a autora.
17. INGWERSEN, P. Search procedures in the library analyzed form the cognitive point of view. *J. Doc.*, 36(3) : 165-91, Sept. 1982.



ANEXO I
DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA
FORMULÁRIO DE COLETA

DATA: _____ BIBLIOTECÁRIO _____ S
PERGUNTA Nº _____ REVISOR _____ I

PROCESSAMENTO DA PERGUNTA	RESULTADOS/CAUSAS Assinale apenas uma opção para cada etapa à esquerda	CÓDIGO (Não use)
A – Pergunta original (indicar sucintamente o pedido original do usuário): _____ _____	<input type="checkbox"/> Pergunta original claramente definida <input type="checkbox"/> Pergunta fora de escopo da Bt <input type="checkbox"/> Outros (especifique) _____ <input type="checkbox"/> Não se aplica	
B – Pergunta negociada (indicar, quando aplicável, a definição da pergunta após a entrevista): _____ _____	<input type="checkbox"/> Usuário não definiu claramente o pedido <input type="checkbox"/> Não entendi a pergunta <input type="checkbox"/> Outros (especifique) _____ <input type="checkbox"/> Não se aplica	
C – Pergunta processada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Pergunta complexa; resposta exige análise e síntese <input type="checkbox"/> Usuário remetido a outra Bt <input type="checkbox"/> Outros (especifique) _____ <input type="checkbox"/> Não se aplica (PARE)	
D – Estratégia de busca (relacionar títulos e datas das fontes selecionadas para buscar a resposta; indique, a direita de cada título, os cabeçalhos e/ou descritores que pretende consultar): _____ _____ _____	<input type="checkbox"/> A Bt não possui fontes adequadas <input type="checkbox"/> Não pude pensar numa fonte <input type="checkbox"/> Outros (especifique) _____ <input type="checkbox"/> Não se aplica	
E – Seleção da resposta (relacione para cada título listado em D, quando cabível, os cabeçalhos e/ou descritores que você incluiu e/ou alterou durante a busca): _____ _____ _____	<input type="checkbox"/> Melhores resultados com a alteração <input type="checkbox"/> Não consegui identificar cabeçalhos/descriptores mais específicos <input type="checkbox"/> A fonte não tem a informação <input type="checkbox"/> Outros (especifique) _____ <input type="checkbox"/> Não se aplica	
F – Adequação da resposta fornecida	<input type="checkbox"/> Usuário declarou-se satisfeito <input type="checkbox"/> Usuário julgou a resposta insatisfatória e: <input type="checkbox"/> Renegociou a questão <input type="checkbox"/> Desistiu	
G – Caso o usuário tenha julgado insatisfatória a resposta recebida, indique, a razão alegada: _____ _____		



ANEXO II

Lista de Códigos para *Análise de Falhas* no processo de Referência

Os códigos devem ser atribuídos somente em casos de resposta insatisfatória. Verifique, na *Folha de Coleta* o resultado do ítem *E* e assinale *S* (resposta satisfatória) ou *I* (resposta insatisfatória). A seguir, examine atentamente os dados registrados para cada Etapa (A-E) e os resultados a elas relacionados, atribuindo um dos códigos correspondentes.

A/C SELEÇÃO DA PERGUNTA

- P₁¹ = Pergunta irrespondível (complexa)
- P₂ = Pergunta fora do escopo do sistema
- P₃ = Outras ((especifique)

B NEGOCIAÇÃO

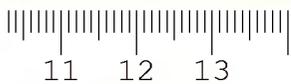
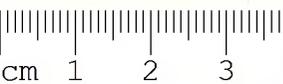
- N₁ = Falha do usuário
- N₂ = Falha do bibliotecário
- N₃ = Outras (especifique)

D ESTRATÉGIA

- D₁ = Seleção inadequada do *tipo* de fonte;
- D₂ = Não foram selecionados os títulos apropriados; a bt possui melhores fontes;
- D₃ = Seleção adequada de tipo e títulos de fontes; as mesmas estão desatualizadas;
- D₄ = A biblioteca não possui fonte(s) adequadas;
- D₅ = Cabeçalhos e/ou descritores escolhidos refletem estratégia de busca muito geral para o tema;
- D₆ = Cabeçalhos e/ou descritores refletem estratégia de busca muito restrita para o tema;
- D₇ = Cabeçalhos e/ou descritores selecionados refletem estratégia inadequada;
- D₈ = Outras (especifique)

E BUSCA

- E₁ = Baixa *exatidão* de respostas selecionadas.
- E₂ = Quantidade de respostas selecionadas *aquém* do potencial de respostas relevantes registradas nas fontes examinadas.
- E₃ = Quantidade de respostas selecionadas *além* do potencial de respostas relevantes registradas nas fontes examinadas.
- E₄ = Outras (especifique)



Sistema de classificação bibliográfica: transporte e tráfego urbano

CDU 025.4:656

José Domingos de Brito*

RESUMO

Demonstração do procedimento adotado na elaboração de um sistema de classificação bibliográfica decimal aplicado à Engenharia de Tráfego (Transportes e tráfego urbanos). O Sistema foi implantado no Centro de Documentação da Companhia de Engenharia de Tráfego-CET.

ABSTRACT

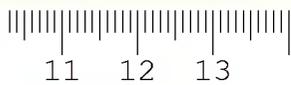
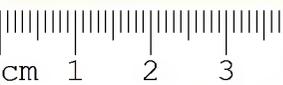
Demonstration of the procedure adopted in the elaboration of a decimal bibliographic classification scheme applied to Traffic Engineering (Urban traffic and transports). The system was designed for the Documentation Centre of the Companhia de Engenharia de Tráfego-CET.

1. APRESENTAÇÃO

Quase todas as bibliotecas especializadas se ressentem da falta de um esquema de classificação próprio, elaborado ou adaptado às suas necessidades. O tratamento superficial que a CDD e a CDU dão a algumas áreas específicas não permite classificar uma grande quantidade de documentos sobre áreas novas/emergentes tais como Meio Ambiente/Ecologia, Informática, Feminismo, Engenharia de Tráfego, etc. Mas, talvez não pudesse ser de modo diferente: trata-se de sistemas universais de classificação; i. é, abrangem o conhecimento universal.

A necessidade de se criar sistemas específicos com estrutura decimal surge

* Bibliotecário e Presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo-APBESP; Chefiou o Centro de Documentação da Companhia de Engenharia de Tráfego-CET de 1976 a 1980. Atualmente é Coordenador de Documentação do Centro de Documentação-CEDOC da Abril Cultural S.A.



na biblioteca aberta, de livre acesso, onde o usuário visualiza todos os livros existentes sobre um mesmo assunto. A idéia não é nova: o Journal of Economic Literature (1) publicou um esquema na área de economia, destinado à classificação de artigos e abstracts, mas que pode ser aplicado a uma biblioteca pequena; na Biblioteca do Metrô de São Paulo foi elaborado o Sistema de Classificação Metroviária, cujo trabalho envolveu especialistas em Biblioteconomia e Engenharia por mais de 2 anos. No Centro de Documentação da Abril Cultural trabalha-se, atualmente, na organização do acervo fotográfico ao mesmo tempo em que se constrói um esquema de classificação universal para fotos.

O esquema ora apresentado foi implantado em 1981 no Centro de Documentação da Companhia de Engenharia de Tráfego-CET — São Paulo.

1.1 Engenharia de Tráfego e Transportes Urbanos

Segundo uma definição do Institute of Transportation Engineers, órgão máximo sobre o assunto nos Estados Unidos, Engenharia de Tráfego “é a fase da Engenharia de Transportes relacionada com o planejamento, projeto geométrico e operações de tráfego das rodovias, suas redes, terminais, e áreas adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, visando proporcionar uma movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias” (2).

Tráfego e transporte urbanos são duas áreas distintas, mas que têm seu desen-

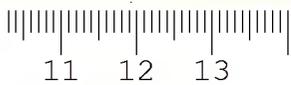
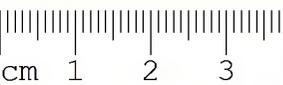
volvimento tecnológico divulgado conjuntamente, ou seja, o grosso do material bibliográfico as tomam como áreas de um mesmo campo de trabalho. Um campo que inclui a engenharia e o planejamento de transportes e tráfego, transportes públicos, policiamento, legislação, segurança e educação de trânsito, pedestres, etc. Esta área conta hoje com, aproximadamente, 150 títulos de periódicos correntes em todo o mundo e mais de 1.000 relatórios técnicos publicados por ano. O número de livros publicados sobre estes assuntos, pode ser estimado em torno de 6.000.

A necessidade destes estudos foi intensificada no Brasil, a partir da construção do Metrô de São Paulo no início da década de 70. Em 1976 a Prefeitura do Município de São Paulo cria a Companhia de Engenharia de Tráfego, empresa de economia mista, para a “prestação de serviços relativos a operação do sistema viário” (3), que desde então vem atuando em São Paulo ao mesmo tempo em que presta serviços à diversas grandes cidades do país. No nível acadêmico, fala-se na aprovação de uma Portaria pelo Conselho Superior de Educação do MEC para instituir a Engenharia de Tráfego como cadeira obrigatória nos cursos de Engenharia, ao nível do ensino público federal.

2. PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO ESQUEMA

2.1 Levantamento da terminologia básica

Terminologia básica é o número de termos levantados até o momento da estru-



turação do esquema. Inicialmente contou-se com 1.200 termos, os quais eram utilizados na classificação do acervo. Devido ao fato de o método de classificação adotado pelo CD ser o "unitermo", muitos dos termos levantados são palavras-chave retiradas do texto. Posteriormente, durante a etapa de estruturação das classes, foram acrescentados uns tantos outros, retirados de esquemas semelhantes e/ou sugeridos pelos técnicos da CET.

2.2 Estruturação das classes

Na estruturação tomou-se o cuidado de definir bem as classes e sub-classes principais de modo a evitar, no futuro, mudanças estruturais no esquema. Foram criadas 8 classes principais que, acreditasse, encerram o universo ligado direta e indiretamente a transportes e tráfego urbanos. Ao contrário do que faz a CDU/CDD, a classe "Generalidades" foi colocada no fim do esquema. Nesta classe o CD colocou todo seu acervo não relacionado com transportes ou tráfego. A classe Transportes (000) corresponde a classe genérica no esquema.

Antes de iniciar o trabalho de estruturação das classes, foram contatadas diversas entidades no exterior e uma em São Paulo com a finalidade de se obter esquemas de seu próprio uso, para se saber quais os tipos de estruturação possíveis nesta área. Destas entidades foram recebidos 7 esquemas, os quais (4) muito ajudaram na definição de uma estrutura mais adequado às necessidades do CD.

2.3 Checagem junto aos técnicos

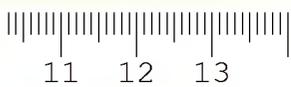
Esta etapa é essencial para se compatibilizar o uso dos termos na Cia.; aperfeiçoar a estrutura do esquema; propiciar um enriquecimento do esquema com a inclusão de novos assuntos; promover o entrosamento do corpo técnico com a organização do acervo. A checagem foi feita através de memorando enviado, juntamente com o esquema, a 9 gerências da Cia., solicitando críticas, sugestões e, principalmente, acréscimo de assuntos. No que se refere a inclusão de novos assuntos no esquema dado, o resultado da consulta foi menor do que se esperava. No entanto, contribuiu para uma melhor definição de algumas classes.

2.4 Implantação simulada

Uma vez concluída a tabela, é recomendável proceder-se a uma classificação simulada do acervo, o que pode ser feito por amostragem. Neste trabalho se verificará se há ou não compatibilidade entre a tabela e o acervo, ao mesmo tempo em que se fazem os retoques finais.

3. REPRODUÇÃO AMPLIADA DO ESQUEMA

Sabendo-se que a tabela representa a ordenação do material nas estantes, ela servirá como um guia de orientação ao usuário; tanto como para informar sobre o conteúdo do acervo, como para indicar o local de um determinado assunto. Para isto é necessário elaborar uma tabela am-



pliada, contendo o 1.º e 2.º sumário do sistema. Esta tabela pode ser feita, originalmente, em papel vegetal (medida aproximada: 1.40m x 1.0m alt.) e reproduzida pelo sistema heliográfico. As cópias devem ser colocadas em locais estratégicos da biblioteca, proporcionando boa visibilidade ao usuário.

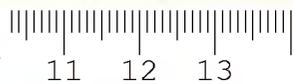
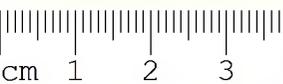
4. CONCLUSÃO

O esquema foi elaborado para resolver um problema do CD; i.é, ordenar o acervo de um modo sistemático. Isto significa que ele como está, tem uma ampliação particular. Porém, não significa que não possa ser utilizado por outras bibliotecas especializadas na área ou áreas correlatas.

Alterações com acréscimos e correções deverão surgir no sentido de um aperfeiçoamento. Esta é a segunda finalidade de sua divulgação; a primeira é se constituir numa contribuição à área da biblioteconomia especializada.

5. FONTES CONSULTADAS

1. Journal of Economic Literature 7(1): 124. mar. 1969.
2. IPR (Instituto de Pesquisas Rodoviárias) – Trabalhos técnicos do IPR/DNER na área de segurança de tráfego. Publ. n.º 610. Rio de Janeiro, 1976.
3. Diário Oficial do Município (SP) de 29/05/76 – Lei n.º 8394 de 28/05/76.
4. Subject categories for TRRL publications. Transport and Road Research Laboratory. Department of the Environment, Berkshire, England 1979.
- Classification Scheme of JHK & Associates Technical Library. USA, 1979.
- Classification Schedule of the Transportation Research Board. US Department of Transportation. 1978.
- IRRD Subject Fields or Classifications. International Road Research Documentation. OECD, Paris.
- Revised HRIS Subject Areas. Highway Research Information Service. USA (National Research Council), 1979.
- Classification Schedule of the International Co-operation in the Field of Transport Economics-ICTED. França.
- Sistema de Classificação em Engenharia de Tráfego. Centro de Documentação do Departamento de Planejamento de Tráfego da Companhia do Metropolitano de São Paulo. 1976.



SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA TRANSPORTES E TRÁFEGO URBANOS

SUMÁRIO

000 TRANSPORTES

100 TRANSPORTE URBANO

200 TRÁFEGO

300 ELEMENTOS DO TRÁFEGO

400 EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

500 SEGURANÇA DE TRÁFEGO

600 FISCALIZAÇÃO & LEGISLAÇÃO

700 PLANEJAMENTO URBANO

800 VAGO

900 GENERALIDADES

QUADRO DAS DIVISÕES PRINCIPAIS

000 TRANSPORTES

010 História dos Transportes

020 Administração & Política

030 Planejamento de Transportes

040 Economia de Transportes

050 Engenharia de Transportes

060 Meios de Transportes

070 Terminais e Instalações

080 Energia para os Transportes

090 Estudo & Ensino Profissional

100 TRANSPORTE URBANO

110 Organização & Administração

120 Planejamento de Transporte Urbano

130 Economia do Transporte Urbano

140 Transporte Público

150 Ônibus

200 TRÁFEGO

210 Engenharia de Tráfego

220 Organização & Administração

230 Planejamento de Tráfego

240 Fluxo de Tráfego

250 Operação de Trânsito

260 Controle de Tráfego

270 Semáforo

280 Sinalização

300 ELEMENTOS DO TRÁFEGO

310 Via

320 Pedestre & Motorista

330 Veículo

340 Duas Rodas

350 Estacionamento

400 EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

410 Organização & Administração & Economia

420 Educação de Trânsito na Escola

430 Treinamento

440 Técnicas de Avaliação

500 SEGURANÇA DE TRÁFEGO

510 Administração & Planejamento & Economia

520 Prevenção de Acidentes

530 Acidentes

540 Medicina de Trânsito

550 Dispositivos de Segurança

600 FISCALIZAÇÃO & LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

610 Fiscalização

620 Policiamento de Trânsito

650 Legislação de Trânsito

660 Jurisprudência

700 PLANEJAMENTO URBANO

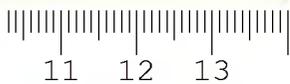
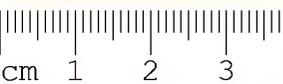
710 Uso do Solo

780 Viagem

790 Sociologia & Psicologia & Ergonomia

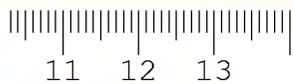
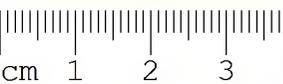
800 VAGO

900 GENERALIDADES



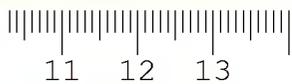
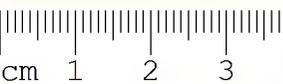
TABELA

000 TRANSPORTES	.1 Alocação de Recursos
.1 Teoria	042 Investimento
.8 Meio Ambiente	.1 Avaliação
.9 Legislação	.2 Retorno
010 História dos Transportes	.3 Receita/Despesa
011 Transportes na Antiguidade	043 Custos
013 História do Automóvel	.1 Análise Custo-Benefício ;
014 História da Ferrovia	.2 Custos Operacionais
015 História da Aviação	044 Estudos Teóricos
016 História do Transporte Marítimo	.1 Valor do Tempo
017 História dos Transportes Públicos	.2 Road Price
018 Tendências Futuras	045 Estatística Aplicada
020 Administração & Política	046 Marketing
021 Administração dos Transportes	047 Taxas
.1 Empresas de Transportes	.1 Pedágio
022 Política de Transportes	048 Subsídios
023 Estatística	050 Engenharia de Transportes
029 Sistemas de Informação	051 Engenharia Rodoviária
030 Planejamento de Transportes	052 Tecnologia dos Transportes
.1 Simulação	.1 Tecnologia Nacional
031 Sistemas de Transportes	060 Meios de Transportes
.1 Rêdes de Transportes	061 Rodoviário
032 Geografia dos Transportes	.1 Coletivo
.1 Transporte Regional	.2 Cargas
033 Pesquisa & Levantamento	062 Ferroviário
.1 Pesquisa Origem-Destino	.1 Urbano
.2 Recursos Disponíveis	.2 Suburbano
.3 Necessidades da Comunidade	064 Hidroviário
.4 Estudo Antes-Depois	.1 Fluvial
034 Participação Comunitária	.2 Marítimo
035 Horário Flexível de Trabalho	065 Aéreo
036 Planos e Projetos Localizados (PAITT, SISTRAN' etc.)	066 Meios não Convencionais
037 Uso de Computadores	070 Terminais e Instalações
038 Pesquisa Operacional	071 Terminal Urbano
040 Economia dos Transportes	.1 Ônibus
041 Financiamento	.2 Cargas
	072 Terminal Rodoviário
	.1 Passageiros
	.2 Cargas

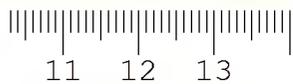
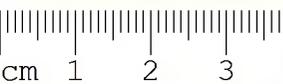


Sistema de Classificação Bibliográfica: Transportes e Tráfego Urbanos

- 073 Terminal de Transferência
- 074 Terminal Marítimo
- 080 Energia para os Transportes
- 081 Crise Energética
- 082 Consumo de Combustível
- 083 Aspecto Econômico
- 084 Petróleo
 - .1 Crise do Petróleo
 - .2 Custos
 - .3 Produção
 - .4 Derivados
- 085 Alcool
- 086 Fontes Alternativas
- 090 Estudo & Ensino Profissional
- 091 Ensino de Transportes e Tráfego
 - .1 Cursos
 - .2 Curricula
- 092 Ética Profissional
- 093 Mercado de Trabalho
 - .1 Salário
- 094 Associações de Classe
 - .1 Nacionais
 - .2 Estrangeiras
- 100 TRANSPORTE URBANO
 - .1 Tecnologia
- 110 Organização & Administração
- 111 Administração
 - 111.1 Organização de Frotas
 - .2 Regulamentação
 - .3 Estatística
- 112 Política de Transporte Urbano
- 119 Sistemas de Informação
- 120 Planejamento de Transporte Urbano
- 121 Modelos de Planejamento
 - .1 Estudos de Simulação
- 122 Demanda de Transportes
- 123 Sistemas de Transportes
 - .1 Análise
- 124 Integração de Transportes
 - .1 Metrô-Ônibus
 - .2 Metrô-Ferrovia
- 125 Operação
 - .1 Transferência Modal
- 126 Redes de Simulação
- 130 Economia do Transporte Urbano
- 131 Financiamento
 - .1 Alocação de Recursos
- 132 Investimento
 - .1 Avaliação
 - .2 Retorno
 - .3 Receita/Despesas
- 133 Custos
 - .1 Análise Custo-Benefício
 - .2 Custos Operacionais
- 134 Estudos Teóricos
 - .1 Valor do Tempo
- 135 Estatística Aplicada
- 136 Marketing
- 137 Tarifa
- 138 Subsídios
- 139 Energia
- 140 Transporte Público
 - .1 Operação
- 141 Administração
 - .1 Frota
- 142 Política
 - .1 Planejamento
 - .1 Comparação Modal
 - .2 Escolha Modal
 - .3 Divisão Modal
 - .4 Demanda
- 144 Economia
 - .1 Financiamento
 - .11 Alocação de Recursos
 - .2 Investimento
 - .21 Avaliação

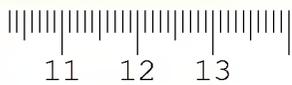
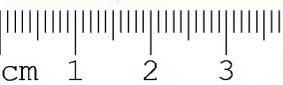


- | | | | |
|--------|---------------------------------------|-----|---------------------------------------|
| 22 | Retorno | 1 | Administração |
| 23 | Receita/Despesas | 11 | Frota |
| 3 | Custos | 2 | Política |
| 31 | Análise Custo-Benefício | 3 | Planejamento |
| 144.32 | Análise Custo-Benefício | 31 | Comparação Modal |
| 4 | Estudos Teóricos | 32 | Escolha Modal |
| 41 | Valor do Tempo | 33 | Divisão Modal |
| 5 | Estatística Aplicada | 34 | Demanda |
| 6 | Marketing | 35 | Planos Integrados |
| 7 | Tarifa | 4 | Economia |
| 71 | Sistema de Arrecadação | 41 | Financiamento |
| 711 | Automática | 42 | Investimento |
| 712 | Bloqueio (Catraca) | 43 | Custos |
| 8 | Subsídios | 431 | Análise Custo-Benefício |
| 145 | Meios de Transporte Público | 432 | Custos Operacionais |
| 1 | Metrô | 44 | Tarifa |
| 2 | Taxi | 150 | Ônibus |
| 3 | Bonde | 1 | Padronização |
| 4 | Novos sistemas | 2 | Tecnologia |
| 41 | Personal Rapid Transit | 5 | Garagem |
| 42 | Automated Guideway Transit | 6 | Manutenção |
| 146 | Transportes Especiais | 7 | Indústria |
| 1 | Deficientes Físicos | 71 | Mercado |
| 2 | Idosos | 8 | Rede |
| 3 | Escolares | 151 | Operação de Ônibus |
| 4 | Crianças | 1 | Programação (Schedule) |
| 147 | Paratransporte Coletivo (Paratransit) | 2 | Circulação de Ônibus |
| 1 | Carona | 21 | Itinerário |
| 11 | Car Pool | 211 | Linha |
| 12 | Van Pool | 5 | Controle |
| 13 | Car Sharing | 51 | Dispositivos de Controle |
| 2 | Dial-a-Bus (ou Dial-a-Ride) | 6 | Otimização |
| 3 | Shuttle-Bus | 7 | Comboio de Ônibus Ordenados (COMONOR) |
| 148 | Transporte de Carga | 152 | Controle |
| 1 | Mercadorias | 1 | Controle Central |
| 2 | Cargas Perigosas | 2 | Fiscalização dos Serviços |
| 3 | Cargas Superdimensionadas | 3 | Dispositivos de Controle |
| 149 | Transporte Coletivo | 153 | Tipos de Ônibus |
| | | 1 | Urbano |

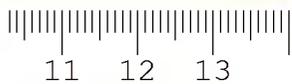
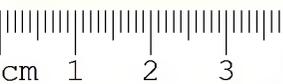


Sistema de Classificação Bibliográfica: Transportes e Tráfego Urbanos

11	Expresso	240	Fluxo de Tráfego
12	Trólebus	241	Volume/Capacidade
13	Articulado	242	Velocidade
14	Executivo	243	Congestionamento
2	Intermunicipal	244	Restrições de Tráfego
3	Interestadual	245	Prioridades de Tráfego
4	Micro-Ônibus	1	Ônibus
5	Ônibus de Dois Andares (Double-Decker Bus)	2	Veículos de Alta Ocupação
6	Ônibus com Reboque	246	Supervisão do Desempenho do Tráfego
7	Ônibus Escolar	1	Posto Avançado de Controle (PAC)
8	Ônibus Oficina	250	Operação de Trânsito
200	TRÁFEGO	251	Desvio de Tráfego
1	Teoria	1	Obras na Via
2	Tráfego Rodoviário	2	Acidentes na Pista
3	Tráfego Urbano	252	Operações Especiais
210	Engenharia de Tráfego	1	Jogos
1	Engenharia de Campo	2	Festividades
220	Organização & Administração	3	Comemorações
221	Aspecto Econômico	4	Cargas Superdimensionadas
1	Custos Gerais	5	Escolta
2	Custo do Congestionamento	253	Operações de Emergência
3	Financiamento	1	Enchentes
4	Investimento	2	Incêndio.
222	Estatísticas Básicas	254	Operações Normais
223	Estrutura Orgânica (DSV, DETRAN, CONTRAN, etc.)	1	Ronda
224	Sistemas de Informações	2	Corredor
230	Planejamento de Tráfego	3	Revisão de Semáforos
231	Previsão/Demanda	255	Equipamentos e Instalações para Operação
232	Alocação/Distribuição	260	Controle de Tráfego
233	Pesquisa/Levantamento	262	Telecomunicações
1	Contagem	1	Telemetria
2	Aerofotografia	2	Telefonia
234	Otimização de Tráfego	3	Radiofonia
235	Modelo/Simulação de Tráfego	4	Comando Central
236	Estudos Teóricos	263	Controle de Velocidade
1	Retardamento de Tráfego	1	Limite de Velocidade
2	Escolha de Rota	2	Deteção de Velocidade
237	Estatística Aplicada		

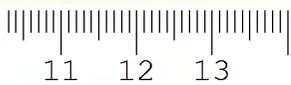
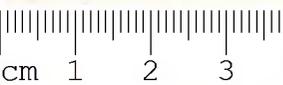


3	Dispositivos para redução de Velocidade	4	Serviços
31	Mini-Rotatória	288	Visibilidade
32	Tachão	289	Equipamentos & Instrumentos
33	Begonia	1	Sinalização Reflexiva
264	Estratégias de Controle de Tráfego	2	Material para Placas
1	Controle de Tráfego em Área	3	Suportes para Sinalização
2	Controle de Tráfego em Corredor	300	ELEMENTOS DO TRÁFEGO
3	Onda Verde	310	Via
265	Dispositivos de Controle (Traffic Control Devices)	311	Sistema Viário
270	Semáforo (Signal)	1	Rede Viária
271	Controle Central/Rede de Semáforos	2	Anel Viário
272	Sistemas de Controle	3	Projeto Viário
273	Programação de Semáforos	4	Classificação Viária
1	Sincronização	312	Projeto Geométrico
2	Coordenação	1	Traçado de Curvas
274	Semáforo de Tempo Fixo	2	Técnicas de Projeto
275	Semáforo Atuado	313	Capacidade Viária
1	Pelo Ônibus	314	Pavimentação
2	Pelo Tráfego	315	Junções
3	Pelo Pedestre	1	Interseção
280	Sinalização (Sign)	11	Sinalizada
1	Urbana	2	Rampa
2	Rodoviária	3	Rotatória
281	Normas Oficiais	4	Passagem de Nível
282	Sinalização Vertical	5	Retorno
1	Regulamentação	316	Tipos de Via
2	Advertência	1	Principal
3	Orientação	2	Arterial
4	Educativa	3	Ponte
5	Serviços (Hospital, Escola, etc.)	4	Tunel
283	Sinalização Horizontal	317	Vias Especiais
285	Sinalização de Segurança	1	Ciclovía
286	Sinalização de Obras	2	Faixa Exclusiva de Ônibus
287	Sinalização para Pedestres	3	Via Expressa
1	Advertência	4	Alta Ocupação do Veículo
2	Orientação	320	Usuário do Trânsito (Motorista & Pedestre)
3	Educativa	321	Travessia de Pedestre
		322	Circulação de Pedestre
		323	Segurança

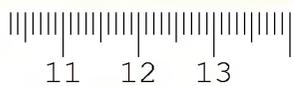
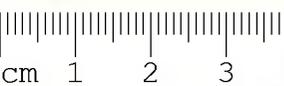


Sistema de Classificação Bibliográfica: Transportes e Tráfego Urbanos

- | | | | |
|-----|------------------------------------|-----|--|
| 1 | Pedestre | 4 | Procedimentos |
| 2 | Motorista | 342 | Motocicleta |
| 324 | Comportamento do Pedestre | 343 | Motociclista |
| 325 | Motorista | 344 | Bicicleta |
| 1 | Ônibus | 350 | Estacionamento |
| 2 | Caminhão | 351 | Organização & Administração |
| 3 | Ciclomotores | 1 | Localização |
| 326 | Comportamento do Motorista | 2 | Regulamentação |
| 327 | Comportamento do Motociclista | 3 | Vigilância |
| 330 | Veículo | 4 | Legislação |
| 1 | Custo Operacional | 352 | Planejamento |
| 2 | Indústria | 1 | Capacidade |
| 332 | Mecânica & Manutenção | 2 | Uso do Solo |
| 333 | Frota de Veículos | 353 | Economia |
| 334 | Ocupação do Veículo | 1 | Sistema de Arrecadação (Tarifa) |
| 335 | Propriedade (Car Ownership) | 2 | Financiamento |
| 1 | Índice de Motorização | 3 | Investimento |
| 336 | Projeto & Segurança | 354 | Operação & Controle |
| 1 | Estabilidade | 1 | Fluxo Entrada/Saída |
| 2 | Frenagem | 2 | Disposição das Vagas |
| 3 | Visibilidade | 355 | Estacionamento Fora da Via (Garagem) |
| 4 | Conforto | 1 | Edifício |
| 5 | Testes de Impacto | 2 | Subterrâneo |
| 337 | Luzes Externas | 3 | Lotes Fechados |
| 1 | Farol | 356 | Estacionamento na Via |
| 2 | Luz Traseira | 2 | Kiss and Ride |
| 338 | Alimentação do Veículo | 3 | Regulamentado em Via |
| 1 | Veículo Elétrico | 31 | Zona Azul |
| 2 | Movido a Alcool | 32 | Carga & Descarga |
| 3 | Movido a Gasolina | 33 | Casos Especiais |
| 339 | Tipos de Veículos | 4 | Proibido na Via |
| 1 | Automóvel | 357 | Estacionamento Vinculado (Park and Ride) |
| 2 | Caminhão | 358 | Estacionamento para Outros Veículos |
| 3 | Trailer | 1 | Caminhão |
| 340 | Duas Rodas (Motociclos e Biciclos) | 2 | Duas Rodas |
| 341 | Segurança | 3 | Ônibus |
| 1 | Capacetes de Segurança | | |
| 2 | Vestuário | | |
| 3 | Dispositivos | | |

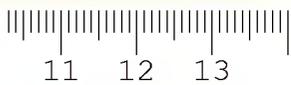
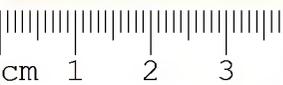


359	Outros Tipos de Estacionamento	3	Aquaplanagem
1	Shopping Center	526	Direção Defensiva
2	Aeroporto	530	Acidentes
3	Campus Universitário	531	Aspectos Gerais
400	EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	1	Ponto Negro
410	Organização & Administração & Economia	2	Propensão & Predisposição
411	Planejamento	532	Registro de Acidentes
412	Campanhas de Educação	533	Classificação
1	Travessia de Pedestres	534	Localização
2	Publicidade Preventiva	535	Deteção
3	Filmes	536	Investigação
413	Aspecto Econômico	537	Análise
1	Custos	538	Colisão
2	Recursos	1	Com Veículos Diferenciados
420	Educação de Trânsito na Escola	2	Com Objetos na Via
421	Aspectos Gerais	539	Estatística de Acidentes
422	Cursos & Programas	540	Medicina de Trânsito
430	Treinamento	541	Aspectos Gerais
431	Simulador de Direção	1	Exame Médico
432	Treinamento de Operadores	2	Equipamentos
433	Auto-Escola	542	Fadiga & Sonolência
440	Técnicas de Avaliação do Resultado	543	Ferimento & Morte
500	SEGURANÇA DE TRÁFEGO	544	Serviço de Emergência
510	Administração & Planejamento & Economia	545	Alcool
511	Planejamento	546	Drogas
512	Economia	549	Equipamentos & Instalações
1	Financiamento	1	Ambulância
2	Custos Gerais	550	Dispositivos de Segurança
3	Custos de Acidentes	1	Defensas
520	Prevenção de Acidentes	2	Barreira de Segurança
521	Campanha Publicitária	3	Iluminação Viária
522	Cinto de Segurança	600	FISCALIZAÇÃO & LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO
523	Distância de Frenagem	610	Fiscalização
524	Iluminação	611	Administração & Planejamento
525	Visibilidade	1	Relações Humanas
1	Visibilidade Noturna	612	Operação & Controle
2	Ofuscamento Solar	1	Patrulha
		2	Guinchamento
		613	Infração de Trânsito



Sistema de Classificação Bibliográfica: Transportes e Tráfego Urbanos

614	Treinamento	2	Poluição Sonora
615	Equipamentos	705	Comunicação Visual
620	Policiamento de Trânsito	1	Transportes
621	Estrutura & Organização	709	Área Metropolitana
622	Multas de Trânsito	1	Regiões Metropolitanas
650	Legislação de Trânsito	780	Viagem
651	Código Nacional de Trânsito	781	Modos de Viagem
1	Regulamentação	782	Geração de Viagem
2	Resoluções do CONTRAN	783	Demanda de Viagem
652	Habilitação	1	Urbana
1	Exame	2	Suburbana
2	Carteira de Habilitação	784	Comportamento (Desempenho)
653	Legislação sobre o Veículo	785	Simulação
654	Acidentes	786	Tempo de Viagem
1	Delito de Trânsito	787	Viagem Pendular
655	Seguro de Veículos	1	Trabalho
660	Jurisprudência	2	Compras
700	PLANEJAMENTO URBANO	3	Escolar
1	Desenvolvimento Urbano.	4	Recreativa
701	Zoneamento e Uso do Solo	788	Viagem Domiciliar
1	Desapropriação	789	Viagem Externa
2	Impacto	790	Sociologia & Psicologia & Ergonomia
3	Legislação	791	Aspecto Sociológico dos Transportes e Tráfego
702	População & Habitação	792	Aspecto Psicológico
1	Habitação	793	Ergonomia
2	Migrações	1	Interface Homem-Máquina
703	Urbanismo	2	Dados Antropomórficos
1	Rua de Lazer	794	Pesquisa
2	Jardinagem	1	Pesquisa de Opinião
3	Arquitetura	2	Pesquisa de Caracterização
4	Preservação Ambiental	3	Reação do Público
5	Calçadão	800	VAGO
6	Área de Pedestres	900	GENERALIDADES
704	Impacto no Meio Ambiente		
1	Poluição do Ar		



Bibliógrafos brasileiros: levantamento preliminar

CDU : 015(81)

Paulo da Terra Caldeira**

RESUMO

Discute a importância das compilações bibliográficas iniciadas no Brasil em 1835 com a lista de Obras de medicina publicadas no Rio de Janeiro no decurso de 1834. Pretende identificar os autores brasileiros que compilaram quatro ou mais bibliografias utilizando-se, para isto, das bibliografias brasileiras de Antônio Simões dos Reis e de Bruno Basseches, chegando-se a um total de cinquenta e três autores.

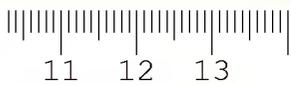
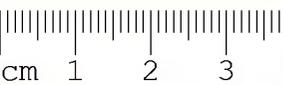
ABSTRACT

It describes the importance of bibliographies whose compilation started in Brazil in 1835 with the list Obras de medicina publicadas no Rio de Janeiro, no decurso de 1834. This work intends to identify Brazilian authors who compiled four or more bibliographies published in the country. A Brazilian bibliography of bibliographies compiled by Antônio Simões dos Reis and another one by Bruno Basseches were used as a means to reach a total of 53 bibliographers.

A criação da imprensa no Brasil em 1808 coincide com a Fase da Bibliografia, classificada pela professora Louise Noelle Malchès (1) como período Técnico e Profissional, subdividido em Período Artesanal (1810-1914) e Período Técnico (após 1914). Em 1808, começam a ser impressos os primeiros livros no país, mas os repertórios que registram obras de autores estrangeiros que escreveram sobre o Brasil apontam trabalhos publicados desde 1504. Entretanto, nestes três séculos o que se produziu no país foi editado no exterior.

Pode-se, portanto, imaginar o movimento editorial no Primeiro Reinado como uma indústria florescente, quando os intelectuais e escritores deixam de enviar seus originais para publicação em Lisboa e em outros países europeus para editá-los aqui. Os *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a*

** Professor Adjunto da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ



1822 (2) e seu *Suplemento* (3) atestam o desenvolvimento do mercado editorial deste período.

É após a criação da imprensa no Brasil que começam a surgir, modestamente, como registra Simões dos Reis, (4) as primeiras listas de obras impressas no país e é também a partir de 1835*, que se pode estabelecer o marco inicial para o levantamento dos bibliógrafos brasileiros. Entende-se por bibliógrafo uma pessoa que tenha compilado uma ou mais bibliografias sobre determinado assunto ou outros instrumentos bibliográficos como guias, catálogos, índices, os quais, segundo José Honório Rodrigues (5) são valiosos para os estudos de erudição, pafa a história e para as ciências sociais e humanas em geral.

Edson Nery da Fonseca (6) em abrangente artigo publicado na revista *Estudos Universitários*, de Recife, relaciona os precursores da bibliografia no Brasil: Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Alfredo do Valle Cabral, Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake, Alfredo de Carvalho, Antônio Simões dos Reis e Rubens Borba de Moraes. Os bibliógrafos selecionados por Fonseca são precursores, não pela época que viveram – Borba de Moraes está entre nós, com seus oitenta e quatro anos – mas pelo interesse comum deles, a compilação de trabalhos publicados no

Brasil ou sobre o país, independentemente do período coberto ou da época de sua compilação. Necessário se torna, portanto, determinar quem mais dedicou-se a esta área da organização bibliográfica no Brasil mesmo considerando-se que o Período Artesanal da Bibliografia encerrou-se em 1914 e que o trabalho de compilação bibliográfica deve ser realizado, atualmente, em equipe. Patricia Fleming (7), professora da Universidade de Toronto, embora reconheça a importância do trabalho individual, reafirma que esta época já passou.

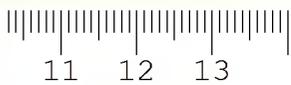
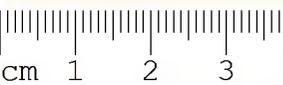
Caldeira (8), em artigo recente, publicado na *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, lança subsídios para a determinação de bibliógrafos brasileiros, isto é, de pessoas ligadas à compilação de listas sistemáticas de trabalhos em determinada área ou a unidade de conhecimento, organizada de acordo com certos princípios, segundo Kant (9). Pode-se considerar como bibliógrafo, em sentido amplo, uma pessoa que tenha:

a) atuado na direção de órgãos públicos ligados à organização bibliográfica nacional (Biblioteca Nacional, IBICT, Instituto Nacional do Livro, etc.) e em outras instituições como o Sindicato Nacional de Editores de Livros, a Câmara Brasileira do Livro, etc.);

b) compilado bibliografias individualmente ou em colaboração;

c) contribuído para a criação de mecanismos de controle bibliográfico (cumprimento da lei de depósito legal das obras editadas no país, na agência bibliográfica nacional); na adoção e adaptação de nor-

* OBRAS de medicina publicadas no Rio de Janeiro, no decurso de 1834. *Diário da Saúde*, Rio, 9 de maio de 1835, v. 1, n. 3, p. 24. No entanto, a primeira obra arrolada por Simões dos Reis é o: CATÁLOGO dos livros, que se acham na Biblioteca Pública da cidade da Bahia. Bahia, Typ. de M. A. da Silva, 1818.



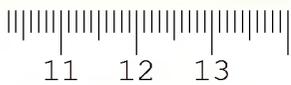
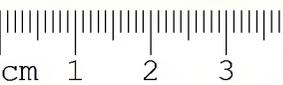
mas e padrões internacionais no controle bibliográfico nacional, etc.

Neste trabalho pretendeu-se terminar os bibliógrafos que atuaram individualmente ou em colaboração com outros profissionais na compilação de bibliografias em áreas de assunto, no levantamento de trabalhos escritos por determinado autor ou sobre ele e na compilação de guias bibliográficos. Neste sentido utilizou-se a obra de Bruno Basseches (10). *A Bibliography of Brazilian Bibliographies. Uma bibliografia das bibliografias brasileiras*, de 1978, que relaciona 2488 entradas organizadas alfabeticamente pelo sobrenome dos autores e a *Bibliografia das Bibliografias Brasileiras*, de Antônio Simões dos Reis (4), de 1942, que inclui 712 itens. A primeira é uma bibliografia sinalética, embora inclua, esporadicamente, comentários ou julgamentos de valor (referências 188, 1589, 1591, 1594, etc.); a segunda, além da referência bibliográfica, fornece dados sobre as obras analisadas e sobre os autores, com arranjo cronológico e índice alfabético de autores. Assim sendo, para se saber o que é uma bibliografia ou se o nome do autor é citado dentro de um resumo ou comentário de uma obra, foi necessário consultar cada entrada para se determinar o número exato de bibliografias de cada bibliógrafo.

Deixou-se de relacionar as pessoas que compilaram até três bibliografias registradas por Basseches ou Simões dos Reis porque a relação tornar-se-ia por demais extensa. Por outro lado não se considerou o mérito das bibliografias compiladas por cada autor, não se questionando também se os levantamentos utilizados in-

cluíram realmente todas as bibliografias brasileiras compiladas até 1978. A título de exemplo, Hélio Gravata aparece na obra de Basseches com apenas cinco bibliografias e, como suas compilações são posteriores a 1942 não consta da obra de Simões dos Reis. No entanto o artigo *Bibliografia Mineira* (11), sem pretender ser uma bibliografia exaustiva sobre Hélio Grabata, relaciona quinze de suas compilações bibliográficas. Excluíram-se também os autores estrangeiros que compilaram bibliografias sobre assuntos brasileiros ou obras que incluem autores brasileiros, como é o caso de Diogo Barbosa Machado (12) e Innocência Francisco da Silva (13).

Ao selecionar os bibliógrafos para seu artigo Fonseca (6) não considerou o número de bibliografias compiladas por cada um deles, mas sim a contribuição individual na área como um todo, como é o caso de Ramiz Galvão que organizou apenas duas obras, porém compilações de vulto: o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (14) e o *Catálogo do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (15). Sua passagem pela direção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro representou um marco para o desenvolvimento da bibliografia e da biblioteconomia no Brasil pelo muito que realizou naquela instituição. O mesmo pode-se dizer de Rubens Borba de Moraes o qual, embora conste da obra de Basseches com apenas quatro bibliografias, estas obras são, no entanto, repertórios indispensáveis para pesquisas sobre trabalhos de autores estrangeiros que escreveram sobre o Brasil e de obras publicadas sobre o Pe-

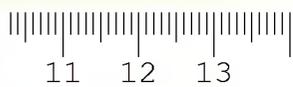
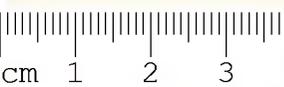


rdo Colonial. Como Ramiz Galvão, foi também diretor da Biblioteca Nacional e bibliotecário da Organização das Nações Unidas em Paris e em Nova York (6) e da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, de São Paulo.

Em outro extremo está Manuel Cícero Peregrino da Silva, político, administrador, educador e historiador que “foi sobretudo emérito bibliotecário e bibliógrafo” (16) e também diretor da Biblioteca Nacional no período de 1900 a 1924, tendo realizado apenas duas compilações bibliográficas e, no entanto, já em 1902... “propunha por meio de um Projeto de Regulamento para a Biblioteca Nacional, a criação de um Instituto Bibliográfico Brasileiro... que tinha como objetivo, entre outras finalidades, cuidar do intercâmbio bibliográfico no Brasil (16). Observe-se que, no início deste século, Peregrino da Silva “recomendava... tomasse a iniciativa de fazer um levantamento das coleções bibliográficas existentes no País, para serem reunidas em um único catálogo, do qual seria enviado cópia ao Instituto Internacional de Bibliografia (hoje Federação Internacional de Documentação, com sede em Haia)” (16). O caso de Peregrino da Silva não é único; vários outros podem ser citados mas não é o momento apropriado neste levantamento preliminar. Fica, portanto, seu exemplo para aqueles que pretenderem estudar este campo da bibliografia.

Os bibliógrafos relacionados na Tabela 1 representam os autores que compilaram quatro ou mais bibliografias, independentemente da qualidade do trabalho,

da exaustividade na coleta dos itens, da extensão do período coberto, da exatidão das informações incluídas, etc. Entretanto, um autor que tenha compilado apenas uma bibliografia, a qual representa um trabalho terminal, definitivo, isto é, cobrindo todo um período de tempo, incluindo tudo o que foi publicado sobre o assunto, com arranjo e acesso de fácil consulta pelos usuários e fornecendo resumo para cada entrada, pelos critérios estabelecidos, não consta daquela relação. Observa-se também que os autores relacionados por Reis, de modo geral, apresentam um número de bibliografias menor do que aqueles incluídos na obra de Basseches. Este fato não é de se estranhar tendo em vista que há um intervalo de trinta e seis anos entre a publicação de uma obra e a outra. O que causa estranheza no entanto, é o caso de alguns autores como Alfredo de Carvalho, A. E. Taunay, Cícero de Brito Galvão, Gilberto Freire, Renato Mendonça, Heráclito Amâncio Pereira Filho e Sebastião de Vasconcelos Galvão apresentarem um número maior de bibliografias registradas por Simões dos Reis quando, na verdade, uma obra publicada posteriormente, como a de Basseches, é que deveria fazê-lo. Uma possível explicação para este fato pode estar ligada à natureza das obras selecionadas por Simões dos Reis: além de bibliografias, ele relaciona catálogos de Bibliotecas, referências bibliográficas (bibliografia consultada) apresentadas no final de livros, como é o caso de Gilberto Freire e mesmo lista de obras publicadas em jornais, como é o caso das *Obras de medicina publicadas no Rio de Janeiro*,



Bibliógrafos Brasileiros: Levantamento Preliminar

no decurso de 1934, citada anteriormente.

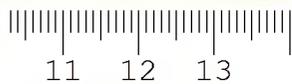
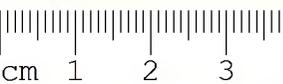
Quanto aos autores que aparecem na obra de Basseches com um número maior de bibliografias do que aqueles relaciona-

dos por Simões dos Reis é o que era de se esperar, já que sua compilação foi realizada quase quatro décadas depois da de Simões dos Reis.

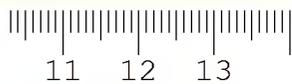
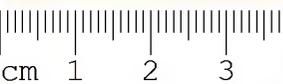
Tabela 1

Bibliógrafos que publicaram mais de quatro bibliografias relacionadas nos levantamentos de Simões dos Reis e no de Basseches

Nº de Obras/Bibliógrafos	Reis (1942)	Basseches (1978)
1. Artur Mota	26	56
2. Antônio Simões dos Reis	33	42
3. Alfredo de Carvalho	22	19
4. Norma Martins de Almeida	—	18
5. Múcio Carneiro Leão	1	16
6. Tancredo Duque E. B. de Paiva	13	13
7. Alfredo do Valle Cabral	9	12
8. Oswaldo de Carvalho	—	12
9. Dolores Iglésias	—	11
10. Afonso D'Escragnolle Taunay	10	—
11. Carlos Antonio de Paula Costa	3	9
12. Cícero de Brito Galvão	9	1
13. Rosemarie Erika Horch	—	9
14. Guilherme Studart, Barão	7	9
15. Gilberto Freire	8	1
16. Jorge de Andrade Maia	6	7
17. Carmelia Regina de Mattos	—	7
18. Salvador de Moya	—	7
19. Basilio de Magalhães	4	6
20. Raymundo de Magalhães	—	6
21. A. P. Maia	—	6



Nº de Obras/Bibliógrafos	Reis (1942)	Basseches (1978)
22. Joaquim Valladão Monteiro	1	6
23. Aureo Ottoni	6	6
24. Francisco Prisco	4	6
25. José dos Santos	—	6
26. Edson Nery da Fonseca	—	6
27. Pedro Leite Villas Boas	—	6
28. Renato Mendonça	6	2
29. João Angley	—	6
30. Hélio Gravatá	—	5
31. Aureliano Leite	—	5
32. Feliz Pacheco	4	5
33. Xavier Placer	—	5
34. Manuel Nogueira da Silva	3	5
35. José Galante de Souza	—	5
36. Francisco Venâncio Filho	3	5
37. Oswaldo Melo Braga/ de Oliveira/	5	5
38. Bruno Basseches	—	5
39. Edgard Cavalheiro	2	5
40. Otto Maria Carpeaux	—	4
41. Varnhagen	—	4
42. Serafim Leite	2	4
43. Hélio Vianna	—	5
44. Manuel de Oliveira Lima	2	4
45. Heráclito Amancio Pereira Filho	4	1
46. Roberto Macedo	1	4
47. Sebastião de Vasconcelos Galvão	4	1
48. Ari Peixoto Martins	2	4
49. José Alexandre Teixeira de Melo	1	4
50. Rubens Borba de Moraes	—	4
51. José Cândido de Andrade Muricy	1	4
52. Homero Pires	2	4
53. Francisco Agenor de N. Santos	1	4
Total	205	412

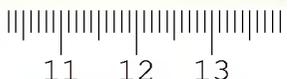


Concluindo infere-se que houve um aumento substancial no número de bibliografias compiladas no Brasil durante o período de 1942/1978: de 712 elas passam para 2488 e, dos bibliógrafos com quatro ou mais compilações elas passam de 205 para 412. No entanto, em relação ao aspecto qualitativo das obras, um estudo quantitativo como este não permite maiores julgamentos de valor sobre as bibliografias arroladas. Na área de estudo que é a bibliografia, conhecem-se autores com um número bastante reduzido de obras as quais, por outro lado, são

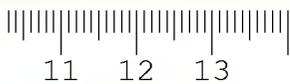
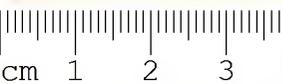
indispensáveis em qualquer estudo mais aprofundado sobre o Brasil. Estas distorções poderão ser corrigidas, à medida que os estudiosos da área forem realizando estudos sobre os bibliógrafos a nível regional ou estadual no Brasil com o objetivo de detectar aquelas pessoas que contribuíram para a organização bibliográfica nacional em diferentes aspectos da área, mesmo considerando-se que na época atual é desejável um maior controle bibliográfico no país através dos sistemas de informação.

REFERÊNCIAS

1. MALCLÈS, L. N. *Manuel de bibliographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963. p. 12.
2. CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1881. 339 p.
3. — —. *Anais da Imprensa Nacional (1823-1931) e Suplemento aos anais da Imprensa Nacional (1808-1831)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954. 87 p. Separata do v. 73 dos *Anais da Biblioteca Nacional*.
4. REIS, Antônio Simões dos. *Bibliografia das bibliografias brasileiras*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1942, 196 p. (Coleção BI : Bibliografia, 1).
5. RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: BASSECHES, Bruno. *A Bibliography of Brazilian Bibliographies / Uma bibliografia das bibliografias brasileiras*. Detroit, Mich., Blaine Ethridge Books, 1978. 185 p.
6. FONSECA, Edson Nery da. Precursores da bibliografia brasileira. *Estudos Universitários*, Recife, 9(4) : 69-78, 1969.
7. FLEMING, Patrícia. Lonely Bibliographers, no more. *Canadian Library Journal*, 4(1) : 3, Feb. 1983.
8. CALDEIRA, Paulo da Terra. Subsídios para a determinação de bibliógrafos brasileiros. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 13(1) : 88-96, mar. 1983.
9. SCHNEIDER, Georg. *Theory and History of Bibliography*. Trans. R. R. Shaw. New York, Scarecrow Press, 1961. p. 22.
10. BASSECHES, Bruno. *A Bibliography of Brazilian Bibliographies / Uma Bibliografia das Bibliografias Brasileiras*. Detroit, Mich. Blaine Ethridge Books, 1978. 185 p.
11. CALDEIRA, P da T. Bibliografia Mineira. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, 7(2) : 263-7, set. 1978.



12. MACHADO, Diogo Barboza. *Bibliotheca Lusitana...* Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1959. 4 v.
13. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923. 22 v.
14. RAMIZ GALVÃO, B. F. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger ? Filho, 1881. 2 v.
15. RAMIZ GALVÃO, B. F. *Catálogo do Gabinete Portugues de leitura do Rio de Janeiro...* Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Comércio" de Rodrigues e Cia., 1906. 500 p.
16. SAMBAQUY, L. de Queiroz. Manuel Cícero Peregrino da Silva. *IBBD Bol. Inform.*, Rio de Janeiro, 2(5) : 235-9, set./out. 1956.
17. SILVA, M. C. P. da. Ligeira notícia sobre algumas obras adquiridas pela biblioteca da Faculdade. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito*, Recife, 2 : 89-99, 1892'
18. — —. *Catálogo geral da Bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife*. Recife, Empreza da Provincia, 1896. 420 p.



A documentação técnica em um centro de processamento de dados

Regina Santos Silva*

RESUMO

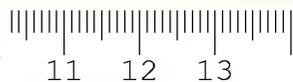
É feita uma análise do trabalho de Documentação Técnica em um C.P.D., onde o acervo principal é formado de manuais sempre atualizados e distribuídos entre os usuários. É apresentado o método inicial usado para organizar os fichários e o trabalho de automação a partir do uso do sistema KWIC/KWOC, o qual oferece a vantagem de economizar tempo e pessoal, dispensar o trabalho de desdobramento de fichas catalográficas, economizar espaço com a substituição dos fichários pelas listagens, facilitar a recuperação dos documentos porque o código de referência encontrado na listagem corresponde ao referencial de localização das pastas nas estantes e arquivos. É proposta uma atenção especial dos profissionais em Biblioteconomia para a área de P.D., tendo em vista o avanço tecnológico, que impulsiona o mercado de informações e equipamento de acesso, a tal nível, que efetivamente revolucionará a profissão de Bibliotecário, como vem acontecendo em outras profissões.

INTRODUÇÃO

A experiência de trabalhar com uma documentação que exige um tratamento técnico diverso daquele aprendido tradicionalmente por formação acadêmica, leva o Bibliotecário a uma nova abordagem do assunto, estudando novos padrões de racionalização do trabalho, baseado em conhecimentos profissionais e na observação cuidadosa das prioridades estabelecidas pelos técnicos para utilização de documentos.

Identificados os objetivos do CPD e a razão de existir aquele trabalho, cabe ao profissional saber o que a Gerência e o

- * Formada em Biblioteconomia pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBA em 1966. Admitida como Bibliotecária da Biblioteca Central do Estado em 1970, organizou a Seção Audiovisual. Especializou-se em Bibliotecas Escolares na Escola Interamericana de Bibliotecologia da Universidade de Antioquia - Medellín - Colômbia, em 1973. Admitida pela Petróbrás em 1975, organizou a Biblioteca da Divisão Regional de Processamento de Dados da Bahia - DIPROC-BA. É membro da GBIDT e da APBEB.



Corpo Técnico esperam adquirir através dele, verificando em que nível estará correspondendo à expectativa, para então estabelecer metas prioritárias e partir para uma ação eficaz.

QUANDO E POR QUE OS TÉCNICOS PRECISAM ESTUDAR?

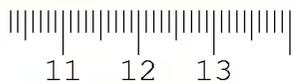
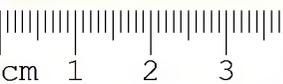
Antes, durante e após a realização do seu trabalho.

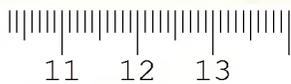
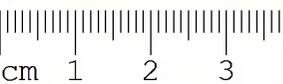
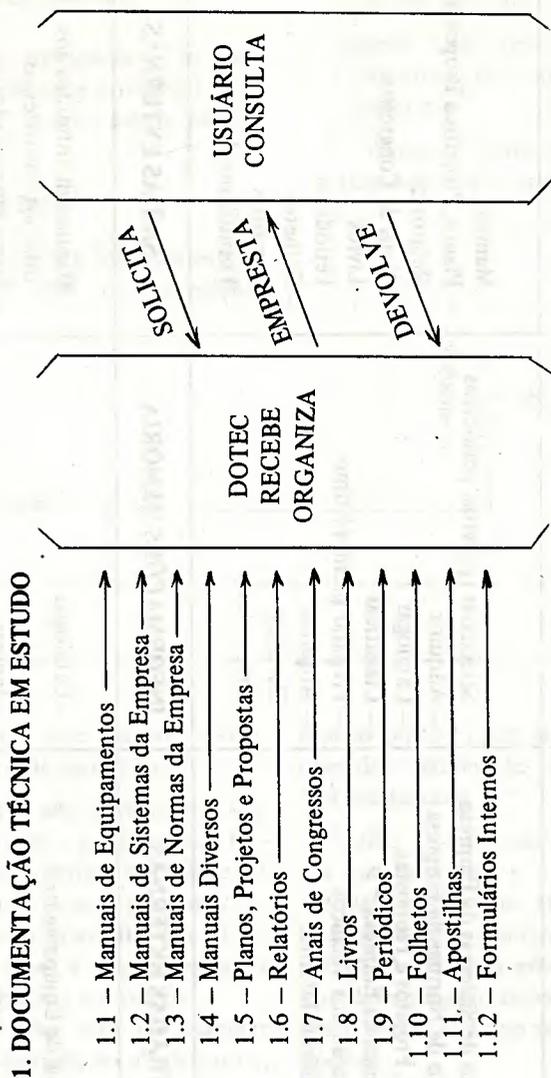
Antes – estudam para fundamentar os seus projetos.

Durante – estudam para encontrar soluções ótimas dos diversos problemas e também para elaborar manuais adequados às necessidades do sistema em desenvolvimento.

Após – estudam se há necessidades de alterar o sistema, em função de novas perspectivas do usuário.

A resposta deixa bem clara a importância do estudo e conseqüentemente da Biblioteca.

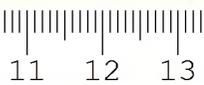
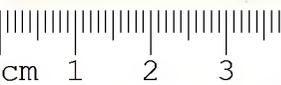




2. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

Objetivo: Definir a situação da DOTE para escolher o método ótimo de organizar e recuperar os documentos

ENTRADAS INTERNAS	PROCESSAMENTO	SAÍDAS INTERNAS
<ul style="list-style-type: none"> — Manuais de Sistemas da Empresa — Manuais de Normas da Empresa — Planos, Projetos e Propostas — Relatórios da Empresa — Solicitação dos Técnicos — Formulários Internos 	<ul style="list-style-type: none"> — Selecionar (p/livros, periódicos e anexos) — Adquirir — Catalogar — Classificar — Preparar p/empréstimo — Arquivar — Divulgar — Empréstar 	<ul style="list-style-type: none"> — Manuais — Planos, Projetos e Propostas — Relatórios — Anais de Congressos — Livros — Periódicos — Folhetos — Apostilas — Formulários Internos
ENTRADAS EXTERNAS	INFORMAÇÕES-MEMÓRIA	SAÍDAS EXTERNAS
<ul style="list-style-type: none"> — Manuais de Equipamento — Manuais Diversos — Relatórios de Empresas — Anais de Congressos — Livros — Periódicos — Folhetos — Apostilhas 	<ul style="list-style-type: none"> — Catálogos e Índices 	<ul style="list-style-type: none"> — Manuais distribuídos aos usuários dos sistemas — Livros emprestados às Bibliotecas da Empresa



3. ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

3.1. Manuais de Equipamento

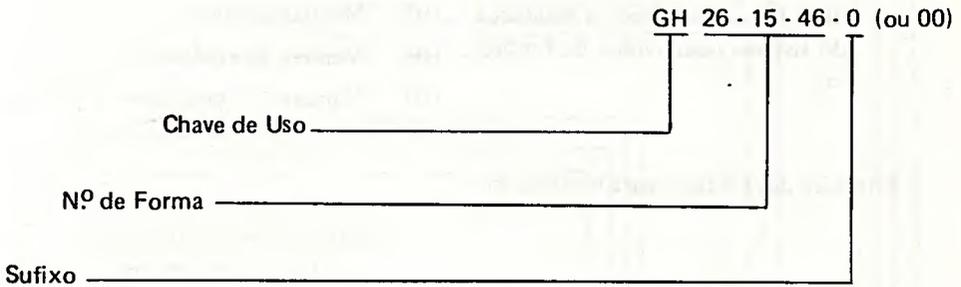
Os manuais de equipamento, no caso IBM, foram considerados prioridade 1 para organização, de acordo com o parecer dos técnicos.

3.1.1. Bibliografia IBM

- Foi feito em primeira fase, um estudo da Bibliografia IBM, correspondente

ao sistema operacional do CPD, que permitiu o entendimento da codificação dos manuais.

- Segue-se uma rápida explicação sobre a estrutura dos códigos usados nas Bibliografias.
- O código é formado por caracteres alfanuméricos e consiste de 3 partes:



Chave de Uso – este caracter alfabético indica a forma de aquisição.

Nº de Forma – são 7 caracteres que realmente identificam a publicação. É formado de 2 partes *prefixo e nº base*. O prefixo corresponde aos 3 primeiros caracteres seguintes à chave de uso. O nº base é formado pelos 4 dígitos seguintes ao traço entre o prefixo e o sufixo.

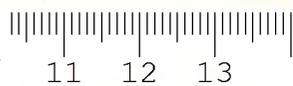
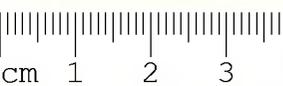
Muitas publicações têm um caracter alfabético na 1ª posição do nº de forma, como no exemplo anterior, este identifica o tipo do manual se é de lógica, de programa licenciado ou de software e

muitos outros tipos que poderão ser conhecidos através de uma consulta direta à Bibliografia.

Sufixo – é formado por 1 ou 2 dígitos que informam o nível de revisão do manual, exceto as atualizações (TNL) e suplementos similares que não usam sufixo. A primeira edição do manual de um determinado assunto apresenta sempre o sufixo 0 a não ser em raras circunstâncias.

3.1.2. Arquivamento

Pasta União 1648 para manuais maiores e União 1481 para os menores.



3.1.3. Código para Localização

O Código IBM não foi adotado para esta finalidade por ter se verificado o uso dos Pseudonumbers que são códigos com características especiais que determinam diferenças de releases em manuais sobre o mesmo assunto e com o mesmo título.

A decisão foi usar um código que determina o número da pasta e a posição do manual dentro da mesma.

Daí a seguinte codificação:

100 – Manuais correspondentes ao DOS – Disk Operating System (este código foi extinto após a mudança do sistema operacional da Empresa).

101 – Manuais correspondentes ao OS/VS – Operating System/Virtual Storage. S/370.

102 – Manuais correspondentes ao OS/VS1 – Operating System/Virtual Storage 1 (não estão em uso).

103 – Manuais correspondentes ao OS – Operating System e outros manuais do sistema 360 (em fase de extinção).

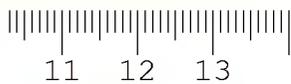
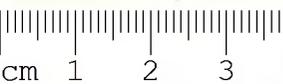
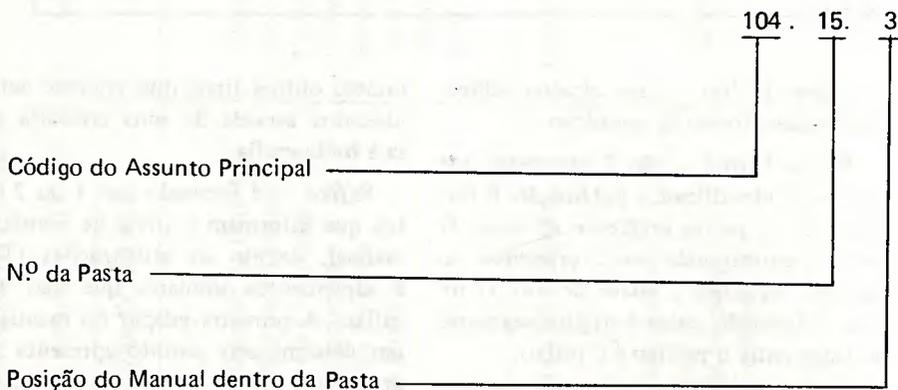
104 – Manuais correspondentes ao OS/VS2 – Operating System/Virtual Storage 2.

105 – Manuais de lógica.

106 – Manuais de equipamento.

107 – Manuais dos programas – produto

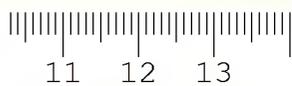
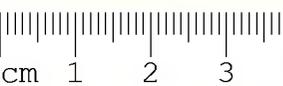
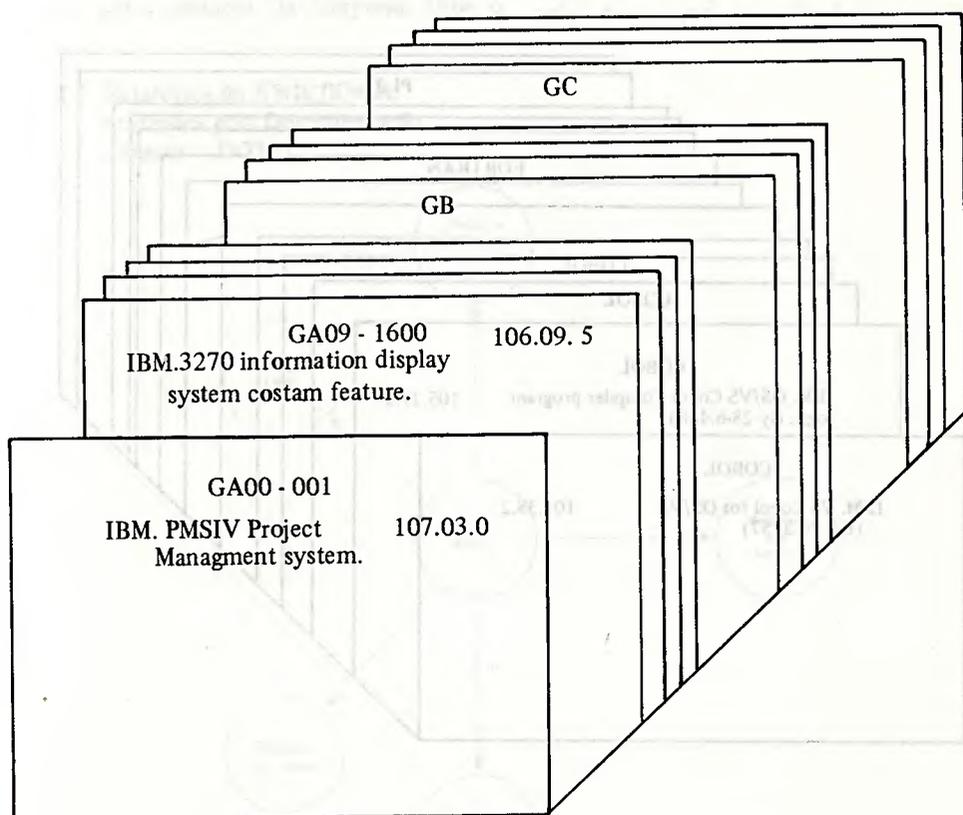
– Estrutura dos Códigos para localização:



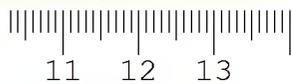
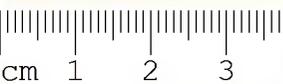
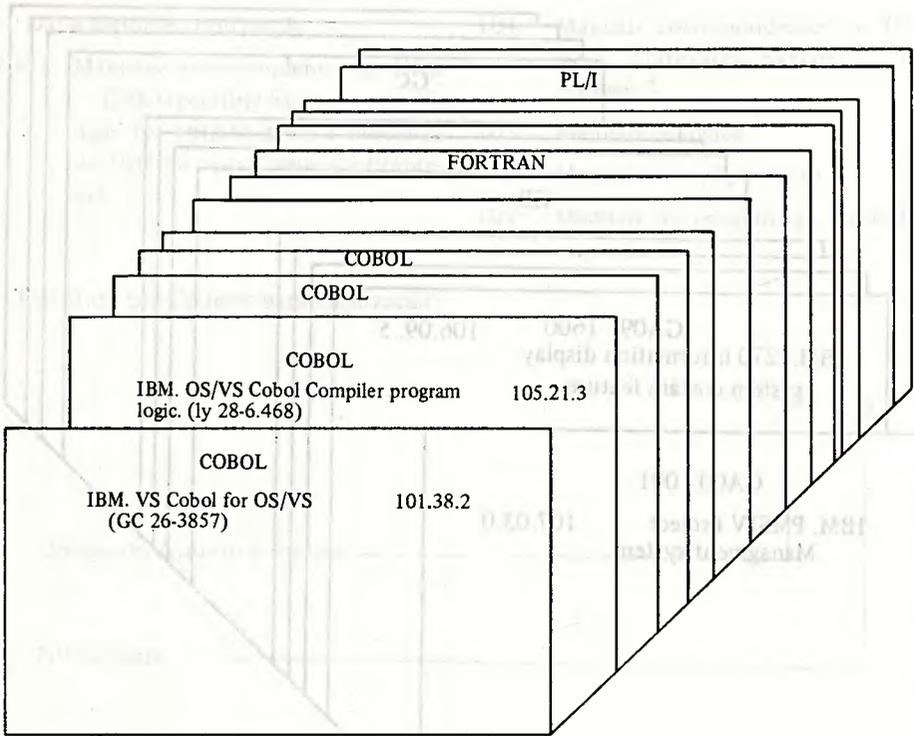
3.1.4. Organização de Fichários

Inicialmente foram organizados 2 fichários:

1º Fichário pelo código IBM



2º Fichário
pelo assunto
detalhado



4. AUTOMAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Com a mudança do equipamento e do sistema operacional muitos manuais deixaram de ser usados, porém o número de usuários aumentou e com isto a necessidade de um sistema que facilitasse o trabalho eliminando a tarefa de desdobramento de fichas.

Os sistemas KWIC da IBM foi adaptado pelos técnicos da Empresa. Hoje o

KWIC/KWOC atende perfeitamente às necessidades de localização de documentos.

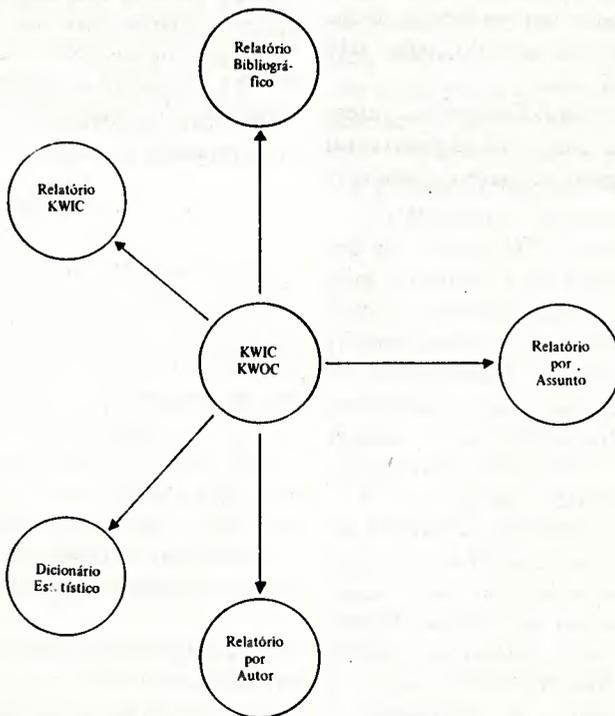
KWIC = Keyword in Context (KWIC) Indexing (Indexação de palavras-chave no contexto).

Este indexa as palavras-chave ao ler o título dos documentos.

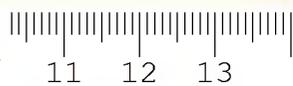
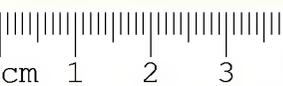
KWOC = Keyword out of Context (Palavras-chave fora do Contexto).

Este indexa palavras-chave fora do título, desde que especificadas como tal.

4.1. Relatórios do KWIC/KWOC utilizados pela Documentação Técnica – DOTE C



Observação: O sistema fornece outros relatórios porém neste trabalho são apresentados apenas aqueles utilizados pela DOTE C.



4.1.1 – *Índice Bibliográfico* – fornece todos os dados sobre o documento indexado. A entrada principal é o nº de referência. Funciona como um catálogo topográfico para orientação do Bibliotecário.

4.1.2 – *Índice por Autor* – a entrada principal é o nome do autor seguindo-se a indicação do título e código de referência para localização nas estantes.

4.1.3 – *Índice por assunto* – a entrada principal é a palavra-chave indicada como tal, seguida pela indicação do título e código referencial de localização.

4.1.4 – *Índice KWIC* – indexa todas as palavras do título como entradas principais fornecendo um verdadeiro índice de títulos com indicação do código referencial de localização.

4.1.5 – *Dicionário Estatístico* – oferece uma estatística de todas as palavras utilizadas como palavras-chave e quantas ve-

zes foram usadas. Isto facilita o trabalho de seleção e formação do tesauro, para trabalhar com o sistema.

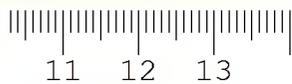
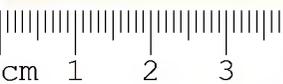
Os modelos dos relatórios são apresentados em anexo, junto aos formulários para entrada de informações.

Formulários de informações bibliográficas: através deste formulário são fornecidos todos os relatórios.

Formulário de deleções de informações bibliográficas: é usado quando se deseja deletar uma informação, simplesmente com a indicação do nº de referência.

Formulário de informações especiais (stop-word's go-word's): usado para selecionar palavras que não devem aparecer como palavras-chave nos relatórios, é o caso das stop-word's.

O caso oposto é o das Go-word's para selecionar palavras-chave efetivamente determinadas como tal.



O sistema foi usado inicialmente para manuais e livros.

Está previsto para artigos de periódicos e outros documentos, objetivando o aproveitamento máximo do acervo.

Os fichários foram substituídos pelas listagens que ocuparam menos espaço e tornam desnecessário o trabalho de desdobramento de fichas. A consulta, hoje é mais prática e rápida.

Após a implantação do cadastro, as alterações menores são feitas através do terminal de vídeo. Talvez, em futuro não muito distante, seja este recurso uma alternativa de consulta.

O trabalho de automação foi possibilitado pela Memória Central Técnica do Setor de Informação Técnica e Propriedade Industrial – Centro de Pesquisas Leopoldo A. Miguez de Mello – PETROBRÁS.

5. COMENTÁRIOS

No mundo inteiro é observado o grande avanço da tecnologia, o advento da informática, teleinformática e robótica. O uso de equipamentos e conhecimentos que eram restritos a um pequeno grupo passou a ter ampla divulgação.

Aumenta a cada dia o mercado de minicomputadores, como conseqüência da dramática melhoria da relação custo/eficiência dos equipamentos, permitindo o uso generalizado por empresas de qualquer porte.

O desenvolvimento tecnológico permitiu o advento dos micro-computadores para uso doméstico, sendo grande a proliferação destas máquinas que apesar de

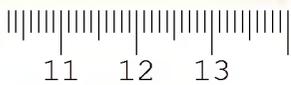
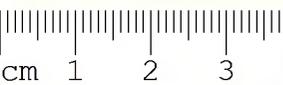
pequenas possuem capacidades de memória maiores do que as dos computadores de 20 anos atrás. A ficção de ontem, transforma-se em realidade. Os jornais noticiam fatos como:

“Na Califórnia a Mattel Inc criou o Children’s Discovery System movido a bateria, com memória e vídeo de cristal líquido, teclado e sistemas de efeito de som. Com esta máquina, a criança poderá criar desenhos eletrônicos no vídeo ou usá-la como auxiliar nos estudos de matemática, história e até esportes.”

“Nos Estados Unidos um grupo de cientistas da Aragonne National Laboratories trabalha há dez anos no projeto denominado AURA (Automated Reasoning Assistant). O AURA utiliza métodos dedutivos, partindo do princípio que *racionar* é um processo que identifica um problema, caminha por linhas mestras e chega a uma conclusão.”

“O Ministério de Indústria e Comércio do Japão (MITI) apoia um projeto para construir a 5ª geração de computadores que leia, escreva e fale em várias línguas, aprenda com a experiência, pense por inferência e encontre soluções de problemas a partir da dedução de significados. O seu lançamento no mercado está previsto para 1990.”

O sistema de vídeo-texto inventado na Inglaterra popularizou-se no mundo, um sistema bidirecional de informação, ligado num extremo a um computador central ou banco de dados e no outro ao terminal doméstico, uma televisão, usando o cabo telefônico para fazer conexão. A capacidade de arquivar informações



está condicionada à capacidade dos bancos de dados.

No Brasil, a EMBRATEL implanta o Serviço Internacional de Acesso a Base de Dados — INTERDATA, ligado ao TYMNET e TELENET nos EUA, possibilita 2.100 dos seus empregados a aquisição de microcomputadores e desenvolve o projeto CIRANDA.

O IBICT coloca à disposição dos pesquisadores o Serviço de Busca Bibliográfica-On-line ligado aos sistemas ORBIT e DIALOG dos EUA e ao Sistema QUESTEL da Europa.

O SERPRO desenvolve o sistema ARUANDA com as bases de dados: IDEM, EXPORTA, SACI, e tem capacidade para 200 bases de dados.

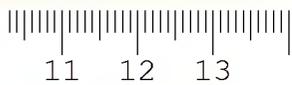
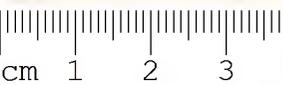
A Livraria Nobel Editora cataloga obras editadas no Brasil, utilizando um computador SISCO MB8000 e fornece informações, através de um terminal de vídeo do computador, sobre 2.000 títulos arquivados.

Todo este panorama foi comentado rapidamente para enfatizar as mudanças que a ciência e a tecnologia determinam em todas as áreas. O profissional em Biblioteconomia acompanhará o desenvolvimento, garantindo o seu espaço, pela aquisição de conhecimentos adequados às novas técnicas de arquivar informações, utilizadas em Processamento de Dados, tornando-se um real intermediário entre o cientista, o técnico e a *informação*, estará preparando-se para as Bibliotecas e Centros de Documentação do futuro.

Certamente a Introdução ao Processamento de Dados será disciplina obrigatória em muitos currículos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CUNHA, Tarcísio Neves da — Microinformática. *Interface*. Rio de Janeiro, 1(1), out/1982.
2. BBIDT INFORMA. Salvador, GBIDT, 2 (2-5) abril/out., 1982.
3. IBM. *Organizing and maintaining a system library*. New York, IBM, 1982. 26 p. il. GE20-0731-0.
4. IBM. *System/370 and 4300 processors bibliography*. New York, IBM, 1982. 618 p. GC 20-0001-4.
5. LOVIZZARO, Carlos. A grande expansão do mercado. *Dados e Idéias*. São Paulo, 7(52) : 35-39, set/1982.
6. MARTINEZ, J. P. — O impacto do computador pessoal. *Dados e Idéias*. São Paulo, 7(44) : 6-1, Jan./1982.
7. MATHIAS, W. F. — O impacto da cra eletrônica na demanda de papel. *Dados e Idéias*. São Paulo, 7(46) : 35-41, março/1982.
8. PETROBRÁS. Sistema KWIC/KWOC; *Manual do Usuário*. Rio de Janeiro, SEPROD/DISPRO/SETAP, 1981.
9. PETROBRÁS. Sistema KW-indexação KWIC/KWOC; *Manual do Usuário*, Salvador, SEPROD/DIPROC-BA, S.D.



Avaliação de desempenho de pessoal em biblioteca

Silas Marques de Oliveira*

RESUMO

Estuda a literatura sobre avaliação de desempenho de pessoal desde 1960.

Embora o tema "avaliação de desempenho" há muito venha sendo discutido pelos administradores, só se tornou notório no contexto biblioteconômico a partir de 1970. Um aspecto relevante apresentado é a comunicação entre o supervisor e o empregado no processo de avaliação de pessoal. A participação do empregado em sua própria avaliação valoriza o ser humano, motivando-o para o trabalho. A auto-avaliação, a avaliação grupal e a avaliação do supervisor pelo subordinado será cada vez mais utilizada pelos administradores de bibliotecas. As opiniões divergem quanto aos objetivos da avaliação. É tida como um instrumento de aprendizagem e auto-educação, para melhorar os serviços, com fins promocionais e como fonte de dados para planejamento. Os métodos de avaliação variam entre o uso de formulários com escalas de valores enfatizando traços pessoais até os que se limitam a uma conversa informal diariamente. Dis-

INTRODUÇÃO

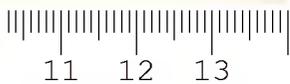
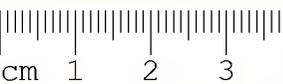
O Tema "avaliação de desempenho" se tornou notório na literatura biblioteconômica apenas a partir dos '70, especialmente de 1974 a 1977 quando houve uma ênfase maior sobre este assunto.

Praticamente "nada" conforme HILTON (2) ao escrever uma revisão literária sobre avaliação de desempenho de pessoal em 1978, "foi escrito, mas muito foi discutido na literatura administrativa", tal como, The Harvard Business Review.

Como seria de se esperar, a literatura biblioteconômica, embora tardiamente, aderiu ao movimento, e em 1970, PEELE (14) escreve um artigo intitulado "Performance ratings and library rights", enfatizando o direito do empregado que está sendo avaliado, de discutir com seu superior ou supervisor o que ele pensa dos resultados da avaliação oferecidos pelo chefe.

PEELE (14) continua sua defesa ao mencionar que em uma determinada bi-

* Bibliotecário – Biblioteca Central da UFV M.S. Administração de Bibliotecas Especializadas EB/CPG/UFMG.



cutem-se os critérios de avaliação utilizados atualmente.

Avaliação de pessoal/Administração de pessoal/Avaliação de desempenho/Avaliação.

ABSTRACT

Studies the literature about peer evaluation since 1960. Although this theme has been discussed for a long time by administrators, it is a recent topic in the library science literature. A relevant aspect presented is the communication between the supervisor and his peer in the evaluation process. The peers participation in his own evaluation appraises the human being, motivating him in his job. Self-evaluation, group evaluation and supervisors being evaluated by his peers will be used by library administrators. The authors have different opinions about the objectives for peer evaluation. It is seen as an instrument for training and self-education, as a means of promotion and as data source for future planning. The methods used diverge from the use of questionnaires with grades or scores to those that limit the evaluation to a daily informal conversation. Discusses the criterious used for peer evaluation today.

Peer evaluation – Personnel administration – Performance evaluation – Staff evaluation.

biblioteca, o sistema de avaliação de desempenho prevê a possibilidade do empregado poder apelar para a direção, inclusive com um representante.

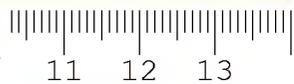
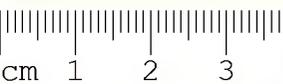
COMUNICAÇÃO

Um aspecto importante desta valorização é a comunicação entre o supervisor e o empregado durante o seu trabalho e por ocasião da avaliação formal.

Ainda PEELE, (14) no mesmo artigo, menciona que “os empregados devem ser notificados de suas falhas e de como podem melhorar” e de que o supervisor “não deve esperar até a ocasião da avaliação, e sim, discutir imediatamente”, e que “na avaliação oficial o empregado terá a oportunidade de questionar o supervisor...”, e conclui que “a avaliação é uma oportunidade para o empregado falar e ser ouvido, e dará a impressão que alguém se importa com que ele pensa”.

Esta comunicação entre supervisor e empregado é bem característica da Teoria Y de McGregor que influenciou não só a Peele mas à maioria dos literatos bibliotecários, como exemplo, DEPROSCO (12) escreve em 1971: “De acordo com a Teoria Y de McGregor, o profissional deve ser avaliado...”, e mais recentemente, Evans, Hollroyd e Stuart, dentre outros.

No mesmo artigo mencionado, DEPROSCO (12) reconhece a importância da comunicação ao mencionar uma das vantagens do programa de avaliação apresentado por Kindal e Gatzka, como sendo um “programa que é realizado com muito relacionamento”.



Concordando com este pensamento, JOHNSON (9), em 1972 diz que “todo empregado deve ser informado da avaliação que recebeu, independentemente dos resultados”. Demonstrando uma forte consideração pelo subordinado, ele continua: “... o supervisor precisa apontar com exatidão o que a pessoa fez de bom e o que não, do contrário, o empregado vai tentar descobrir por si mesmo qual a atitude que melhor agrada o chefe”.

Sem dúvida, FAST (7) em 1974 reconheceu a importância da comunicação entre o subordinado e o chefe ao mencionar que “a reunião com o superior para discutir o progresso” é um dos componentes básicos da avaliação de desempenho.

A comunicação durante o período de trabalho, como forma de obter sucesso, é enfatizado por ELLISON & LAZARATTON (5), em 1976, ao dizer que cada objetivo deve ser formulado à luz dos objetivos ao nível mais elevado, e para isto é necessário a comunicação. “É necessário haver um ambiente onde as expectativas sejam claramente identificadas... Isto ocorre quando ambos “(Chefe e empregado)” compreendem os objetivos mútuos e trabalham para alcançá-los num ambiente aberto. Para criar tal ambiente, é necessária uma orientação específica que comunica uma compreensão clara a todos os indivíduos envolvidos”.

Em outro aspecto da importância da comunicação para atingir os objetivos da biblioteca foi levantado por TURNER (4), em 1978, ao sugerir que maior ênfase deveria ser dado à comunicação hori-

zontal e vertical. E continua: “... o supervisor conversa com ele a respeito de sua avaliação e o trabalhador comenta sobre a atuação do chefe... os trabalhadores consideravam esta parte como ponto alto da avaliação.”

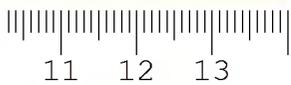
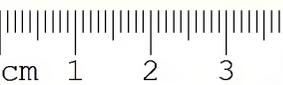
PARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO

A participação do empregado na avaliação e a preocupação em ele estabelecer suas próprias metas, parece permear toda literatura, podendo-se considerar este tópico como ponto pacífico entre os literatos.

Esta avaliação do ser humano é percebida ao notar a preocupação de vários autores em enfatizar a participação do empregado na elaboração de seus próprios objetivos de trabalho, com vistas a um desempenho que será avaliado. Assim sendo, DEPROSPO (12) em 1971, escreve: “A avaliação precisa ser direcionada com o objetivo de melhorar o desempenho relacionado a alcançar os objetivos. Ao se conhecer as metas da biblioteca, o empregado deve estabelecer seus próprios objetivos e estes devem ser realizados por meio de tarefas através de um plano concreto de ação”.

Para enfatizar este ponto de vista, DEPROSPO (12) cita um programa de 5 passos para alcançar os objetivos. É um programa proposto por Kindal e Gatzka.

- o indivíduo estabelece objetivos de desempenho para cada responsabilidade;
- o indivíduo discute a descrição de seu trabalho com o superior;



- reúne com o supervisor para discutir seus objetivos;
- um programa de avaliação é definido para avaliar seu progresso;
- se reúnem ao final do período para discutir os resultados do esforço do subordinado para alcançar os objetivos previamente estabelecidos.

DEPROSPO (12) apresenta seis vantagens que tal programa oferece, sendo que dois estão diretamente relacionados com a participação do empregado, “ambos concordam no que consiste o trabalho” e “o subordinado conhece a base pela qual será julgado”.

Em 1972, JOHSON (9) cita Drucker e McGregor na tentativa de mostrar que a participação do empregado na definição de metas de trabalho e desempenho é uma forma de desenvolver seu potencial na instituição.

Ainda em '72, PEELE (10) enfatiza que ambos devem delimitar os objetivos de desempenho e discutirem o melhor meio de alcançá-los, e que após o tempo determinado para a consecução do projeto, eles devem se reunir para a valiação do progresso obtido, estabelecendo novas metas.

FAST, (7) 1974, reconhece plenamente a importância da participação do empregado em estabelecer metas e objetivos de trabalho vistas à avaliação, ao citar os componentes básicos da avaliação de desempenho como sendo:

1. Esclarecer critérios de desempenho;
2. Estabelecer objetivos de trabalho;
3. Formular as atividades de desempenho ou um plano de ação para implantar os objetivos;

4. Desenvolver um meio de avaliar os dados;

5. Reunir para discutir o progresso do trabalho.

e continua ao citar Redfern: “Avaliação de desempenho é um processo analítico e diagnóstico baseado em objetivos de trabalho com um profundo envolvimento da pessoa que está sendo avaliada”. FAST (7) ainda observa, enfatizando este pensamento, que “... um bom programa é aquele que envolve o diretor e os subordinados”.

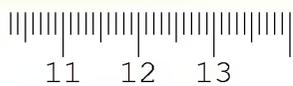
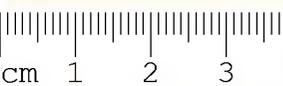
BRANDWEIN (6) embora não tenha dito especificamente que a participação do subordinado seja importante, parece ter acatado o conselho de FAST, pois ele oferece um programa de Formulação de Política de Avaliação de Desempenho que tem como base a total participação do empregado, em definir e estabelecer critérios de política de avaliação.

Um outro programa, desta vez oferecido por TURNER (9) em 1978, também valoriza esta prática ao afirmar que “... os dois estabelecem objetivos mútuos.”

AUTO-AVALIAÇÃO

Seguindo a mesma linha de pensamento, a auto-avaliação pode ser considerada como um outro aspecto que a literatura aborda com alguma frequência, na tentativa, talvez inconsciente, de valorizar o empregado.

DEPROSPO (12) parece ser o primeiro a se manifestar com respeito à auto-avaliação do empregado: “... Sendo que ele mesmo foi quem estabeleceu suas metas em consonância com os objetivos da



organização... isto representa auto-avaliação, pois auto-controle está implícito” e continua: “O Supervisor deve compreender o empregado como indivíduo e mais importante, guiá-lo a participar de sua própria avaliação”.

JOHNSON (9) prefere citar Macoy e depois Culbreth ao comentar sobre este aspecto, “Macoy vê a entrevista como uma oportunidade para se conhecer o subordinado e também para permitir uma avaliação própria, ou seja, pelo próprio empregado”. Culbreth conforme JOHNSON (9) é mais enfático a sua preocupação é com a maximização e eficiência do departamento: “... a melhor forma de maximizar a eficiência de um departamento é permitir que os empregados se auto-avaliem periodicamente”.

Em 1974, FAST (7) observou a auto-avaliação por um outro ângulo, salientando a importância da auto-avaliação como um meio de reconhecer que o avaliado é um profissional competente. Todo o artigo de FAST (7) enfatiza a humanização do empregado, o chefe dando o real valor ao subordinado, mas sempre como técnica de alcançar os objetivos do departamento.

BRANDWEIN (6), embora ofereça oportunidade ao empregado participar da avaliação, nada menciona com respeito a auto-avaliação, mas em '78, TURNER (4) volta ao assunto ao prever, em seu programa, a possibilidade do empregado auto-avaliar-se, e entregar esta avaliação ao superior e discutí-la com ele.

Estes aspectos relacionados com o envolvimento do subordinado ficou bastan-

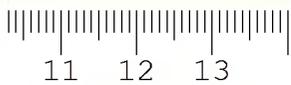
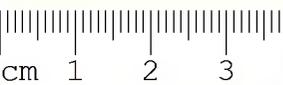
te definido na literatura, ocupando uma grande parte das atenções dos autores. Embora tenham deixado de lado alguns destes aspectos, a maioria se demonstrou favorável à valorização do empregado.

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Enquanto esta última parte tenha ficado bastante definida na literatura, o objetivo principal da avaliação não. As opiniões divergem sem um padrão muito definido no que diz respeito ao desenvolvimento histórico do tema. Não se pode dizer que houve uma evolução do pensamento e nem que ele também tenha estagnado. Não parece haver uma preocupação em discutir e realmente definir os objetivos. Estas são apresentadas sem uma análise ou crítica de algum ponto de vista.

Enquanto existe uma corrente que crê que o objetivo da avaliação de desempenho seja melhorar os serviços, maximizando a potencialidade do indivíduo, sendo a avaliação um instrumento de aprendizagem, outra a vê em função de uma eventual promoção ou questões salariais, e outra ainda, como fonte de dados para um planejamento futuro, como é o caso de DEPROSPO (12) em 1971 em seu artigo, “Personnel evaluation as an impetus to growth”, o primeiro da literatura analisada a abordar o assunto.

A primeira posição, defendida por JOHNSON (9), FAST (7), ELLISON (5), TURNER (4) e KNIGHTLY (1), possuem como base a avaliação do trabalho em si, levando em consideração pura e simplesmente a realização dos objetivos previa-



mente estabelecidos. JOHNSON (9), ao afirmar que o objetivo da avaliação é “ajudar o empregado auxiliar a si mesmo, persuadindo-o a reconhecer e corrigir suas deficiências”. FAST (7), ao enfatizar um programa de avaliação de desempenho que vise “o melhoramento de instrução e não o comportamento individual ou suas características. A avaliação de desempenho pode ser um instrumento para a elaboração de um programa de desenvolvimento do pessoal no serviço”. ELLISON (5), ao afirmar que “... uma vez que toda informação tenha sido cuidadosamente examinada, o grau de desempenho ou consecução deve ser indicado. Esta designação subjetiva mostra a qualidade em vez de quantidade de uma atividade determinada. No final do ano será discutida a avaliação final no que diz respeito à consecução de cada objetivo”. No programa de TURNER (4), não está previsto características pessoais como critérios para avaliação. E KNIGHTLY (1) discute que os critérios devem medir “out-puts” e diz que o propósito da avaliação é “coletar informações de quão bem a biblioteca está alcançando seus objetivos com vistas a melhorar a situação”.

O segundo ponto de vista é defendido por PEELE (10). Ao criticar o sistema inglês diz que “estes métodos de avaliação (informal) não indicam se o indivíduo tem capacidade para assumir um cargo mais elevado”. WALFORD (8), ao incluir o tópico “Características Pessoais” (entusiasmo, controle emocional, capacidade de aprendizagem etc.) como critério a ser observado na avaliação, além de

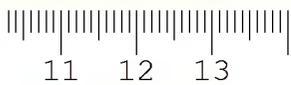
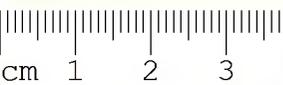
“Planejamento”, “Supervisão” e “Relações Públicas”. BRANDWEIN (6), inicia seu artigo esclarecendo o objetivo do programa de avaliação: “A Brooklin Library” insatisfeita com sua política de promoção de pessoal, resolveu modificar seus procedimentos quanto à avaliação de desempenho. Ele oferece três seções de critérios: “Rendimento”, “Pessoal”, “Habilidade de Supervisão”. Dos vinte fatores utilizados na avaliação, oito são relativos às características pessoais, tais como: iniciativa, atitudes para com críticas, cooperação, relacionamento, autoconfiança, pontualidade, higiene e adaptabilidade.

Estes usam critérios de personalidade e caráter pessoal em suas avaliações, se preocupando demasiadamente com o comportamento do indivíduo e não com os resultados obtidos.

PEELE, (10) combatendo este ponto de vista ressalta: “o que tem “fofoca demasiadamente” a ver como uma pessoa desempenha seu trabalho?”

PEELE (10) não parece ter compreendido esta relação discutida acima, pois ao mesmo tempo que em seu artigo de '70 critica severamente a ALA por incluir “Traços de Caráter” como critério de avaliação em seus formulários e finaliza seu artigo dizendo que a ênfase da avaliação deve ser no desempenho e não nos traços de caráter, ironiza os ingleses ao darem valor a formas mais dissertivas e informais de avaliação, que naturalmente vêm a avaliação como um instrumento de ensino e não como ele próprio vê, como um meio de promoção.

Em 1966 o Personnel Administration



Section recomendou que a ALA não mais publicasse ou vendesse seu formulário de avaliação de desempenho. No entanto, uma análise do Personnel Rating Report, revisado em 1970, revela uma ênfase em traços de caráter, tais como: memória, juízo, disposição, cortêsias etc.

DEPROSPO (12) parece concordar com aquele primeiro ponto de vista pois menciona que a "avaliação precisa ser direcionada com o objetivo de melhorar desempenho relacionado a alcançar os objetivos".

JOHNSON (9), ao opinar sobre as avaliações com base nos traços de personalidade, diz que "... corre-se o risco de avaliar qualidades que nada tem a ver com o desempenho do trabalho" e menciona que as qualidades mais freqüentemente analisadas são: "iniciativa, dependabilidade, atitudes para com os outros, cooperação, exatidão, lealdade, e juízo".

Mas parece mesmo que quem colocou esta divergência em seu devido lugar, foi o chefe do Standard Oil of Ohio, ao perguntar: "Estamos interessados em personalidade ou nos resultados do trabalho?".

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Um consenso entre os especialistas da área é que as organizações não possuem escolha quanto o dever ou não avaliar o desempenho do pessoal. Cada vez que ocorrer uma promoção ou um aumento salarial é conferido, automaticamente foi realizada alguma avaliação. PEELE (10) em seu artigo de 1972, cita Stebbins mostrando esta realidade: "Todas as bibliote-

cas devem ter um plano regular de avaliação para cada empregado. Cada indivíduo quer saber como ele foi avaliado pelo supervisor. Ele pode ter tido palavras de admiração por seu desempenho excelente ou críticas por alguns erros, mas quer uma medida objetiva de seu desempenho".

JOHNSON (9) observou em pesquisa realizada, que os métodos variavam desde uma observação casual pelo diretor sem nenhum registro escrito à entrevistas exaustivas com o pessoal, discutindo seu desempenho baseados em resultados pré-coletados em formulários.

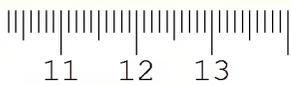
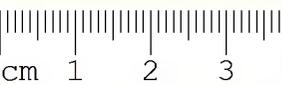
A questão, portanto, não é se deve existir uma avaliação ou não, e sim, que método deve ser empregado.

O método de formulários é o mais empregado e também o mais discutido. As vantagens dos formulários, apresentadas pelos autores, podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- é bom para um staff muito grande, pois economiza tempo;
- é bom no sentido de que todos supervisores terão que pensar da mesma forma para que possa haver alguma base de comparação entre os outros que estão sendo avaliados;
- proteção ao supervisor (avaliador), pois tudo está escrito e assinado;
- auto-avaliação é possível quando se tem algo escrito em que se basear.

As desvantagens apresentadas deste sistema são:

- é difícil duas pessoas terem o mesmo conceito;
- invade a individualidade dos empregados;



- alguns supervisores não gostam do método utilizado para classificar o empregado, e portanto, torcem os valores indicados para que se ajustem ao seu modo de pensar.
- existem aqueles que sempre dão uma nota inferior na 1ª vez, e na 2ª aumentam para dar a impressão a seu superior que os empregados subiram de produção como efeito da capacidade de chefia e liderança sua;
- outros ao saberem que terão de conversar com a pessoa após a avaliação simplesmente atribuem valores maiores para não terem de se explicar depois;
- refletem quantidade e não qualidade;
- utiliza-se de valores e escalas numéricas ou conceituais para julgamento.

TURNER (4) apóia este sistema, pois seu programa de avaliação é baseado em formulários e a avaliação é realizada em épocas específicas.

Enquanto a maior vantagem do formulário é o fato de permitir uma auto-avaliação com maior facilidade, a maior desvantagem é o problema de dar uma nota justa a uma atitude ou desempenho.

A verdade parece ser que nenhuma biblioteca está satisfeita com seu sistema de avaliação, por ser difícil classificar uma pessoa como “excelente”, “bom”, “razoável”, “ruim” ou mesmo numericamente, ao se fazer a pergunta, por exemplo? “Conhecimento de recursos bibliográficos”?

Este é um dos problemas mais difíceis

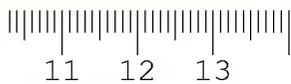
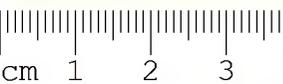
de serem resolvidos, pois o problema, conforme PEELE (10), é estabelecer padrões para os termos. Quão eficaz é necessário ser para receber um “3”, por exemplo, ou “desempenha a contento”, no caso de juízo? Quão exato deve ser uma pessoa para receber a nota máxima? Quantas vezes ele terá de errar para receber a nota “1”?

DEPROSPO (12) prefere usar apenas três valores, tais como “superior”, “satisfatório” e “não satisfatório”. Já JOHNSON (8), não faz objeção, apenas aconselha que ao se usar o tipo “formulário”, com escala de notas, deve-se ter o cuidado para evitar 4 erros comuns:

- “bias” pessoal
- tendenciosidade
- efeito de halo
- erro lógico

PEELE (10) novamente em 1972, acrescenta tentando analisar estas questões: “a verdade é que classificações baseadas em escalas numéricas é uma tarefa quase impossível à pessoa que está tentando preenchê-las. O supervisor precisa quase que simultaneamente pensar em quase todas situações de trabalho que se refere a cada ítem para que possa selecionar todos momentos críticos ou significativos, avaliá-los e padronizá-los para decidir a que nota (0-9) aquele comportamento, ação ou efeito se refere e ao mesmo tempo, comparar este comportamento com o comportamento do outro no mesmo trabalho”.

BRANDWEIN (6) parece concordar com DEPROSPO (12), pois os vinte itens a serem analisados em seu programa são classificados em “Superior”, “Satisfatório” e “Insatisfatório”.



Um outro método de avaliar é a forma descritiva, mencionada por PEELE, mas ele ressalva que a avaliação vai depender mais das habilidades de redação do supervisor que do desempenho do empregado.

A outra forma é tipo um diálogo informal. Deve ser considerada como uma atividade do dia-a-dia. Sempre que necessário, a qualquer momento, pois conforme JOHNSON (9), o empregado "compreende melhor suas deficiências quando elas são imediatamente reconhecidas e expostas que seis meses depois em uma entrevista formal. Se ele tem realizado algo bem, ficaria mais satisfeito se recebesse reconhecimento instantaneamente que depois de um ano".

Talvez o embrião deste pensamento ou conceito tenha surgido com PEELE (10) ao afirmar que "o melhor resultado pode ser obtido usando um meio de avaliação em tempos irregulares com revisões de desempenho regularmente".

FAST (7), em 1974, também é favorável a este sistema e inclui em sua opinião o fator retroalimentação obtido neste tipo de avaliação. Ele diz: "A avaliação deve ser um processo contínuo de supervisão. Reajuste de objetivos de trabalho baseados nestes dados devem ser feitos assim que necessários".

A desvantagem deste sistema é justamente o fato de não possibilitar as vantagens obtidas pelo método baseado em formulários. Parece ser no entanto, o que mais se identifica com a teoria "Y" de McGregor.

CONCLUSÃO

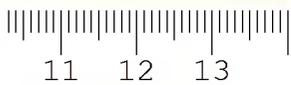
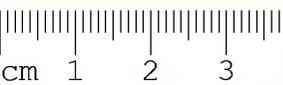
Interessante notar que apenas JOHNSON (9) citando Haynes afirma que o desempenho não depende apenas do trabalhador e sim de outros fatores que também deveriam ser levados em consideração ao se avaliar o empregado. Fatores tais como: o trabalho em si, o supervisor e o ambiente de trabalho. Sendo que estes fatores influenciam diretamente no desempenho do trabalhador, não é justo que o avaliem à parte, sem considerar estes pontos também.

Apenas KNIGHTLY (1) se preocupou extensivamente com os problemas envolvidos ao se tentar estabelecer critérios. Para ele, a identificação de medidas apropriadas tem provado ser tão difícil que ele o chama de "o problema de critério". Conforme KNIGHTLY (1), as bibliotecas devem usar mais tipos de critérios, pois qualquer um isolado, tende a indicar apenas de forma limitada o desempenho real.

O uso de apenas um ou dois critérios pode provocar um "bias" na avaliação. O uso de vários critérios aumentaria a probabilidade de se alcançar uma avaliação mais equilibrada.

Para KNIGHTLY (1), os critérios utilizados hoje em dia, permitem avaliar apenas o "out-put", mas que se outros fossem utilizados, o "input", processo e impacto causado também poderiam ser avaliados, pois são tão importantes quanto os "out-puts".

Os métodos padrões de avaliação de desempenho de pessoal estão baseados no conceito de que as posições e funções da biblioteca são voltadas para tarefas.



da biblioteca são voltadas para tarefas. Tal conceito justifica a dependência do uso de métodos com ênfase nos traços de caráter do empregado.

A tendência será, no entanto, eliminar dos formulários ou mesmo de qualquer tipo de avaliação de desempenho, os itens relacionados com personalidade e traços de caráter.

Embora os formulários ainda são grandemente usados, e parece que ainda o serão, muitos tem melhorado pelo fato de se preocuparem em oferecer um espaço onde se possa incluir comentários do supervisor e do empregado.

Uma destas tendências é incluir itens como, "adaptabilidade ao trabalho" e "rendimento grupal". Nestes, o indivíduo é considerado como parte integral de uma unidade ou departamento, e seu desempenho deve ser avaliado pelo grau

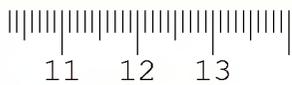
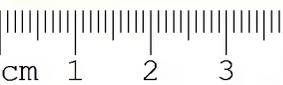
que ele realiza resultados específicos que venham contribuir com os esforços do grupo, para a consecução dos objetivos organizacionais.

A auto-avaliação será cada vez mais utilizada, juntamente com a avaliação grupal e mesmo a avaliação do supervisor pelo subordinado, como já indica TURNER (4) e MARTIN (2).

Embora os formulários continuem a existir por algum tempo, o seu uso diminuirá na proporção em que as avaliações se tomarem um processo contínuo, incluindo até uma supervisão diária se necessário. As supervisões provavelmente serão informais, concentrando-se nos objetivos de trabalho onde o empregado pode discutir abertamente seu desempenho com o supervisor.

REFERÊNCIAS

1. KNIGHTLY, J. J. Overcoming the criterion problem in the evaluation of library performance. *Spec. Libr.*, 70(4) : 173-8, apr., 1979.
2. MARTIN, Jess, A. Staffe evaluation of supervisors. *Spec. Libr.*, 70(1) : 26-9, jan. 1979.
3. HILTON, Robert C. Performance evaluation of library personnel. *Spec. Libr.*, 69(II) : 429-34, nov., 1978.
4. TURNER, A. M. Why do department heads take longer coffee breaks? *Am. Libr.*, 9 : 213-15, apr., 1978.
5. ELLISON, J. W. & LAZERATION, D. B. Personnel accountability form for a academic reference librarians: a model. *RQ*, 16 : 142-8, winter, 1976.
6. BRANDWEIN, L. Developing a service rating program. *Libr., J.*, 100(3) : 267-9, fev., 1975.
7. FAST, E. T. In-service development as a logical part of performance evaluation. *Sch. Med. Q.*, 3(1) : 35-41, fall, 1974.
8. WALFORD, B. P. Evaluation of special librarians. *Spec. Libr.*, 65(12) : 489-92, dez., 1974.
9. JOHNSON, Marjorie. Performance appraisal of librarians - a survey. *Coll. & Rds. Libr.*, 33(5) : 359-67, sept., 1972.
10. PEELE, David. Evaluating library employees. *Libr. J.*, 97(16) : 2803-7, sept, 15, 1972.
11. PEELE, David. Some aspects of staff evaluation in the UK & the USA. *Libr. Ass. Rec.*, 74(4) : 69-71, Apr. 1972.
12. DEPROSPO, E. R. Personnel evaluation as an impetus to growth. *Libr. Trends*, 20 (1) : 60-70, july, 1971.
13. BOODSON, K. Significance os staff structure and promotion policy. *Aslib. Proc.*, 22 : (267-75), jan., 1970.
14. PEELE, David. Performance ratings and librarian reghs. *Am. Libr.*, 1(6) : 585-600, june, 1970.



A ANÁLISE DAS CITAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS REVISTAS

por Manfredo Gervasi*

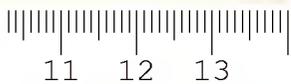
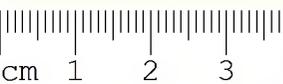
Roberto Castelo Branco Coelho de Souza**



(1), para cada uma das revistas tratadas expõe dados que permitem avaliar a importância das revistas, baseando-se nas citações que são referidas na literatura.

* Fondazione Ugo Bordoni, Roma, Itália.

** CPQD – TELEBRÁS, Campinas, São Paulo, Brasil.



A análise das citações não é certamente o único critério de avaliação dos artigos e das revistas; todavia é um critério objetivo que pode ser utilizado consultando o SCI e o JCR.

É óbvio que um índice de citações é baseado no princípio de que existe uma relação significativa entre um artigo e todos os outros trabalhos que são referidos na bibliografia indicada no mesmo artigo.

O SCI é bimestral e tem duas edições cumulativas: uma anual e uma quinquenal. Atualmente existem três edições separadas do SCI: uma multidisciplinar (Science Citation Index), uma para as ciências sociais (Social Science Citation Index) e uma para as artes e as ciências humanas (Arts & Humanities Citation Index). Uma vez que todos esses dados estão na fita magnética, é possível conduzir as mais várias manipulações e análises.

O SCI é composto de três partes: o *Source Index*, o *Citation Index* e o *Permuterm Subject Index*. O *Source Index* dá uma descrição bibliográfica completa de todos os artigos (incluindo editoriais, cartas ao editor e "correções") publicados nas revistas tratadas no SCI: autores, título da revista, número do volume, número do fascículo, página, números das referências bibliográficas, ano e endereço do trabalho dos autores. O todo é apresentado segundo a ordem alfabética do autor. O *Citation Index* é um elemento alfabético, segundo o primeiro autor, de todas as referências bibliográficas contidas nos artigos indicados no *Source Index* e cada referência é seguida de uma breve descrição do artigo que a citou.

O *Permuterm Subject Index* é um índice alfabético das palavras contidas nos títulos dos trabalhos indicados no *Source Index*. Cada palavra significativa de um título é associada com todas as outras palavras significativas e a cada par de palavras é referido o nome do autor que usou aquelas duas palavras no título do seu trabalho indicado no *Source Index**

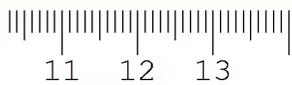
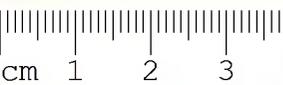
As revistas tratadas no SCI foram escolhidas tendo como base a frequência das citações recebidas na literatura, tendo em conta o fato significativo que mais de noventa por cento de todas as citações pertencem às primeiras três mil revistas da classificação feita segundo as citações recebidas (2).

O JCR são tabelas numéricas que permitem responder às seguintes perguntas:

- Quantas vezes uma revista X vem citada?
- Quais as revistas que citam a revista X e com qual frequência?
- Quantas citações apareceram na revista X?
- Quais foram as revistas citadas na revista X e com qual frequência?

São calculados dois parâmetros significativos que permitem a avaliação dos artigos publicados em cada revista. Trata-se do *fator de impacto* (impact factor) e do *índice de imediação* (immediacy index). O *fator de impacto* é essencialmente uma relação entre as citações e os

* A publicação Science Citation Index (SCI) pode ser consultada na biblioteca do Instituto de Física da Universidade de Campinas (UNICAMP), e na Biblioteca do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (Campinas).



artigos publicados. Isto é: se no ano de 1978 e 1979 uma revista Y publicou 20 artigos e no ano de 1980 foram encontradas 100 citações desses artigos, o fator de impacto da revista Y no ano de 1980 é $100 : 20 = 5$; se as citações em 1980 fossem somente 10, o fator de impacto seria $10 : 20 = 0,5$.

O índice de imediação dá a medida da velocidade na utilização do artigo publicado, porque considera a relação entre as citações feitas no mesmo ano em que os artigos foram publicados. Isto é: se no ano de 1980 a revista Z publicou 30 artigos e no mesmo ano de 1980 foram encontradas 15 citações destes artigos, o índice de imediação da revista Z no ano de 1980 é $15 : 30 = 0,5$; se as citações em 1980 fossem somente três, o índice de imediação seria $3 : 30 = 0,1$. É claro que, para este parâmetro, são privilegiadas as revistas de periodicidade quinzenal ou mensal em confronto com as revistas de periodicidade trimestral ou quadrimestral.

Tem-se finalmente um outro parâmetro que pode ser útil aos bibliotecários para a determinação, em cada revista do acervo, dos anos anteriores necessários para satisfazer as possíveis consultas do usuário. Trata-se do parâmetro "meia-vida" (half-life) isto é, o número dos anos necessários para cobrir 50% de todas as citações recebidas de uma revista em um determinado ano. Examinando as tabelas do JCR, vê-se que a revista A tem uma "meia-vida" maior de 10 anos, enquanto que a revista B tem uma "meia-vida" menor de 3 anos; isto significa que a revista A se deve conser-

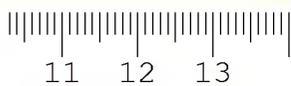
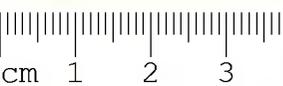
var mais de 10 anos e a revista B se pode conservar somente os últimos 5 anos para satisfazer as consultas do usuário que, encontradas as citações destas revistas, deseja verificar as fontes citadas.

Para todas as revistas tratadas no SCI, é possível consultar estes parâmetros significativos desde o ano de 1971.

É provável que o ISI possa, no futuro, oferecer acesso direto (on-line) a esses interessantes bancos de dados do JCR (3), do mesmo modo que agora é possível ter acesso via terminal ao banco de dados do Science Citation Index (SCI) e do Social Science Citation Index (SSCI) (4).

BIBLIOGRAFIA

1. GERVASI M.: Science Citation Index, un aiuto efficace per lo sviluppo della ricerca scientifica e tecnologica. *Bollettino d'Informazioni*, bimestrale dell'Associazione Italiana Biblioteche, Roma, 1973, n. 1, pag. 3-30.
Rivista dell'Informazione, Information Review, Roma, 1973, n. 3, pag. 55-69.
2. GARFIELD E.: Citation Analysis as a Tool in Journal Evaluation. *Science*, 1972, Vol. 178, N. 4060, p. 471-479.
3. GARFIELD E.: Preface in SCI Journal Citation Reports. A Bibliometric Analysis of Science Journals in the ISI Data Base. *Science Citation Index*, Philadelphia, 1980 Annual, Vol. 14, p. 1A.
4. GERVASI M., CASTELO BRANCO R.: A utilização de bancos de dados "on line" - Artigo preparado em setembro de 1981 para a revista *Dados e Idéias* (Editora Jornalística Gazeta Mercantil S.A. - São Paulo - Brasil).



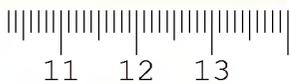
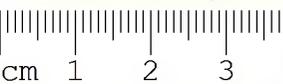
A arte de obter informação

Compilado e adaptado pela equipe do Centro de Informação da PTI – Publicações Técnicas Internacionais.

O relacionamento com pessoas que são fontes de informação representa o lado artístico de sua pesquisa, e este ponto requer um cuidado especial. É uma forma de desenvolvimento pessoal ao qual, muitas vezes, não damos bastante atenção. Lembre-se que a partir do momento que você estabelece contato com uma fonte de informação por telefone, ou mesmo pessoalmente, não existe nenhuma exigência que aquela pessoa forneça a você toda a informação que ela dispõe. Na verdade, não há nenhuma garantia que ela não desligue o telefone assim que você disser “alô”. Motivar seu interlocutor para que ele te proporcione, de boa vontade, toda a informação disponível, é um teste para sua habilidade.

Descritas abaixo você encontrará algumas técnicas úteis que permitirão a você desenvolver suas habilidades como um “artista da pesquisa”.

1 – COMO DIZER “ALÔ”: A maneira de iniciar uma conversa telefônica dará o tom a toda a entrevista. Qualquer que seja o humor da pessoa antes de atender ao seu chamado, ele será fortemente influenciado pela inflexão das suas primeiras palavras. Seja jovial e animado no seu cumprimento e primeiros comentários para não dar ao seu interlocutor a impressão



que o seu não será *mais um* telefonema chato, mas sim, um ponto luminoso no que seria um dia enfadonho qualquer. Seja agradável e diferente.

2 – **SEJA FRANCO:** Faça o possível para que sua fonte de informação sinta sua atitude aberta; você deseja o mesmo dela. Se for falso ao explicar suas necessidades ou seus motivos, seu interlocutor o perceberá mais cedo ou mais tarde e, conseqüentemente por sua vez, será cauteloso em fornecer as informações. Se não puder revelar certos pormenores, por serem confidenciais ou por outro motivo qualquer, explique as razões, e a maior parte das pessoas compreenderá seus argumentos. Seja sempre o mais sincero possível para que a fonte de informação em contrapartida, possa ser igualmente franca com você e atender seus pedidos.

3 – **SEJA OTIMISTA:** Isso ajudará alcançar seus objetivos. Mostre sempre, desde o início e durante toda a conversação, sua confiança. Qualquer alusão a pessimismo em sua atitude facilitará a seu interlocutor negar sua ajuda. Se você telefonar para uma fonte de informação dizendo: “Presumo que não tenha informações que me possa servir...” ficará muito simples para seu contato responder. “Está certo, não podemos ser úteis.” Uma atitude otimista, por outro lado, estimulará seu interlocutor a se esforçar para encontrar formas de auxílio.

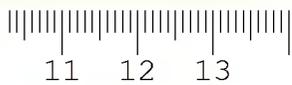
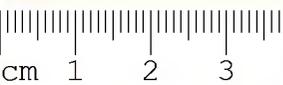
4 – **SEJA HUMILDE E AMÁVEL:** É perfeitamente possível ser, ao mesmo tempo, otimista e humilde. Ser humilde e amável com seu contato chama à memória o velho ditado que se pegam mais moscas com mel do que com vinagre. Lembre sempre que você está contatando

fontes de informação porque está precisando de especialistas na área que está investigando e que você quer aprender com elas e se beneficiar de seu conhecimento e competência. Esta técnica de aproximação tem muito sucesso. As pessoas em geral, e especialistas em particular, tem imenso prazer em transmitir a outros seus conhecimentos contanto que não seja questionada sua posição de autoridade.

5 – **NÃO SEJA UM APROVEITADOR:** Ou melhor, não seja o eterno “pedinte”. Tenha consideração para com a sensibilidade dos outros. Considerando os itens aqui expostos você evitará tornar-se um maçante “pedinte”.

6 – **SEJA CORTÊS:** Esta qualidade vai de mãos dadas com a humildade. Um elogio oportuno sobre a competência ou os conhecimentos de seu interlocutor a respeito de um aspecto específico do assunto reverterá em seu benefício inúmeras vezes. Considere que em sua pesquisa você poderá ter ocasião de entrar em contato com pessoas que sejam, possivelmente, colegas dessa fonte de informação. O ego e o moral de seu contato estarão enaltecidos ao saber que é altamente respeitado por seus colegas na área específica de sua atividade.

7 – **CONVERSE SOBRE OUTROS ASSUNTOS:** Não fale o tempo todo sobre a informação que você precisa. Seu relacionamento com sua fonte de informação será bem melhor se você discutir brevemente sobre outros tópicos sem importância, mesmo se for só sobre o tempo. Abordando outros assuntos você demonstrará ser uma pessoa com sensibilidade parecida à de seu interlocutor.



Quanto mais humano for seu relacionamento tanto maior será a probabilidade de seu contato sentir-se responsável em fornecer-lhe as informações necessárias para que você alcance os objetivos de sua pesquisa.

8 – **RETRIBUA O FAVOR:** Evite-se assim ser considerado “aproveitador”. Você poderá sempre compartilhar com seu interlocutor informações ou até “focofocas” ouvidas de outras fontes. Entretanto, tenha cuidado nesse caso, para não trair a confiança de outras fontes ou de seu cliente. Se estiver no início da sua pesquisa e não tiver nenhuma informação para transmitir à sua fonte, anote em sua agenda e entre em contato com ela quando seu trabalho estiver mais adiantado.

9 – **ENVIE BILHETES DE AGRADECIMENTO:** Uma breve mensagem, mesmo escrita à mão, fará com que sua fonte de informação coopere com você em pesquisas futuras e comente com outros que trabalhar com você foi bastante agradável.

10 – **TENHA CUIDADO COM AS LISTAS:** Conversando, por telefone, com seu contato tenha em mãos uma relação dos principais pontos que deseja abordar, mas evite enumerá-los sistematicamente. Se agir assim, seu interlocutor terá a impressão de que você é alguém que encara o próprio trabalho de maneira impessoal. Sua conversação deve ter um tom desembarçado e informal, enquanto, na verdade, você deve ir anotando cuidadosamente as respostas e orientando a discussão para os itens a serem ainda tratados. Seu objetivo é estimular o pensamento de seu interlocutor e não confiná-

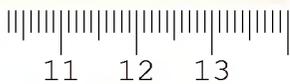
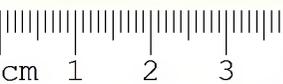
lo em “compartimentos” pré-fixados, que podem ter sido criados por você mesmo. A informação mais valiosa origina-se, em geral, de áreas que estão fora desses “compartimentos”.

11 – **SEJA PERSISTENTE:** Por último, mas não de menor importância, seja persistente e paciente. Você descobrirá que os especialistas consultados tem tantas responsabilidades que, às vezes, não estão em condições de ajudá-lo em problemas específicos: Estatísticas governamentais poderão não estar disponíveis e/ou atualizadas. Associações comerciais ou fabricantes de um determinado produto poderão recusar-se a fornecer informações, receando que você as transmita a outros fabricantes ou importadores. As revistas e jornais comerciais poderão não apresentar nenhum dado estatístico. Mas não desista, continue sua pesquisa. Há sempre (ou quase sempre) um meio de obter a informação de que você precisa. Perseverança e paciência trazem resultados. Procure ligações e contatos; eles acabarão por levá-lo à sua fonte específica de informação.

Você poderá, após ler essas 11 técnicas para obter informação, deduzir que não há como aplicá-las a toda entrevista que você empreender. Você estará certo provavelmente! Entretanto você pode, eventualmente, dominar todas essas técnicas tentando algumas de cada vez e você se surpreenderá como em pouco tempo terá assimilado todas elas, que na verdade, se resumem em dois pontos principais:

– Trate sua fonte de informação como você gostaria de ser tratado.

– Nunca desista – a informação de que você precisa está sempre no último lugar que você procura!



Legislação

Decreto nº 88.147, de 8 de março
de 1983

*Regulamenta a Lei nº 6994, de 26 de
maio de 1982, que dispõe sobre a fixação
do valor das anuidades e taxas
devidas aos órgãos fiscalizadores do
exercício profissional e dá outras
providências.*

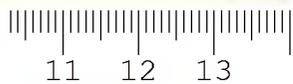
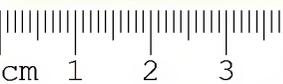
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
usando das atribuições que lhe confere o
artigo 81, item III, da Constituição da
República Federativa do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º – O valor das anuidades de-
vidas às entidades criadas por lei com atri-
buições de fiscalização do exercício de
profissões liberais será fixado pelo res-
pectivo órgão federal, vedada a cobrança
de quaisquer taxas ou emolumentos além
dos previstos no art. 3º deste Decreto.

§ 1º – Na fixação do valor das anui-
dades referidas neste artigo serão obser-
vados os seguintes limites máximos:

- a) para pessoa física, 2 (duas) vezes o
Maior Valor de Referência – MVR vigen-
te no País;
- b) para pessoa jurídica, de acordo com
as seguintes classes de capital social:



LEGISLAÇÃO

até 500 MVR	2 MVR
acima de 500 até 2.500 MVR . . .	3 MVR
acima de 5.000 até 25.000 MVR . . .	5 MVR
acima de 25.000 até 50.000 MVR . . .	6 MVR
acima de 50.000 até 100.000 MVR . . .	8 MVR
acima de 100.000 MVR	10 MVR

§ 2º – A pessoa jurídica legalmente desobrigada de indicar capital social para sua constituição recolherá a anuidade com base no valor mínimo previsto na alínea “b”, do § 1º deste artigo.

§ 3º – A fixação do valor da anuidade a ser recolhida por filiais ou representações ou qualquer outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, instaladas em jurisdição de outro Conselho Regional, não excederá à metade do valor da anuidade paga pela matriz ou estabelecimento base.

§ 4º – As filiais ou representações de pessoas jurídicas localizadas na jurisdição do Conselho de sua sede, com capital social destacado, pagarão anuidade na forma do artigo 1º deste Decreto, com base no seu capital, com observância do limite constante do § anterior.

§ 5º – O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Art. 2º – O pagamento das anuidades pelas pessoas físicas e jurídicas será efetuado ao órgão regional da respectiva jurisdição, até 31 de março de cada ano, com desconto de 10% (dez por cento).

§ 1º – A anuidade poderá ser paga em até 3 (três) parcelas mensais, sem descon-

to, em vencimentos marcados pelos respectivos Conselhos Federais.

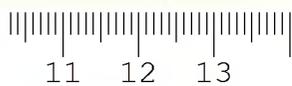
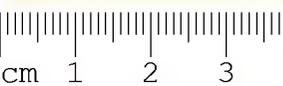
§ 2º – A anuidade ou parcela não paga no vencimento será corrigida segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN e acrescida de multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor corrigido.

§ 3º – Quando do primeiro registro, serão devidas, apenas, as parcelas relativas ao período não vencido do exercício, facultado ao respectivo Conselho Regional conceder isenção ao profissional comprovadamente carente, nos termos de Resolução a ser baixada pelos Conselhos Federais, sob critérios uniformes, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da vigência deste Decreto.

Art. 3º – As entidades referidas no art. 1º deste Decreto cabe fixar os valores das taxas correspondentes aos seus serviços relativos a atos indispensáveis ao exercício da profissão, restritos aos abaixo discriminados e observados os seguintes limites máximos:

a) inscrição de pessoa jurídica	1 MVR
b) inscrição de pessoa física	0,5 MVR
c) expedição de carteira profissional	0,3 MVR
d) substituição de carteira ou expedição de 2a. via	0,5 MVR
e) certidões	0,3 MVR

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às taxas referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, criadas pela Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, as quais poderão ser fixadas observado o limite máximo de 5 MVR.



LEGISLAÇÃO

Art. 4º – Considera-se receita, para efeito de aplicação deste Decreto, o produto da correção monetária, juros, multas, decorrentes de cobrança de anuidades, taxas, e emolumentos previstos no artigo 1º, e os rendimentos advindos da aplicação de recursos ou de quaisquer inversões financeiras.

Art. 5º – É vedada a aplicação do produto da arrecadação das anuidades, taxas ou emolumentos previstos neste Decreto, no custeio de despesas que não sejam diretamente relacionadas com a fiscalização do exercício profissional, salvo autorização especial do Ministro do Trabalho.

§ 1º – Além das Despesas Correntes e de Capital, básicas, vinculadas às atividades de manutenção e aos objetivos das entidades expressamente estabelecidos na respectiva lei instituidora, serão consideradas as seguintes:

a) reformas, instalações e manutenção do imóvel onde funciona o Conselho;

b) deslocamentos, hospedagens e jantares de Conselheiros pelo comparecimento às reuniões dos Conselhos Federais e Regionais e viagens de fiscalização, nas respectivas jurisdições;

c) aquisição ou construção de imóvel destinado à instalação dos Conselhos, desde que autorizada na forma do § 2º deste artigo.

§ 2º – A aquisição ou construção de imóvel destinado a sede do Conselho Regional ou Federal dependerá de prévia autorização do Ministro do Trabalho mediante proposta da entidade, através do órgão Federal respectivo, e devidamente fundamentada.

§ 3º – A execução das despesas de que trata o § 1º e suas alíneas fica condicionada a sua inclusão no orçamento e suas reformulações, encaminhados pelo órgão federal respectivo e previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 6º – Ao final do exercício as entidades a que se refere o art. 1º deste Decreto recolherão ao Ministério do Trabalho, em conta especial, 70% (setenta por cento) do saldo disponível, para ser aplicado em programa de formação profissional na área correspondente à origem do recurso nos termos de Portaria do Ministro do Trabalho.

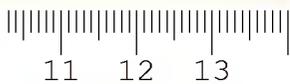
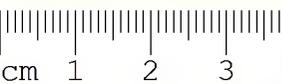
Parágrafo Único – Os programas de formação profissional referidos neste artigo, serão executados, diretamente ou através de convênios com entidades públicas ou privadas, na forma estabelecida em ato do Ministro do Trabalho.

Art. 7º – Considera-se saldo disponível, para os efeitos do disposto no artigo anterior, a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro verificada nos balanços dos respectivos Conselhos Regionais e Federais observadas as disposições constantes do art. 5º deste Decreto.

§ 1º – O ATIVO FINANCEIRO é representado pelo saldo apurado em Caixa, Bancos e Outras Disponibilidades, inclusive aplicações financeiras.

§ 2º – O PASSIVO FINANCEIRO é representado pelo saldo apurado em Restos a Pagar – Consignações e Outras Responsabilidades vencidas no exercício, devidamente reconhecidas.

§ 3º – Do saldo disponível apurado no exercício de 1982 será abatido o



MENSAGEM Nº 73, de 1983-CN

quantitativo necessário à satisfação das obrigações assumidas anteriormente à publicação da Lei nº 6994, de 26 de maio de 1982, cujos vencimentos ocorram no primeiro semestre de 1983, mesmo que não se refiram às despesas de que trata o art. 5º deste Decreto.

Art. 8º – O recolhimento de que trata o artigo 6º, será efetuado pelos Conselhos Federais até o dia 15 do mês de maio do ano seguinte, em conta especial indicada pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo Único – Os Conselhos Regionais repassarão aos Conselhos Federais respectivos, os valores correspondentes a sua parcela até o dia 5 do mês de maio do ano seguinte.

Art. 9º – No exercício de 1983 os prazos para recolhimento das parcelas de que trata o artigo anterior serão 30 e 15 de junho, respectivamente.

Art. 10 – O Ministério do Trabalho tomará a iniciativa da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis, pela comprovada inobservância de dispositivos da Lei e deste Decreto, por ato próprio ou mediante representação de qualquer interessado.

Art. 11 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de março de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

João Figueiredo
Murillo Macedo

D.O.U., de 9/3/83 p. 3769

O Presidente Figueiredo enviou ao Congresso Nacional, para deliberação, o Projeto de Lei que “dispõe sobre a rescisão de contratos de trabalho e seus efeitos; modifica normas sobre a greve motivada por atraso no pagamento de salários, sobre dissídio coletivo em caso de greve, sobre jornada de trabalho, horário extraordinário e dá outras providências”.

GABINETE DO MINISTRO

Portaria Nº 3.056, de 4 de maio de 1983

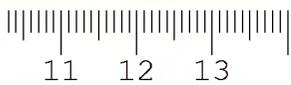
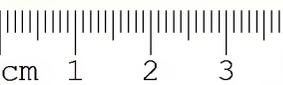
O Ministro de Estado DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, combinado com a Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977;

Considerando a Lei nº 7.047, de 01 de dezembro de 1982 que altera os itens II e III e o § 3º do artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando o Decreto nº 88.268, de 30 de abril de 1983, que fixa o coeficiente de atualização monetária, aplicável sobre os valores-padrão vigentes em 1º de novembro de 1982 e estabelece os novos valores de referência a serem adotados em cada região, **RESOLVE:**

I – Atualizar na forma dos anexos que acompanham a presente Portaria, os valores das tabelas expedidas pela Portaria Ministerial nº 3.219, de 7 de dezembro de 1982 para cálculo da contribuição sindical das categorias indicadas.



LEGISLAÇÃO

II — Os efeitos desta Portaria vigoram a partir de 1º de maio de 1983.

Murillo Macêdo

Para consultar as tabelas ver D.O. de 5/5/83 p. 7250 a 51.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

Portaria CFB Nº 003/83

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, RESOLVE: Constituir Comissão Especial composta dos Conselheiros Federais Iara Conceição Neves Machado, Laura Garcia Moreno Russo, Maria Martha de Carvalho e as Presidentes dos Conselhos Regionais das 6as., 7a. e 8a. Regiões, respectivamente, Lucia Helena Pimenta Lima, Nereida Salazar Bergo de Lacerda e Mercedes Della Fuente sob a presidência da Conselheira Iara Conceição Neves Machado, para elaborar minuta do texto básico referente a alteração da Lei 4.084 de 30 de junho de 1982, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação.

Brasília, 16 de maio de 1983

Maria Lucia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB

CRB-2/4

(Of. nº 201/83)

RESOLUÇÃO CFB Nº 294/83

*Altera o Art. 83 da Resolução
CFB nº 154/83.*

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, RESOLVE, ad referendum do Plenário:

Art. 1º — Alterar o artigo 83 do Regimento Interno do Conselho Federal de Biblioteconomia, aprovado pela Resolução CFB nº 154/76, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 83 — As infrações aos dispositivos legais vigentes ao Código de Ética Profissional sujeitarão os profissionais às penalidades, cominadas naqueles diplomas legais.

§ 1º — Considerada a gravidade da infração cometida e a reincidência das mesmas, os profissionais estarão sujeitos às penalidades que seguem, na seguinte escala gradativa: a) advertência; b) advertência em Sessão Plenária; c) censura pública; d) suspensão do registro profissional; e) cassação do registro; f) multa.

§ 2º — A penalidade de multa poderá ser também combinada com qualquer das penalidades constantes do parágrafo anterior.

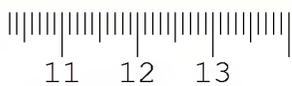
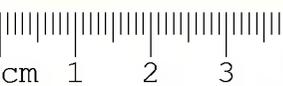
Art. 2º — O artigo 84 do Regimento Interno do CFB., passará a ter a seguinte redação:

Art. 84 — O CFB publicará o Manual de Procedimentos de Fiscalização Profissional.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1983.

Maria Lucia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4



LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO CFB Nº 295/83

Regulamenta a concessão de "jetons" aos membros dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56725, de 16 de agosto de 1965, tendo em vista a decisão tomada pelo Egrégio Conselho Federal de Biblioteconomia, em sua reunião de 11 de março de 1983 e, nos termos do Decreto nº 69382 de 19 de outubro de 1971 que regulamenta a Lei nº 5708 de 4 de outubro de 1971 que dispõe sobre a concessão de gratificação pela participação em órgãos de deliberação superior, RESOLVE:

Art. 1º – Os membros dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia perceberão por sessão de que participem, a título de gratificação, valores na forma prevista na presente Resolução.

Art. 2º – A gratificação por sessão, será de 50% (cinquenta por cento) do maior salário mínimo vigente no país.

Parágrafo Único – A título de representação, a gratificação do Presidente será acrescida de 30% (trinta por cento).

Art. 3º – Conforme as necessidades dos Conselhos Federal e Regional o número de sessões gratificadas será de, no máximo, 12 (doze) durante o ano civil, respeitando o número de Sessões previstas nos Regimentos Internos.

Art. 4º – Os Conselheiros não poderão participar de mais de um órgão de deliberação coletiva, mesmo a título gratuito, na área da biblioteconomia.

Parágrafo Único – O Conselheiro que por força de Lei ou Regulamento for membro nato de mais de um órgão de deliberação coletiva, optará pela gratificação de um deles, vedada a acumulação de qualquer remuneração ou vantagem decorrente da situação de membro de outro órgão.

Art. 5º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de março de 1983.

Maria Lúcia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4

Maria Lúcia Vasconcelos Coelho
1ª Secretária do CFB
CRB-2/19

RESOLUÇÃO CFB Nº 296/83

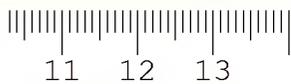
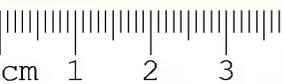
Fixa critérios para a concessão de diárias nos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56725 de 16 de agosto de 1965, RESOLVE:

Art. 1º – Os membros dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, assessores e servidores farão jus à percepção de diárias quando convocados ou designados para participação em reuniões, congressos, simpósios e outros eventos, fora de suas cidades de origem.

Art. 2º – O valor da diária prevista no artigo anterior, obedecerá à tabela, que fica fazendo parte integrante desta Resolução.

Art. 3.



LEGISLAÇÃO

Art. 3º – As diárias de que trata esta Resolução destinam-se a indenização das despesas com alimentação e pousada e serão concedidas por dia de afastamento de seu domicílio.

Parágrafo 1º – O valor da diária será deduzido de 50% (cinquenta por cento), quando a ausência não exigir pernoite.

Parágrafo 2º – O não comparecimento ao evento para o qual o beneficiário for convocado ou designado, obriga-lhe à devolução do valor recebido, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 4º – As despesas com passagens correrão por conta do Conselho interessado.

Art. 5º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de março de 1983

Maria Lucia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4

Maria Lucia Vasconcelos Coelho
1ª Secretária do CFB
CRB-2/19

ANEXO À RESOLUÇÃO CFB Nº 296/83. Valores conforme o Decreto Nº 87743 de 29 de Outubro de 1982.

FUNÇÃO	COEF.S/MVR.VIGENTE
Presidente do CFB	1,4
Presidente do CRB	1,3
Conselheiros Fed.	1,3
Conselheiros Reg.	1,2
Assessores	1,1
Servidores	1,0

PORTARIA CFB Nº 001/83

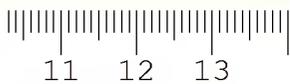
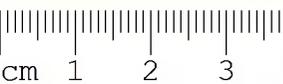
Dispõe sobre homologação de nomes de Bibliotecários para Delegacias e Representações Regionais.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965,

RESOLVE:

Homologar as indicações dos Bibliotecários Delegados e/ou Representantes Regionais, durante o exercício de 1983, conforme relação abaixo:

- DRB-1,
- ACRE - Raimundo Ferreira de Souza, Delegado
- CUIABÁ - Maria Gonzaga de Melo, Delegada
- GOIÁS - Maria Auxiliadora Andrade Chegaray, Delegada.
- M.G.SUL - Hilda de Oliveira Lima, Delegada.
- RONDÔNIA - Maria Gorete Fernandes Campos, Delegada.
- CRB-2,
- AMAZONAS - Lenize de Oliveira Ribeiro e Rebouças, Delegada.
- AMAPÁ - Dea Rola Soares, Delegada.
- CRB, 3
- MARANHÃO - Maria Mary Ferreira, Delegada
- PIAUI – Arlete Meireles Sorensen, Representante.
- CRB4,
- R.G.NORTE - Vânia de Vasconcelos Gico Silva, Delegada.
- ALAGOAS - Genolina Silva Gomes, Delegada.
- PARAÍBA - Maria Neusa Morais Costa, Delegada.
- CRB-5
- SERGIPE - Sônia Maria Ferreira de Andrade, Delegada.



LEGISLAÇÃO

CRB-7

E.SANTO - Aneti Maria de Barros Modolo, Delegada.

CRB-9

S.CATARINA - Silva Regina. Cardeal, Delegada.

LONDRINA - Aglaé Fierli Hereck, Representante.

Brasília, 9 de março de 1983

Maria Lúcia Pacheco de Almeida

OF.CIRC.CFB.Nº 028/83

Brasília, 13 de maio de 1983

Da: Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

Para: Presidentes dos Conselhos Regionais FEBAB, Associações de Bibliotecários, Conselheiros Federais.

Prezados Senhores:

Encaminhamos a Vv. Sas., cópia do documento que, nesta data, enviamos ao Senador Aloysio da Costa Chaves, no qual solicitamos a rejeição no Senado do PL 32/80, bem como cópia do Of.195/83 encaminhado à S.Geral/M.Juстиça.

Atenciosamente,

Maria Lucia Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4

OF.CFB.Nº 191/83

Brasília, 13 de maio de 1983

Exmo. Sr.

Senador Aloysio da Costa Chaves

DD. Líder do Governo no Senado Federal

Excelentíssimo Senhor:

82

Encontra-se tramitando no Senado da República o PL nº 32/82, originário do PL nº 3183/82 da Câmara Federal, de autoria do Deputado Celso Peçanha, já aprovado na Casa de origem.

O PL 32/80 "Altera dispositivos da Lei 4769, de 09 de setembro de 1965, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências".

As alterações propostas, consubstanciadas no espírito e corpo da Lei, visam, na sua essência, entre outras, tornar privativo aos Técnicos de Administração, cargos, funções e atribuições pertencente às organizações públicas e privadas.

Referidas alterações desrespeitam outras categorias profissionais, entre as quais se inclui a dos bibliotecários, ameaçados no seu exercício profissional.

O art. 6º da Lei 4084/62, que "Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e seu exercício", estabelece:

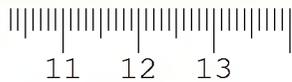
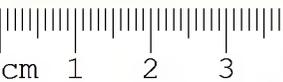
Art. 6º - São atribuições dos bachareis em biblioteconomia a organização, direção e execução de serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

.....
c) administração e direção de bibliotecas.....

Ora, o PL 32/82, ignora e desrespeita aquele dispositivo legal.

As atividades de assessoria em geral, chefias, seleção e administração de pessoal nunca foram privativas de um Técnico de Administração e nem o devem ser.

Merece destaque o desrespeito dado



LEGISLAÇÃO

Merece destaque o desrespeito dado pelo artigo 4º e seus parágrafos 1º e 2º do Projeto de Lei.

Aprovado o projeto, sancionada a Lei, a situação estaria injustamente subvertida, e seria a Lei fonte de conflitos, tanto nas organizações públicas quanto nas de caráter privado, uma vez que, na forma da alínea "a" do parágrafo 2º do Projeto de Lei, os cargos, funções, empregos de direção, chefias, assistência e assessoramento, seriam definidos não pelas empresas mas pelo órgão federal de fiscalização da profissão de administradores.

Dessa forma, em nome do Conselho Federal de Biblioteconomia e dos 10 (dez) Conselhos Regionais, é que nos manifestamos contra o Projeto de Lei 32/82, sugerindo a Vossa Excelência a sua rejeição.

Aguardando pronunciamento de V. Excelência, renovamos protestos de alta estima e apreço.

Maria Lucia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4

OF.CFB.Nº 195/83

Brasília, 17 de maio de 1983

Prezados Senhores:

Tomamos conhecimento através da Gazeta Mercantil de 08.02.1983, do teor do Anteprojeto que dispõe sobre a microfilmagem, equiparando aos originais os filmes obtidos mediante microfilmagem de documentos bem como de informações contidas em qualquer suporte de dados.

Nos termos da Lei 4.084/62, que dispõe sobre a profissão do bibliotecário, estabelece a alínea "d" do art. 6º, que são atribuições dos bacharéis em biblioteconomia:

Art. 6º —

d) a organização e direção dos serviços de documentação.

Ora, a Lei 4.084/62, está totalmente defasada, tanto que vêm se processando estudos para a sua alteração.

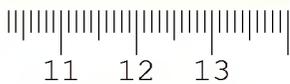
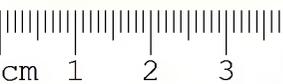
Quando a alínea "d" do art. 6º da Lei 4.084/62, estabelece como atribuição dos bacharéis em biblioteconomia a organização e direção dos serviços de documentação, não levou em conta o conceito atual de que tudo aquilo que é registrado sob o suporte físico é um *documento*. Assim, o microfilme é um *documento*. Logo, seu lugar específico é nos serviços e centros de Documentação, e estes, organizados por bibliotecários.

Considerando esta lacuna na Lei 4.084/62, os Conselhos Regionais de Biblioteconomia encontram-se sem competência para enquadrar a atividade relativa à organização e tratamento de microfilme como sendo privativa do bibliotecário, o que vem criando sérios embaraços à fiscalização profissional.

Diante do exposto, sugerimos a VV. SS., a inclusão de um artigo no Projeto de Lei em apreço, tomando privativo do bibliotecário o tratamento e a organização do microfilme.

No ensejo, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Maria Lucia Pacheco de Almeida
Presidente do CFB
CRB-2/4



LEGISLAÇÃO

À
Secretaria Geral do
Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios
0 064 – Brasília – DF

OF.CIRC.CFB.Nº 032/83

Brasília, 24 de maio de 1983

Da: Presidente do Conselho Federal de
Biblioteconomia

Para: Senhores Conselheiros Federais, Pre-
sidentes dos Conselhos Regionais, Federa-
ção Brasileira de Associações de Bibliote-
cários, Associações de Bibliotecários e Es-
colas de Biblioteconomia.

Prezado(a) Senhor(a):

Temos o prazer de voltar à presença de V. Sa., em aditamento aos nossos ofícios Circulares de nºs 36/82, 50/82, 51/82 e 56/82, a fim de informar que, por gentileza do Sr. Presidente da Fundação Petrônio Portela, do Ministério da Justiça, Dr. Walter Costa Porto, uma Comissão de Bibliotecários formada pelos Srs. Aníbal Rodrigues Coelho, (do CFB), Emir José Suaiden, (Presidente da ABDF), Silvana Saffe de Matos (do Ministério da Justiça), Ângela Maria Crespo (do Ministério do Interior) e Flávia Prado (do IPEA), foi recebida pelo Excelentíssimo Senhor Senador Marco Maciel que aceitou nossas sugestões de pressionar junto ao Dr. Frederico Augusto Bastos, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, onde o nosso processo de reclassificação nº 2421/82/FG, resultante da Exposição de Motivos nº 243/82, acha-se estacionado desde janeiro do fluente bem como jun-

to ao Sr. Ministro da Casa Civil da Presidência da República, Dr. João Leitão de Abreu, no sentido de agilizar o andamento do esperado Parecer que torne realidade uma grande aspiração do bibliotecário brasileiro.

Sugerimos que essa informação seja passada adiante, a todos os profissionais brasileiros para que cada um dentro de suas possibilidades una o próprio esforço e influência ao trabalho de cada órgão de classe endereçado a este objetivo.

Com a manifestação do nosso apreço

Maria Lucia Almeida

Presidente do CFB

CRB-2/4

PORTARIA Nº 56/83

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 8ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e Regimentais e

CONSIDERANDO a existência de inúmeros profissionais com anuidades e multas em atraso,

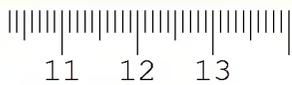
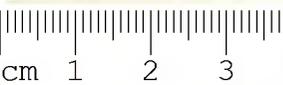
CONSIDERANDO que a Autarquia, tem na lei e no art. 33 do decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965, os meios para o recebimento dessas dívidas e

CONSIDERANDO, finalmente, que a situação deva começar a ter uma solução para o recebimento dos mencionados atrasos.

RESOLVE,

Art. 1º – Os débitos em atraso, sejam de que natureza forem, deverão ser inscritos, como dívida, no livro próprio.

Art. 2º – Inscrita a dívida, especifique-se, desde logo, a respectiva certidão de débito, com os acréscimos legais.



LEGISLAÇÃO

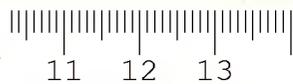
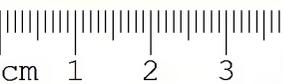
Art. 3º – Promova, o Sr. Assessor Jurídico, a cobrança executiva dos débitos em atraso, representativos de dívida ativa desta Autarquia.

Art. 4º – As despesas com a cobrança da dívida ativa serão feitas através de verba própria.

Art. 5º – A presente portaria entra em vigor na presente data.

São Paulo, 2 de março de 1983

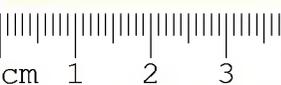
Mercedes Della Fuente
Presidente CRB-8/298



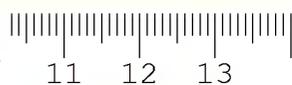
RESUMO

Art. 20 - A presente publicação tem
vigor na presente data.
São Paulo, 3 de maio de 1983.
Mônica Tróia Fátima
Presidente CDB (CDB)

Art. 20 - A presente publicação tem
vigor na presente data.
São Paulo, 3 de maio de 1983.
Mônica Tróia Fátima
Presidente CDB (CDB)

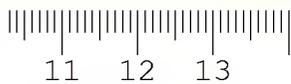
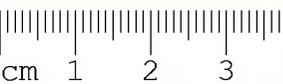


Digitalizado
gentilmente por:

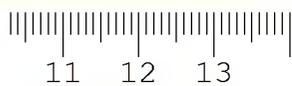
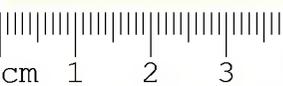


EVENTOS

- **The Library Association Second International Summer Workshop 1983.** Londres 31 ago/9 set/83. Promoção da Library Association 7, Ridgmont Street. London SCIE 7AE
- **4º Congresso Latino-Americano de Micrográfica – 8ª Convenção Nacional do Microfilme – Tecnologias Integradas.** São Paulo, 8/12 ago/83. Promoção do CENADEM. Rua Haddock Lobo, 585, 5º andar. CEP 01414 – São Paulo.
- **Programa de Aluno Visitante.** Promoção do Rosary College Graduate School of Library and Information Science. Informações: Dr. Richard Izechung Li, Dean, G.S.L.I.S. Rosary College 7900 W. Division Street, River Forest. U.S.A. Illinois 60305.
- **PABLO III – Programa de Treinamento de Bibliotecários Latino-Americanos, III.** 18/7 a 26/8/83. Informações: Cecilia Culebra y Vilves, Jefe del Departamento de Servicios Públicos. Biblioteca Daniel Cosío Villegas. El Colegio de Mexico. Camino al Ajusco, 20. Col. Pedregal de Santa Teresa. Deleg. Magdalena Contreras. 01000 – México, D. F.



- **Biblioteca Escolar – Centro de Comunicação. Conferência Anual.** Agosto 10/15, 1983. Intermar Hotel, Bad Segeberg FRG. Informações: IASL Conference 1983. Stadtbucherei. Europaallee, 36. 2000 Norderstedt – W. Germany.
- **6º Seminário Nacional de Sistemas Micrográficos.** Niterói, 8/11 dez. 1983. Núcleo de Documentação. Universidade Federal Fluminense. C. P. 1050 – Icaraí – 24000 – Niterói – Rio de Janeiro.
- **2ª Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação.** 1/13 de julho, 1983. Piracicaba. Promoção: A. P. B.
- **Curso “Filosofia da Biblioteconomia”.** 18/22 de julho, 1983. Biblioteca Central da Universidade Federal do Piauí. Informações: Margaret de Lucena Martins Lima. U. F. P. Campus Universitário Ininga. 64000. Teresina. PI.
- **2º Congresso Brasileiro de Publicações. 2º Seminário Brasileiro de Reprografia.** 8/13 abril, 1984. Promoção: FEBAB.
- **Curso de Especialização em Administração de Sistemas de Informação.** Brasília – 5 set/30 nov –, 1983. (360h). Promoção: CNPq/IBICT – FUNCEP – ABDF.
O curso será desenvolvido em quatro matérias com aulas teóricas, seminários, palestras e debates. Será exigida a apresentação de um trabalho final.
- **Curso de Especialização em Biblioteconomia. Área: Sistemas de Informação** voltados para o usuário. Duração: agosto/dezembro de 1983, em tempo integral. Promoção: UFPR/Dep. Biblioteconomia – CAPES. Informações: Departamento de Biblioteconomia. Setor de Educação/UFPR. Caixa Postal, 756. Rua General Carneiro, 460 - 7º andar. 80.000 – Curitiba, PR. Fone: (041) 264-2522, ramal 134.
- **XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.** 23 a 28 de outubro de 1983. Balneário de Camboriú – SC – Brasil. Informação e Desenvolvimento Nacional, tema central do Congresso, abordará em seus aspectos mais amplos, assuntos como: Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia, o Homem, o Desenvolvimento. Subtemas: Usuários, Recursos Humanos, Infraestrutura da Informação. Informação.
Os trabalhos a serem inscritos para apresentação no XII CBBBD, poderão ser: Técnicos, Informativos ou de Divulgação.
Os trabalhos técnicos, após seleção deverão ser apresentados nos Grupos de Estudo, de acordo com o assunto apresentado. Os Grupos de estudo ocorrerão em horários simultâneos.
Os trabalhos informativos ou de divulgação, caracterizam-se por não apresentarem dados conclusivos, podendo tratar de pesquisas em andamento, projetos em desenvolvimento, teses em processo de elaboração e programas especiais executados a nível experimental.
Os trabalhos assim enquadrados deverão ser apresentados como Comunica-



ção Prévia.

O prazo para entrega dos trabalhos prolongou-se até 30 de julho de 1983.

Promoção: Associação Catarinense de Bibliotecários/FEBAB. Caixa Postal, 771. Fone: (0482) 33-1344 - ramal 31. Tlex (0482) 242. 88.000 – Florianópolis-XC – Brasil. Inscrição na FEBAB.

- **Seminário sobre Estudo de Usuários, Avaliação e Uso da Informação em Bibliotecas Acadêmicas e Universitárias** (ambientes de ensino e/ou pesquisa). Ministradores/Disciplinas: Gilda Maria Braga, IBICT/CNPq, Uso da Informação; Jeannette Kremer, UFMG, Estudo de Usuários; Vanda Paranhos, UFPr, Avaliação.

Pela primeira vez juntos, três PH.D. da área de Biblioteconomia.

Organização: Período da manhã: Seminários; Período da tarde: reunião dos três grupos (45 participantes) e discussão do projeto específico de cada uma das três áreas e suas implicações na biblioteca, como um todo (Discussão coletiva dos tópicos específicos).

Participantes: Quinze, em cada área (total 45). Data: 5 a 9 de dezembro/83, de 2a. a 6a. feira. Horário: Integral, das 9h às 12h das 13h às 17h. Local de inscrição e realização: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". Taxa de Inscrição: Cr\$ 45.000 de 1/8 a 30/9; Cr\$ 50.000,00 de 1/10 a 30/10 (encerramento das inscrições).

II PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

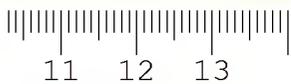
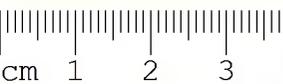
Aprovado pelo Decreto nº 87.814, de 16/11/82 e publicado no D.O.U. de 18/11/82, Seção I, pp. 21469-21471.

O Plano fixa objetivos, prioridades e diretrizes que consubstanciam a política do Ministério da Educação e Cultura para a área de pós-graduação. Tanto na estrutura quanto no conteúdo, o Plano harmoniza-se com as orientações emanadas do III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND – e com as indicações do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – III PBDCT.

O objetivo central do Plano consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado. Por recurso humano qualificado entende-se aquele dotado da capacidade de atuar na fronteira de uma especialidade, não só ao ponto de estar em condições de reproduzir o conhecimento que lhe é transmitido, o que apenas representa a capacidade efetiva de incorporá-lo, mas também de colaborar para o seu avanço, com contribuições significativas, o que representa o domínio real daquela especialidade.

Para a realização deste objetivo devem ser considerados alguns condicionamentos fundamentais tais como as especificidades inerentes às diversas áreas de conhecimento e os desníveis entre regiões e instituições, decorrentes de marcada heterogeneidade do contexto.

Nesse sentido, as medidas a serem adotadas objetivam a superação dos efeitos



NOTICIÁRIO

negativos da heterogeneidade regional e institucional, levando em consideração que especialmente as regiões mais pobres necessitam de recursos humanos capazes de enfrentar com competência os problemas fundamentais que marcam a sua realidade sócio-econômica.

O Plano é dividido nas seguintes partes: premissas básicas da Política Nacional da Pós-Graduação; análise dos principais problemas de pós-graduação; definição do papel da pós-graduação no contexto nacional; apresentação dos objetivos básicos; descrição das principais diretrizes e prioridades.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS – Comissão da IFLA

May Brooking Negrão foi reeleita para o Standing Committee of the Section "Public Libraries". Como Membro do Comitê deverá estar presente à Conferência Geral da IFLA a realizar-se em Munich, em agosto.

A. B. D. F.

A Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal está programando para 1983 e 1984 a tradução de alguns textos considerados básicos para os cursos de formação profissional.

Os professores das escolas de Biblioteconomia estão sendo consultados para colher sugestões dos textos de interesse para o curso, ou a área que deverá ser feito este trabalho.

Através da Diretoria de Editoração a ABDF também está preocupada em divulgar os trabalhos elaborados pelos alunos de pós-graduação na Revista de Biblioteconomia de Brasília, na série ABDF documentos e também no boletim da

documentos e também no boletim da ABDF.

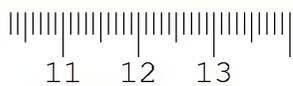
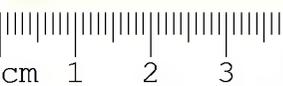
A. A. B.

A 27 de abril p.p., no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, tomou posse a nova diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1983-85) que ficou assim constituída: Presidente – Afonso Carlos Marques dos Santos; Vice-Presidente – Lia Temporal Melcher; 1º Secretário – Maria Lúcia Gonçalves; 2º Secretário – Jaime Antunes da Silva; 1º Tesoureiro – Maria Aparecida Silvestre da Costa Mariano; 2º Tesoureiro – José Maria Jardim.

SERVIÇO AUTÔNOMO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Publicações Técnicas Internacionais Ltda (PTI) é uma empresa que oferece um serviço que amplia a capacidade de informação e facilita a atividade do bibliotecário, principalmente em campos especializados. O trabalho consiste em localizar e fornecer qualquer publicação no país e exterior, tais como livros, assinaturas de periódicos, revistas técnicas, anais de congressos, teses, manuais, normas, anuários, atas, coleções em microfilme e microfichas.

O PTI procura bibliotecários autônomos que disponham de tempo e que tenham interesse em oferecer estes serviços junto às indústrias, empresas, universidades, centros de informação e bibliotecas, em base de excelente comissão e apoio técnico. Esta atividade recebe o título de "Corretores de Informação". Maiores detalhes podem ser obtidos no seguinte endereço: Publicações Técnicas



Internacionais Ltda. Rua Peixoto Gomi-
de, 209 – 01409 – São Paulo, SP – Tel:
(011) 257-1640, 258-8442 e 258-8167.

PÓS GRADUAÇÃO, PARA QUEM?

O estabelecimento de Cursos de pós-graduação, constituem uma consequência natural do progresso do saber e expressam o grau de desenvolvimento científico de uma determinada área do conhecimento. Desta forma, podem ser considerados como um avanço para as profissões universitárias e possuem como finalidade primordial formar lideranças capazes de identificar os problemas básicos, questionar as teorias e apontar soluções (3).

A pós-graduação “lato sensu” inclui, cursos de especialização, mestrado e doutorado que possuem finalidades específicas e características distintas.

A especialização, segundo o Prof. Newton Sucupira, tem mais um “sentido prático-profissional” (2). Isto vale dizer que os cursos, neste nível, são criados quando uma determinada área profissional apresenta um tal grau de complexidade e diversificação que exige um conjunto de conhecimentos específicos, além dos obtidos na graduação, para que os profissionais possam melhor atuar. Estes cursos podem ou não preparar para a pesquisa científica, sendo mais completos quando o fazem porque capacitam o aluno a realizar seus trabalhos segundo a metodologia científica. A especialização é a primeira etapa da pós-graduação e aparece como solução válida para atender as necessidades profissionais.

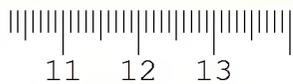
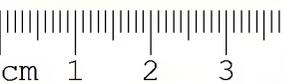
Quando o conhecimento já se encontra num estágio mais adiantado de desenvolvimento, são criados os cursos de mestrado, doutorado, nesta ordem, sempre associados a um ambiente de expressiva produção científica. Por esta razão, somente são estabelecidos cursos de pós-graduação “stricto sensu” quando há um núcleo de pesquisadores atuando na área, formando um sistema misto de investigação e cursos estruturados que visam preparar novos pesquisadores, docentes e profissionais no mais alto nível.

A Biblioteconomia, como área em que o progresso dos conhecimentos tem se feito sentir com bastante intensidade nas últimas duas décadas, já possui um corpo de conhecimentos teóricos próprio, além de ter buscado subsídios em outras áreas da ciência e da tecnologia para seu desenvolvimento. Como consequência, o trabalho do bibliotecário, tanto a nível técnico como administrativo, tem se tornado cada vez mais complexo, para atender de forma eficiente as necessidades de informação da sociedade a que serve.

O resultado deste avanço foi a criação de cursos que atendessem às necessidades de mercado com demanda específica e formassem pesquisadores e docentes para produzir e transmitir o conhecimento.

No Brasil, foi assim, implantada a pós-graduação, compreendendo cursos de especialização e mestrado na área de Biblioteconomia.

A antiga aspiração dos bibliotecários gaúchos em relação à implantação de cursos deste nível em Porto Alegre, deu-se em agosto de 1981, quando foi estabelecido o primeiro Curso de Especialização



NOTICIÁRIO

em Administração de Sistemas de Bibliotecas, pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFRGS, a fim de atender os desejos da classe de aprimoramento e busca de maior "status" profissional. Vale lembrar que a área escolhida foi determinada pelos próprios bibliotecários, através de pesquisa realizada junto à Associação Rio-Grandense de Bibliotecários e à Biblioteca Central da UFRGS.

Dos 25 alunos que participaram do Curso e investiram em si mesmos, estima-se que 21 concluíam o Programa que se encontra em fase final de realização. Embora o número seja bastante significativo, sabe-se que é insuficiente para afirmar que a necessidade de especializar administradores de bibliotecas está suprida no Rio Grande do Sul.

Além da formação de recursos humanos, o Curso teve outros produtos altamente significativos, como a experiência dos professores, a aquisição de bibliografia específica para as disciplinas e uma infra-estrutura administrativa que permitem a continuidade deste Programa. Para atender as determinações da Universidade, novo projeto foi elaborado e recebeu aprovação imediatamente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para a realização de um segundo Curso dessa natureza. Professores foram novamente convidados, o IBICT prontificou-se a colaborar com passagem e estadia para dois docentes, cópia do projeto foi enviada à CAPES para auxílio financeiro, divulgação através de cartazes, prospectos, jornais e rádios foi feita e abriram-se as inscrições.

Das 25 vagas previstas como mínimas para que o Curso possa ser realizado, apenas 10 candidatos efetuaram suas inscrições. Pergunta-se então:

Pós-graduação em Biblioteconomia, no Rio Grande do Sul, para quem?

Referências bibliográficas:

1. FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em Biblioteconomia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 3(1) : 27-39, março 1974.
2. SUCUPIRA, Newton. Definição dos Cursos de pós-graduação. Parecer nº 977/65. *Documenta*, Rio de Janeiro, 44 : 67-86, dez. 1965.
3. VIEIRA, Anna Soledade & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em Biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1ª Rio de Janeiro, 15-20 jun. 1975. *Anais*. Rio de Janeiro, IBICT, 1978. v. 1, p. 133-40.

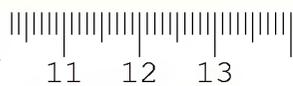
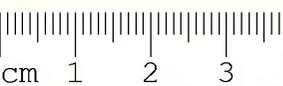
Ida Chittó Stumpf
Coordenadora

(Transcrito da ARB Notícias, Porto Alegre 9(1), jan/mr/83).

A. P. B. — Atividades

1 — PARTICIPAÇÃO NO I FORUM DE DEBATES: A CIDADE E A CULTURA.

Atendendo convite da Secretaria Municipal de Cultura a Presidente da APB participou de reuniões que culminaram com a colocação feita a 25/4/83, no I Forum de Debates: a Cidade e a Cultura na sessão reservada à participação de Entidades de classe ligadas à Cultura. Preliminarmente aconteceram reuniões com várias Entidades envolvidas, para determinação da forma de participação e reuniões setoriais com Entidades ligadas à Literatura tais como: UBE, Sindicatos dos Escri-



NOTICIÁRIO

tores, CELJU etc. Da discussão de uma política cultural para a cidade de São Paulo foi colocada a necessidade de Política para as Bibliotecas que seja:

– Descentralizadora; Com decisões a partir da comunidade; Com criação de espaços irreversíveis; Com infra-estrutura adequada e inabalável; Com espaços para ler, escrever, ouvir, ver e fazer; Com acesso democrático à informação; Com a finalidade de preservar e criar; Sem a manipulação do povo pelo poder público.

2 – PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ESTADUAL DE CULTURA

No tocante a política Estadual da Cultura, juntamente com outras entidades participou de reuniões nos dias 8 e 15 de abril com o Secretário de Estado da Cultura, Deputado João Pacheco e Chaves e seus Assessores. Das reuniões de discussão sobre o Projeto de reestruturação da Secretaria entregou documento com sugestões que refletiam o desejo de participar de uma das Comissões existentes e de maior amplitude no programa de Secretaria, relativo a Biblioteca para o estado de São Paulo, com a criação de um Departamento de Bibliotecas em substituição à atual Divisão.

3 – REIVINDICAÇÕES DA CLASSE JUNTO AO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO

Juntamente com o CRB-8, APBESP e FEBAB, compareceu ao Palácio dos Bandeirantes para apresentar ao Secretário do Gabinete Civil Eugênio Montoro, reivindicações à nível de Bibliotecário do Estado, tais como paridade nos 3 poderes e em relação aos outros profissionais de nível universitário. Acesso democrático por concurso de provas e títulos e tempo

na carreira. Idêntico documento foi apresentado ao Presidente da Assembléia Legislativa.

No encontro com o Sr. Eugênio Montoro foi entregue ofício desta Associação relatando o grande número de profissionais aposentados que estão sendo reconduzidos a cargos em prejuízo da carreira e de novas oportunidades de emprego.

4 – AUMENTO DE SALÁRIO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO

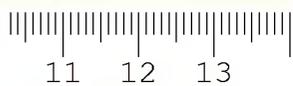
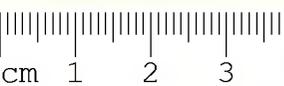
Por convocação do Secretário da Administração compareceu no dia 22 de abril à reunião para discussão do aumento de salário a ser concedido ao funcionalismo do Estado de São Paulo.

5 – PARTICIPOU DAS REUNIÕES:

Da Diretoria da APB; Do CRB-8; Dos Editores da Revista Palavra-Chave; De Bibliotecários do Município de São Paulo.

VAMOS CRIAR O CRB DO ES?

A distância de 502 km entre a Delegacia do CRB/7-ES e a sede do CRB/7 vem trazendo problemas administrativos para a nossa categoria. Os bibliotecários capixabas têm ficado afastado do processo decisório de sua classe. Na história bibliotecônica do nosso Estado, salvo em poucos momentos, tem sido demonstrado a ausência do bibliotecário nas decisões de interesse da classe. A Delegacia do CRB/7-ES está buscando motivação para criação do CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA NO ESPÍRITO SANTO, com a certeza de construir algo novo, em que a classe bibliotecária do ES acredita e dê a sua contribuição. O bibliotecário ao se organizar, busca as soluções mais simples para os seus proble-



NOTICIÁRIO

mas, tendo em vista que os problemas que nos afligem não são de difícil solução. Difícil é colocá-los como prioritários e mobilizar a classe para ajudar resolvê-los. Esta atitude requer compromisso, seriedade e conscientização dos bibliotecários do ES.

A criação do CRB-ES pode representar uma excelente forma de descentralização administrativa para que seja mais efetiva a proteção dos interesses da categoria, sendo necessário a discussão e instalação de novos Conselhos Regionais para que se agilize, o mais rápido possível, canais de comunicação entre o profissional e seus representantes, permitindo assim um relacionamento direto e permanente entre o CRB e CFB, em todos os níveis e em todas as etapas da administração, assegurando uma fiscalização ativa e permanente a fim de salvaguardar o direito do profissional.

DIFICULDADES: A Delegacia do CRB/7-ES tem encontrado sérias dificuldades, apesar de todo esforço e luta da atual Diretoria do CRB/7-RJ. São **MUITOS** para pedir, exigir e cobrar do CRB/7, mas **POUCOS** para lutar e enfrentar as dificuldades, e conseguir algo. Acredito que vamos tentar fazer um milagre com os Bibliotecários do ES (da desunião vamos fazer a força) já que não existe uma união ideal. Problemas de desunião existem não só com a classe bibliotecária, mas não podemos passar a vida toda afirmando que o Bibliotecário é desunido. O tempo que nos gatamos afirmando a desunião da classe bibliotecária poderíamos, sem dúvida, transformar em algo efetivo, em participação e

luta pelos nossos interesses e defesa de nossa classe.

A Delegacia do CRB/7-ES tem se resumido em uma só pessoa para administrar e tomar decisões, isto por falta de colegas para colaborar. Acredito que temos que encontrar uma maneira de sair desta alienação, resolvendo de maneira democrática, justa e sincera os nossos interesses.

Não queremos criar um Conselho Regional para figurar como um a mais no território nacional, e nem "pegar a laço colegas para comporem o mesmo" e sim um Conselho e colegas bibliotecários para trabalharem com dedicação em prol dos Bibliotecários do ES.

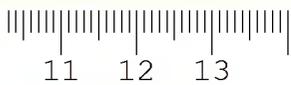
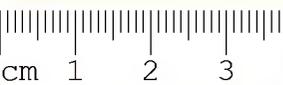
Para criação do CRB-ES é necessário o apoio de todos os colegas que estejam dispostos a lutar e trabalhar, já quem uma diretoria é composta de: Presidência, Vice-Presidência, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, além das comissões: Comissões Editorial, Comissão de Ética Profissional, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Fiscalização Profissional, Conselheiros e Suplentes.

Para que haja uma participação efetiva no processo de criação do CRB no ES, convidamos a todos para uma *reunião no dia 29/6/83, na Biblioteca Pública Estadual, às 18,30 horas* para discutirmos, e a sua opinião é muito importante.

Atenciosamente,

Aneti M. de Barros Modolo

Delegada do CRB/7-ES Reg. 3040



CENAGRI

CENAGRI E IBICT DESENVOLVEM PROGRAMAS PARA AUTOMAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA.

Um dos problemas mais críticos enfrentados pelos serviços e centros de informação no Brasil, assim como nos demais países em desenvolvimento é a quantidade limitada de “softwares” (conjunto de programas e rotinas utilizadas para a automação de dados), para mini e micro-computadores nacionais voltados para suas necessidades. Na tentativa de solucionar tal problema, o Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI, do Ministério da Agricultura e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, estão desenvolvendo o Sistema Integrado para Estruturação, Gerência e Utilização de Bases de Dados – Projeto INTEGRAI.

Participam ainda desse esforço cooperativo o Fundo de Incentivo à Pesquisa Científica – FIPEC, do Banco do Brasil e o Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento – IDRC, do Governo do Canadá.

O Projeto INTEGRAI

O projeto visa atender às necessidades de tratamento e disseminação da informação para o desempenho das funções técnicas e administrativas em instituições de pequeno e médio porte, tais como: centros de documentação técnica, bibliotecas especializadas, centros de informação, serviços de arquivos técnico-administrativo em pequenas empresas indus-

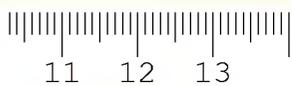
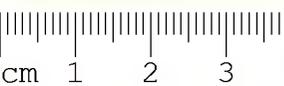
trias e de serviços, laboratórios, hospitais, escolas, etc.

Segundo Paulo Henrique Santana, técnico do IBICT e coordenador-técnico do Projeto INTEGRAI, “o desenvolvimento da mini e micro-informática no Brasil oferece possibilidades consideráveis para aprimorar a utilização da informação contida em documentos de vários tipos, como livros, jornais, cadastros, pastas, fichários etc. Com a utilização de mini e micro-computadores, essas informações acumuladas nas instituições e empresas, podem ser armazenadas e recuperadas automaticamente, a baixo custo, aumentando a produtividade dos trabalhos técnicos e administrativos”.

Ao mesmo tempo, salienta Paulo Henrique, “o usuário necessita hoje fazer uso de diferentes softwares aplicados em diferentes computadores, usando diversos equipamentos terminais e o que é pior, utilizando diferentes linguagens de comunicação homem-máquina. Outro problema que se enfrenta é a falta de integração entre as várias bases de dados manipuladas por aplicações diversas”. Assim, conclui, “isso torna caro e ineficaz o manuseio da informação”.

Software nacional para informação

Quanto a produção de um software voltado especialmente para a área da informação, objetivo do Projeto INTEGRAI, Paulo Henrique lembra que “o apoio do governo brasileiro para a instalação de um número crescente de mini e micro-computadores nacionais nos setores público e privado, no momento, não é acompanhado pela oferta de uma linha de softwares que respondam de maneira



satisfatória, às necessidades dos usuários. Por outro lado, tem-se aplicado os já escassos recursos disponíveis no desenvolvimento de projetos redundantes, para resolver problemas semelhantes, levando a produtos finais parciais, fortemente carregados das peculiaridades existentes nas instalações particulares onde foram produzidos, e portanto, dificilmente utilizáveis em outras instituições". Finalmente, esclarecendo o empreendimento conjunto CENAGRI/IBICT, ressalta que "hoje, procura-se levar o país a possuir uma linha de softwares especializados, que o torne competitivo na comercialização de computadores no mercado nacional e internacional. O INTEGRAI busca exatamente isso — eliminar os riscos de dispersão de esforços e recursos em adaptação de softwares estrangeiros e agilizar a produção de uma linha de softwares integrada, que viabilize os esforços para a criação de bases de dados nacionais. Assim, no futuro, o país teria um produto básico nacional para o desenvolvimento de aplicações na área de informação, com perspectivas de exportação para países do terceiro mundo, tornando os mini e micro-computadores brasileiros mais competitivos, inclusive, no exterior".

Componentes do Projeto

O projeto constitui-se de dois subsistemas. O primeiro denominado Subsistema Integrado de Gerência de Bases de Dados — SINBAD e o segundo, Subsistema Integrado de Automação de Centros de Informação e Bibliotecas — SACIB.

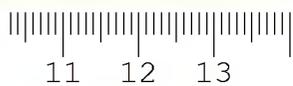
O SINBAD englobará as funções gerais de definição, estruturação e manipulação de bases de dados, aplicando-se não

só a área documental mas também às áreas afins. Será composto de vários módulos funcionais: definição de dados, entrada e modificações de dados, impressão de relatórios, busca de documentos, intercâmbio de informações, reaproveitamento de registros abandonados e geração de cópias de segurança dos arquivos, e outros módulos de supervisão global. Será operado em duas versões: uma adaptada às características dos minis e outra a dos micro-computadores nacionais.

O SACIB, por sua vez, pretende resolver os problemas de automação de pequenos e médios centros especializados de informação além de servir de elo de ligação entre as bases de dados internas e externas do software.

Esse subsistema integra todas as funções características de um centro de informações ou bibliotecas, através de um único banco de dados.

Possuirá, inicialmente, seis módulos funcionais: a) controle bibliográfico, para gerência do acervo através do registro e cadastramento de publicações, e controle patrimonial do acervo, incluindo a catalogação, classificação, indexação e edição; b) aquisição, para dinamizar e acompanhar o processo de aquisição de novos materiais para a biblioteca ou centro, desde a sugestão para sua aquisição até seu recebimento, incluindo a seleção, aquisição e controle de duplicatas; c) controle de periódicos, para acompanhar e controlar o recebimento de cada exemplar de publicações periódicas, bem como as alterações de seus dados bibliográficos; d) circulação para dinamizar o processo de circulação do acervo e controlar os empréstimos, inclusive



inter-bibliotecas; e) acesso a catálogos/consulta, para facilitar aos usuários o acesso às referências bibliográficas disponíveis, a partir dos diversos catálogos automatizados incluindo serviço de busca e de pergunta-resposta; e f) administrativo, para dar suporte de automação a todas as atividades internas de administração de bibliotecas e centros de informação, incluindo estatísticas e relatórios de apoio ao planejamento, acompanhamento e controle técnico-administrativo.

CAPACITAR RECURSOS HUMANOS PARA A INFORMAÇÃO AGRÍCOLA É META DE PROGRAMA DO CENAGRI

Para cumprir uma de suas funções básicas, a contínua capacitação dos profissionais de informação agrícola para um melhor desempenho em suas missões de transferência de conhecimento, o Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI, do Ministério da Agricultura, vem desenvolvendo um intenso programa de treinamento e capacitação de recursos humanos, tanto no Brasil, como no exterior.

O programa possui quatro linhas básicas:

- 1 – treinar profissionais de informação agrícola em tecnologias da informação;
2. Informar aos citados profissionais sobre a existência, objetivos e realizações dos programas prioritários do Governo para o Setor Agrícola;
3. proporcionar ao usuário treinamento na utilização dos mecanismos de informação, familiarizando-o com o uso das fontes de informação;
- e 4. oferecer aos dirigentes dos órgãos

agrícolas o conhecimento sobre os esforços cooperativos realizados pelos sistemas de informação agrícola no país.

Metas já alcançadas

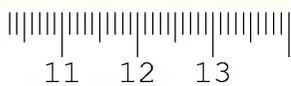
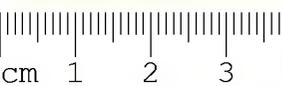
Dentro da primeira linha de ação, em 1982 o CENAGRI promoveu em dez estados cursos sobre a metodologia de entrada de dados para a AGROBASE – Base de Dados Nacional Agrícola, oferecendo ainda dez bolsas de estudo no país e dez no exterior para técnicos do Sistema EMBRAPA e das redes estaduais de bibliotecas agrícolas.

Como experiência pioneira, contando com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, foi realizado o Primeiro Curso de Informação Agrícola, mecanismo permanente de treinamento que deverá ocorrer todos os anos.

Enquanto isso, para informar aos dirigentes dos órgãos agrícolas brasileiros sobre os esforços já realizados pelos centros de informação componentes do sistema nacional de informação e documentação agrícola, coordenado pelo CENAGRI, foram promovidos seminários a nível de dirigentes de organismos agrícolas dos estados da Bahia e Ceará. Na oportunidade, foram apresentados os objetivos do CENAGRI e discutidas as realizações já efetuadas naqueles estados na área de informação agrícola.

Atividades em andamento

No corrente ano o CENAGRI vem dando seqüência ao programa executado em 1982, acrescentando as outras duas linhas de ação:



a) possibilitar ao profissional da informação um maior diálogo com o usuário e

b) que este usuário possa conhecer como pode utilizar-se melhor das fontes e sistemas de informação agrícola.

Desta forma, o CENAGRI iniciou, com o apoio do Instituto Interamericano, de Cooperação para a Agricultura – IICA, um programa de seminários voltados para o “Papel da Informação no Desenvolvimento Regional da Agricultura”. Esses seminários, cujo primeiro teve lugar em Recife (PE), em maio último, visam identificar os tipos de informações que os técnicos da assistência técnica e da pesquisa utilizam no desempenho de suas funções e quais informações geram suas pesquisas e atividades. Ao mesmo tempo, oferece aos profissionais de informação a oportunidade de conhecerem as ações em desenvolvimento na agricultura regional.

Quanto a capacitação contínua, o CENAGRI este ano prevê a concessão de dez bolsas de estudos para a América Latina, para os estados do Ceará, Bahia, Paraná, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Mato Grosso e Pará, além de destinar-se também a um técnico do Sistema EMBRATER; duas viagens de estudos para a América Latina, para técnicos do Sistema EMBRAPA; dois cursos internacionais, para participantes dos grupos de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas – GBIDA dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; além de duas viagens internacionais para participantes dos Sistemas EMBRAPA e EMBRATER.

Além do II Curso de Informação Agrícola, a ser promovido de outubro a no-

vembro próximo, como o apoio do IBICT, o CENAGRI executará um programa conjunto com a EMBRAPA, envolvendo os seguintes cursos: Auxiliar de Bibliotecas, para os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Alagoas; Edição, para o Espírito Santo, Paraíba e Distrito Federal (este último também com o apoio da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF); Fontes de Informação Agrícola, na Bahia; Administração e Gerência de Sistemas de Informação, no Rio Grande do Sul e Pernambuco; Redação Técnico-Científica, no Pará e Paraíba; e Treinamento em Metodologia de Tratamento da Informação para a AGROBASE, em Santa Catarina, Alagoas, Paraíba, Pará e Distrito Federal.

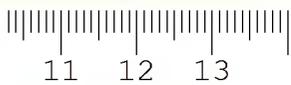
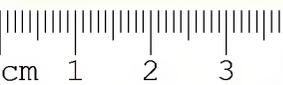
Por outro lado, estão previstos seminários para dirigentes do setor agrícola nos estados de Alagoas, Paraíba, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.

Quem pode participar

O programa de treinamento e capacitação de recursos humanos para informação agrícola, coordenado pelo CENAGRI, está aberto à participação de qualquer profissional da informação ou usuário do setor agrícola, de qualquer estado do país. Todos os cursos são gratuitos, bastando apenas que os interessados se dirijam ao CENAGRI para maiores informações:

CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAL AGRÍCOLA – CENAGRI

Anexo I do Ministério da Agricultura



Bloco H, Ala Oeste, Sala 148
Caixa Postal 10.2432
70043 -- Brasília -- DF

**MINISTRO DA AGRICULTURA
RECOMENDA INCLUIR A
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
NOS PROGRAMAS DE SEU
MINISTÉRIO**

A informação e documentação agrícolas agora devem constar como partes integrantes e de apoio aos planos, programas e projetos a serem executados ou coordenados pelo Ministério da Agricultura.

Portaria neste sentido foi assinada recentemente pelo Ministro Amaury Stábile, da Agricultura.

Em sua justificativa, a portaria diz que a "informação e documentação agrícolas devem ser consideradas e utilizadas como elementos imprescindíveis no apoio a planos, programas e projetos, uma vez que há necessidade de ser promovido um efetivo processo de uso, produção e transferência de informações técnico-científicas de interesse do Setor Agrícola".

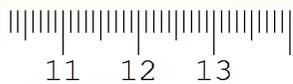
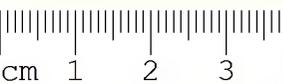
O Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI, juntamente com os órgãos responsáveis pelo planejamento e programação orçamentária do Ministério da Agricultura, prestará a assistência técnica relativa aos componentes da informação e documentação agrícolas.

**CENAGRI E IICA PROMOVEM
SEMINÁRIOS REGIONAIS SOBRE A
INFORMAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA**

Com a participação de dirigentes e técnicos especialistas do Setor Agrícola e da área de informação documental, o Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI, do Ministério da Agricultura, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, iniciaram em Recife (PE), de 11 a 13 de maio últimos, no auditório do INCRA, uma série de seminários sobre "O papel da Informação no Desenvolvimento Regional da Agricultura", a serem promovidos conjuntamente este ano em outros estados.

O objetivo desses seminários é identificar os tipos de informações que os técnicos da assistência técnica e da pesquisa utilizam no desempenho de suas funções, quais informações geram suas pesquisas e atividades, quais os obstáculos que encontram na transmissão e recebimento da informação, além de coletar subsídios para melhorar o sistema de informação em agricultura.

Esta nova metodologia proposta pelo CENAGRI/IICA, como apoio ao programa de treinamento dos usuários brasileiros do setor agrícola, tem também como objetivo informar aos técnicos usuários da informação agrícola, como bibliotecários e documentalistas, as ações que estão se desenvolvendo em áreas técnicas, como irrigação, educação rural, mulher e família rural e pesquisa agrícola no nordeste.



Nos três dias da realização do seminário foram discutidos temas de importância para a região, tais como: "Pesquisa", pelo pesquisador da EMBRAPA/CPATSA, Eduardo Aécio Menezes, "Educação para o Desenvolvimento Rural", pelo especialista Osmar Breves, do IICA, "Irrigação, com ênfase para o Projeto Sertanejo", pelo Eng. Agr. Edimir de Souza Rego, da SUDENE e "Familia e mulher rural", pelos especialistas Mabel Cordini, do IICA, e Luciana Pires, da EMATER/PE.

Este primeiro seminário contou com a presença do Diretor do CENAGRI, Alberto Augusto Alves Forjaz, da representante do IICA, Marília Alvarez, e de outros dirigentes de órgãos federais e estaduais do Setor Agrícola, em Pernambuco.

Os próximos seminários estão programados para os estados da Bahia, do Distrito Federal e de Amazonas.

CENAGRI MOSTRA SEUS SERVIÇOS E PRODUTOS AOS TÉCNICOS DO MA

Para promover seus serviços e produtos junto aos dirigentes e técnicos do Ministério da Agricultura, o Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI está executando uma programação de visitas às suas novas instalações no Anexo I daquele ministério.

O programa inclui a apresentação de um áudiovisual sobre o CENAGRI, uma palestra sobre as perspectivas do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola e sua atuação nos Estados, através dos Centros Estaduais de Informação Documental Agrícola – CEAGRIs, além de uma visita às instalações do CENAGRI, incluindo demonstrações de recuperação

da informação pela Base de Dados Agrícola Nacional – AGROBASE e pelo Serviço de Documentação e Informação sobre Legislação Agrícola – SEDILA.

Brevemente será instalado um stand de exposição dos serviços e produtos do CENAGRI, no hall de entrada do edifício principal do Ministério da Agricultura, com painéis ilustrativos.

INL E SEEC FAZEM DIAGNÓSTICO DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

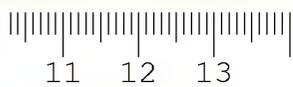
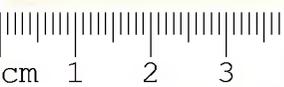
O Instituto Nacional do Livro (INL) e o Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC (SEEC) estão realizando uma estatística rigorosa das bibliotecas brasileiras, com o objetivo de diagnosticar a situação funcional e administrativa das mesmas, bem como suas instalações, frequência de leitores e acervo.

A pesquisa abrange, inicialmente, as bibliotecas cujos acervos sejam iguais ou superiores a 300 (trezentos) títulos, e o término dessa coleta estatística está previsto para novembro deste ano de 83.

O INL edita periodicamente o seu *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, em colaboração com o IBGE. Desta vez, graças a esse convênio com o SEEC, o *Guia* será bem mais completo, com dados os mais exatos possíveis acerca da rede de bibliotecas espalhadas por todo o território nacional.

Prevê-se que esse novo *Guia* seja editado em dois volumes: no primeiro constarão todas as bibliotecas públicas, e no outro as demais bibliotecas e salas de leitura.

Como uma das tarefas precípuas do INL é o cadastramento e registro das bibliotecas brasileiras, estabeleceu-se que o órgão fornecerá trimestralmente ao SEEC



a relação das novas bibliotecas que forem sendo registradas na ampla rede nacional do INL. Por seu lado, o SEEC fará atualizações anuais desse cadastro, até chegar ao período da nova coleta, que ocorrerá, sistematicamente, a cada três anos.

IBICT REFORMULA PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 1983

O IBICT, como órgão coordenador das atividades de Informação em Ciência e Tecnologia no Brasil, atento à necessidade de formar recursos humanos e de atualizar profissionais da área, lançou, no início de 82, uma programação de cursos de curta-duração para atender várias regiões do País.

O elevado número de participantes, profissionais trabalhando em empresas públicas e privadas, das mais diversas áreas do setor de Informação, demonstrou que havia uma real necessidade deste tipo de curso. Efetivamente, os profissionais da área dispunham de poucas opções para atualização dos conhecimentos necessários ao bom desempenho das suas tarefas.

Já no final do 1º semestre, foi constatada a validade de tal iniciativa visto o número elevado de associações de classe, instituições universitárias, empresas, etc., interessadas duplamente em cursos dessa natureza: seja autorizando a participação de seus profissionais, seja dispondo-se a colaborar efetivamente com o IBICT na realização dos cursos.

O 2º semestre caracterizou-se então pela co-participação do IBICT e de instituições responsáveis pela formação de recursos humanos em várias regiões do País.

Esse trabalho conjunto orientou de maneira mais eficaz a atuação da Coordenação dos Cursos, permitindo uma reformulação global das atividades para 1983.

De um modo geral, os resultados do esforço empreendido em 1982 na implementação de metodologia adequada a cursos de atualização foram estimulantes, devendo ser ampliados com o envolvimento de outras instituições e de novos temas.

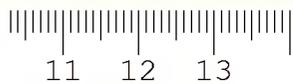
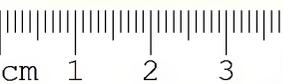
Cursos realizados em 1982

No 1º semestre, foram realizados, no IBICT/RJ, 13 cursos com a participação de 10 professores do IBICT, 2 da EMBRAPA e 1 da CAPES/UnB, atendendo 274 profissionais, de várias regiões do País.

No 2º semestre, foram realizados 21 cursos com a participação de 11 professores do IBICT, 1 do SERPRO/RJ e 1 da CAPES/UnB, atendendo cerca de 600 profissionais. Nesse semestre, o IBICT promoveu os cursos em co-patrocínio com 6 instituições de diferentes Estados:

– Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF – Brasília – 5 cursos; Biblioteca Nacional – BN – Rio de Janeiro – 5 cursos; Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais – ABMG – Belo Horizonte – 5 cursos; Centro Nacional de Eventos Culturais – CENEVENT – São Paulo – 4 cursos; Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina – ABSC – Florianópolis – 2 cursos; Associação dos Bibliotecários do Paraná – ABP – Curitiba – 1 curso.

A relevante participação da comunidade nos cursos de curta-duração, possibilitou o aprimoramento de vários aspectos dos cursos, incluindo, desde a forma de



participação das instituições, metodologia, carga horária, até os critérios de avaliação.

Em razão das alterações, programadas para 1983, os cursos passarão a ser chamados "Cursos de Atualização", o que corresponde mais adequadamente aos objetivos de formação contínua na área sem vínculo necessário com "curta duração".

Programação para 1983

A coordenação dos cursos prevê, para 1983, a realização de cerca de 40 cursos com o apoio de 16 instituições de várias regiões do País. A programação será divulgada em janeiro do próximo ano.

NOVA SISTEMÁTICA DE DISTRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS MICROFICHAS DO NTIS

O IBICT está implantando uma nova sistemática de distribuição e utilização dos relatórios do National Technical Information Service (NTIS) – um programa conjunto do CNPq/IBICT e do Ministério das Relações Exteriores – tendo em vista o encerramento, em agosto de 1981, do contrato de compra desses relatórios, em vigor desde 1977.

O NTIS é uma entidade vinculada ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Sua base de dados, multidisciplinar, soma aproximadamente 60.000 registros por ano e seu período de cobertura abrange desde 1970 até o presente.

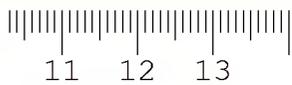
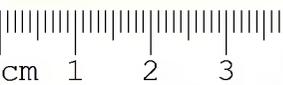
Pelo novo processo está previsto no contrato de compra, uma cláusula que estabelece, de acordo com as normas

internacionais de direito autoral, a reprodução dos documentos mediante o pagamento de uma taxa de "royalty". A nova sistemática prevê ainda o recebimento periódico das atualizações – em microfichas – e seu envio gratuito aos órgãos receptores, juntamente com a respectiva listagem de referências bibliográficas. De posse do material enviado, estes órgãos receptores procedem à divulgação dos relatórios junto aos usuários e providenciam o seu atendimento. Está prevista também a cobrança dos serviços prestados conforme tabela a ser estipulada pelo IBICT. Os preços deverão cobrir unicamente o custo do material de consumo e o pagamento do "royalty".

Foram contatadas e inicialmente serão instituições receptoras, as seguintes: Ministério do Exército (CICT-MEX), Centro Nacional de Informação e Documentação Agrícola (CENAGRI), Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Centro Técnico Aeroespacial (CTA), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Instituto Oceanográfico da USP (IOUSP), Laboratório de Computação Científica (LCC), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) e o próprio IBICT.

AÇÃO PROGRAMADA EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O IBICT, desempenhando suas funções de coordenação descentralizada, das ativi-



dades de informação em Ciência e Tecnologia no País, dá andamento à primeira fase de elaboração da Ação Programada em Informação Científica e Tecnológica.

Neste instrumento de planejamento, previsto no III PBDCT, serão formulados critérios e planos de ação comuns, representando um consenso amplo de todas as agências e instituições do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) no que diz respeito ao desenvolvimento do setor de informação no País.

IBICT TESTA INTERDATA

O IBICT, a partir de dezembro de 1982, está atuando como ponto piloto de acesso a bancos/bases de dados no exterior, através do Sistema INTERDATA, com o apoio da EMBRATEL.

A ação conjunta IBICT/EMBRATEL, no teste operacional do INTERDATA, utiliza a experiência de 6 anos do Instituto, no acesso a bases de dados no exterior, para testar o novo Sistema.

Durante a fase de testes, com duração de aproximadamente 30 dias, as buscas serão efetuadas por técnicos do IBICT, com a orientação de profissionais da EMBRATEL na supervisão do comportamento dos meios de telecomunicação.

Após esta fase, o Instituto deverá se incorporar ao Sistema INTERDATA, o que possibilitará aos usuários do serviço de buscas bibliográficas "on-line" maior rapidez na obtenção de informações, a custos mais reduzidos.

IBICT APÓIA CONSTITUIÇÃO DE BASES DE DADOS NACIONAIS ESPECIALIZADAS

Como órgão coordenador da informação científica e tecnológica no Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) está desenvolvendo esforços para a constituição de bases de dados nacionais especializadas, dentro de um sistema que assegure compatibilidade e intercâmbio de dados.

Assim, o Instituto pretende apoiar o desenvolvimento de softwares para operar bases de dados em computadores de pequeno e médio porte.

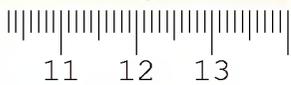
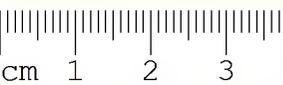
Estão sendo realizados, junto ao Centro Nacional de Informação Documental Agrícola (CENAGRI), e com o apoio de outras instituições, estudos para o desenvolvimento de um "sistema integrado", que cobrirá as funções básicas para o tratamento e a exploração de documentação técnico-científica.

Dentro do seu programa de Criação e Utilização de Bases de Dados Nacionais, o IBICT iniciou o processamento automático para a formação das seguintes bases especializadas: Amazônia/Carajás, Química, Geociências/Tecnologia Mineral e Energia.

Até o momento foram processadas cerca de 1.000 referências bibliográficas de documentos produzidos no País.

IBICT LANÇA SEUS PRODUTOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Como parte do projeto 4.1 - "Mecanismo de Intercâmbio de Informação sobre Atividades de Informação na América



Latina e Caribe”, aprovado na reunião do Grupo Regional Ad hoc de Especialistas para o Programa Geral de Informação na América Latina e Caribe, convocada pela UNESCO e realizada em Caracas, em abril de 1982, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) iniciou a distribuição, a nível regional, dos produtos do Centro de Informação em Ciência da Informação (CCI).

Como primeira contribuição, o Instituto enviou uma amostra dos produtos regulares do CCI para 230 instituições selecionadas para o desenvolvimento do projeto. Os serviços oferecidos pelo Centro também foram colocados à disposição dessas instituições, divulgados através de um folheto, editado especialmente para a ocasião, em língua espanhola.

Dessa forma, o IBICT dá mais um passo para a difusão no exterior das pesquisas e serviços realizados na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia.

IBICT RECEBE CONSULTOR INTERNACIONAL PARA A ÁREA DE GEOCIÊNCIAS E TECNOLOGIA MINERAL

A convite do IBICT e dentro do contexto de seu Programa de Criação e Desenvolvimento de Centros e Sistemas de Informação, esteve em Brasília o Dr. John Mulvihill, diretor do GeoRef Information System – uma das maiores bases de dados em Geociências do mundo – com o objetivo de diagnosticar e analisar as necessidades de informação na área de Geociências e Tecnologia Mineral no Brasil.

Os trabalhos desenvolvidos pelo consultor Mulvihill, que permaneceu no País

cerca de 5 semanas, deverão resultar em proposta de um Sistema Nacional de Informação em Geociências e Tecnologia Mineral.

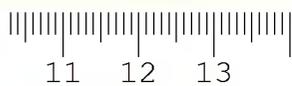
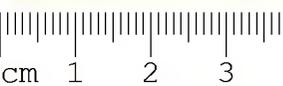
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

O Mestrado em Ciência da Informação, criado em 1970 pelo IBICT, com mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passará a integrar a estrutura curricular e pedagógica do Mestrado em Comunicação da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ.

O CNPq colocará à disposição da Universidade pesquisadores/professores que, integrados ao corpo docente da ECO, continuarão a desenvolver as atividades de ensino e pesquisa em Ciência da Informação, bem como profissionais para os serviços de biblioteca e de apoio administrativo.

A ECO mantém um Curso de Mestrado em Comunicação, credenciado pelo Conselho Federal de Educação e iniciou o seu Curso de Doutorado em Comunicação.

Os estudos para a ampliação dos termos do convênio vigente entre o CNPq/IBICT e a UFRJ foram realizados por uma Comissão Mista sob a presidência do prof. Muniz Sodré de Araujo Cabral, indicado pela Sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa e constituída pelos professores da ECO, Mario Camarinha da Silva e Márcio Tavares do Amaral, e do IBICT, Abigail de Oliveira Carvalho e Anna Maria Marques Cintra.



NOTICIÁRIO

A proposta de incorporação do Curso do IBICT à ECO já foi aprovada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) e pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva da UFRJ.

O Curso de Mestrado em Ciência da Informação passa a funcionar no prédio da ECO – Av. Pasteur, 250 – Urca. Parte do prédio antigo do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – Pavilhão Mário de Almeida – no mesmo endereço, será utilizada como espaço complementar para as atividades de pós-graduação da ECO/IBICT.

As inscrições de Mestrado em Comunicação, área de concentração Ciência da Informação, serão abertas na ECO em outubro.

Estão sendo programados cursos de especialização e cursos de extensão a serem oferecidos no novo endereço.

LANÇADO BANCO DE BIBLIOGRAFIAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BANBI)

Em coquetel promovido pela Casa Thomas Jefferson e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), que comemorava o Dia do Bibliotecário – 12 de março –, foi lançado, com a presença da dra. Yone Sepulveda Chastinet, diretora do IBICT, o Banco de Bibliografias em Ciência da Informação (BANBI), mais um produto do Centro de Informação em Ciência da Informação (CCI).

O BANBI é resultado do Serviço de Busca Retrospectiva Manual, oferecido pelo CCI, e foi lançado com a finalidade de disseminar as buscas bibliográficas realizadas pelo Centro, possibilitando o seu

acesso imediato, através de cópias. Na fase inicial, o BANBI terá periodicidade irregular. Este primeiro fascículo é cumulativo pois arrola as buscas bibliográficas realizadas no período de 1980 a 1982; posteriormente, cada fascículo cobrirá as buscas do semestre.

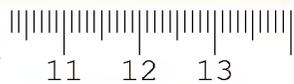
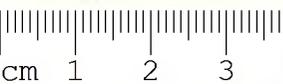
Na ocasião foi também apresentado o volume 3, nº 1, do Calendário de Eventos em Ciência e Tecnologia (período de 1983), um produto do Centro de Informações sobre Política Científica e Tecnológica (CPO) do IBICT, que se destina a divulgar congressos, conferências, seminários, simpósios, reuniões e encontros de Ciência e Tecnologia realizados no Brasil.

Os interessados deverão dirigir-se ao IBICT/CCI (SCRN 708/709 – Bl. B – Loja 18, nº 30 – Brasília (DF) e/ou ao IBICT/CPO (Av. W3 Norte, Q. 507, Bl. B – Brasília (DF)).

BIBLIOGRAFIA SOBRE TESOUROS

Está em fase final de elaboração uma bibliografia sobre tesouros, contendo aproximadamente 1.000 referências bibliográficas, a maioria com resumos. Inclui não apenas os tesouros propriamente ditos (macrotesouros e especializados) mas também literatura sobre o assunto.

As fontes pesquisadas são as seguintes: Library & Information Science Abstracts, Information Science Abstracts, Library Literature, FID News Bulletin, Revista AIBDA, International Classification, Bibliografia Internazionale di Thesauri (compilada por Stefano Rizzo) e Catálogo da Biblioteca do CCI.



A bibliografia está sendo estruturada por categorias e apresentará um índice de assuntos para facilitar a consulta. É importante ressaltar que a bibliografia inclui trabalhos latino-americanos, principalmente brasileiros.

IBICT/CPO LEVANTA BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – BBPCT

O IBICT, através do Centro de Informações sobre Política Científica e Tecnológica (CPO), está realizando o levantamento da produção bibliográfica na área.

Devido à grande dispersão da literatura no campo, a coleta vem sendo realizada através de consultas a diversas fontes e está reunindo material mais diverso, como artigos de periódicos, monografias, comunicações em congressos e artigos publicados em jornais.

Já se encontram referenciados mais de 1.000 itens que estão em fase de categorização e indexação, utilizando-se do Tesouro SPINES. O processamento está sendo efetuado através do formulário de entrada CALCO, integrando-se ao projeto de Registro da produção bibliográfica nacional em Ciência e Tecnologia, coordenado pelo próprio IBICT.

PUBLICADAS BIBLIOGRAFIAS BRASILEIRAS SOBRE CARVÃO VEGETAL E CIÊNCIAS AMBIENTAIS: CONVÊNIOS COM O IBICT

Como parte do programa do IBICT de apoio à criação e desenvolvimento de cen-

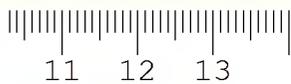
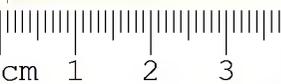
O QUE É A CBDT

Com esse título, a Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica, presidida por Elizabet Maria Ramos de Carvalho, publicou um sugestivo folheto com encartes sobre os grupos que a constituem e as principais finalidades da Comissão. Uma iniciativa digna de louvores... e de ser imitada.

FEBAB EM REUNIÕES DA UNESCO

Para participar da Reunião de Associações de Profissionais de Biblioteconomia e Informação da América Latina e Caribe estiveram em Buenos Aires Antônio Gabriel, Presidente da FEBAB, Emir Suaidem, Presidente da ABDF e May Brooking Negrão, Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares.

Também esteve em Buenos Aires, para participar de um Grupo de Estudo para instalação de um Centro Latino-Americano de Traduções Científicas e Tecnológicas, a Editora da RBBB, Carminda Nogueira de Castro Ferreira.



FALECIMENTO

Faleceu no dia 13 de abril último, em Brasília, a bibliotecária Nydia da Silveira Caldas, uma das pioneiras da biblioteconomia brasileira e do Distrito Federal.

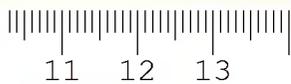
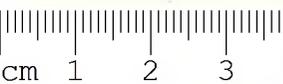
Nydia era natural de Teresina (PI), onde nasceu aos 3 de abril de 1923, embora tenha passado grande parte de sua vida em São Luis (MA), estado a quem ela tinha um carinho e devoção toda especial.

Formou-se em biblioteconomia em 1951, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, época em que não existia o curso em universidades brasileiras.

Dos cargos que ocupou em sua vida profissional, destacamos o de Diretora da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, Chefe da Biblioteca do Ministério da Saúde e da Biblioteca Central do Ministério da Agricultura e, nos últimos anos foi Responsável pelo Serviço de Documentação e Informação sobre Legislação Agrícola – SEDILA e Coordenadora-adjunta de Operações e Serviços, do Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI.

Nydia foi também uma profissional preocupada com sua classe, exercendo funções na diretoria da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF, no Conselho Regional de Biblioteconomia-CRB/1a. Região, na Comissão Brasileira de Bibliotecas Agrícolas e, ultimamente como representante, em Brasília, da Associação Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas – AIBDA.

Acima de tudo, Nydia deixa um grande vazio, pois, como pessoa humana, seu coração não media espaços para abrigar, orientar e aconselhar aqueles que a rodeavam. Seu caráter, sua personalidade e seu modo de ser estavam presentes seja na defesa da informação documental agrícola, em especial da informação sobre legislação agrícola (que ela praticamente criou na BINAGRI (atual CENAGRI), seja durante uma rodada de biriba, quando junto às suas amigas e amigos, procurava um “relax” e momentos de descontração.



Depoimento

UM PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO

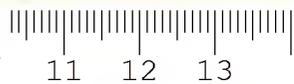
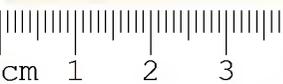
O CRB/8 recebeu da professora Neusa Dias de Macedo, correspondência na qual, baseada na sua experiência profissional, ela traça o perfil do bibliotecário:

“Apoiada no documento produzido pelo Grupo de Trabalho de elaboração do Currículo Mínimo”, Brasília, 1980, delinheio as seguintes características da bagagem educacional do bibliotecário:

1) Profissional de cultura geral, munido de conhecimentos básicos e essenciais no âmbito da comunicação e dos fenômenos sociais, políticos e econômicos do país, para melhor compreender o contexto social onde é desenvolvido o trabalho bibliotecário. Precisa bem entender o comportamento do indivíduo e da massa e sentir a biblioteca como parte do sistema de comunicação.

2) Ter raciocínio lógico, a fim de expressar pensamento correto no desempenho de suas funções e na exposição de idéias, em público. Dominar a língua pátria para melhor verbalização oral e escrita.

3) Conhecer metodologia e técnica de pesquisa para aplicá-la nos trabalhos pro-



DEPOIMENTO

fissionais, o que o ajudará a identificar problemas, analisar alternativas e tomar decisões adequadas.

4) Entender o valor da informação para melhor disseminá-la, nas várias áreas de conhecimento. Saber se impor diante de outros profissionais pelo domínio das técnicas de coleta, registro e disseminação da informação. Identificar demandas e necessidades de leitura, cultura, informação e lazer na comunidade nacional.

5) Ter perspectiva histórica dos registros de conhecimento e bibliotecas para entender melhor o papel destes no processo evolutivo da civilização e dar continuidade no presente e no futuro próximo. Integrar-se nos assuntos de produção e editoração de documentos a fim de colaborar com seus conhecimentos específicos de normalização documentária.

6) Conhecer princípios e técnicas novas para aplicá-las na formação, desenvolvimento das coleções bibliográficas e dos recursos de multimeios.

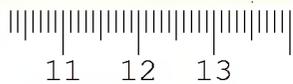
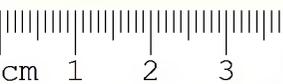
7) Ter profundo conhecimento das fontes bibliográficas secundárias e dos materiais de referência para execução de várias tarefas profissionais, mormente a função de informação e referência. Saber elaborar e ensinar o uso dessas fontes e da biblioteca.

8) Ter profunda segurança em assuntos de administração científica, tendo sido iniciado em organização e métodos, análise de sistemas, planejamento bibliotecário, conhecer as características dos inúmeros tipos de bibliotecas. Ser preparado para saber dialogar com programadores a fim de enfrentar a automação dos serviços bibliotecários”.

S. Paulo, 05/01/83

Neusa Dias de Macedo

(Transcrito do B.I.CRB-8, 7(1), mar/83)

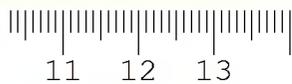
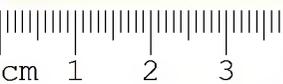


Homenagem



Antonio Gabriel foi escolhido pelos bibliotecários paulistas como “Bibliotecário do Ano”.

Para justificar o acerto da escolha, na- da melhor do que transcrever na RBBD duas saudações que lhe foram dirigidas



HOMENAGEM

em momentos diferentes: a primeira, pela Colega Zenóbia P. S. de Moraes Bastos, durante a I Jornada Paulista de Bibliotecários, ocasião em que lhe foi prestada merecida homenagem; a segunda, pela Colega Rita Mutton, durante o jantar que lhe foi oferecido em novembro, comemorando a escolha como Bibliotecário do Ano.

*Ao prezaod amigo e colega,
um pouquino do muito que desejaria
dizer,
Zenobia*

Ilma Sra. Presidente da APB
Ilmo Sr. Presidente da FEBAB
Caros Colegas e Ouvintes,

Mais uma vez respondo ao honroso convite da APB para ser o porta-voz dos bibliotecários de São Paulo na justa homenagem que deseja prestar ao ilustre Bibliotecário Antonio Gabriel, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, nesta abertura da I Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação.

Ao idealizar os termos desta saudação, detive-me indecisa na escolha do tratamento pelo qual deveria dirigir-me ao homenageado: um pomposo e circunspeto "Vossa Excelência", próprio de sessões solenes, ou um emocionado "Caro Amigo e Colega", partido de um coração que deseja expressar-se numa linguagem simples, espontânea e afetuosa.

Conheço Antonio Gabriel já há tantos anos, acompanhando com admiração, interesse e alegria sua ascensão na escala biblioteconômica, ora trabalhando juntos, ora participando de suas atividades, que,

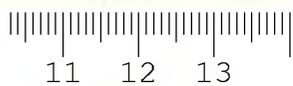
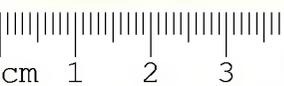
usar um tratamento mais formal e sofisticado, parecer-me-ia artificial e constrangedor.

Conheci Antonio Gabriel na Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, onde Maria Luisa Monteiro da Cunha, uma das mais competentes, cultas e dedicadas bibliotecárias que tive o privilégio de conhecer, ocupava o cargo de bibliotecária-chefe.

Para executar seus planos de atividade da Biblioteca, ela convidou várias bibliotecárias, de outras instituições, com experiência em biblioteconomia, a integrem o quadro de seus funcionários e desenvolverem dois programas considerados fundamentais: o levantamento das publicações da Universidade de São Paulo e seus Institutos anexos e complementares, com o fim de compilar bibliografias e formar a "coleção de obras da Universidade", e a implantação do Catálogo Coletivo de Livros e Periódicos, que, por dispositivo legal, tinha sua sede na Biblioteca Central.

Cheguei em 1950. Antonio Gabriel em 1952, recém-formado pelo Curso de Biblioteconomia da então Escola Livre de Sociologia e Política, e da qual era bibliotecário, permanecendo na Biblioteca Central até 1956, quando nomeado para ter exercício na biblioteca do Instituto Astronômico e Geofísico.

Lembro-me com muita saudade do grupo de bibliotecários comissionados na Biblioteca Central: Noemi do Val Penteadó, da Biblioteca Municipal, hoje aposentada como uma de suas diretoras; Rosa Salomão da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; Maria Luisa Varela, da Faculdade de Filosofia;



HOMENAGEM

Guiomar Pinto da Fonseca, da Escola de Educação Física; Violeta Cabral, do Departamento da Produção Industrial, Rosmarie Luthold Appi, da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" – hoje, substituindo Maria Luisa Monteiro da Cunha na direção da Divisão de Bibliotecas e Documentação, e eu, do Instituto Geográfico e Geológico, e mais alguns recém-formados: Neide Pedroso Póvoa, Lourdes Cintra de Camargo, Norma Pugliese, Vilma Souza Queiroz...

Quanta saudade deste período inesquecível...

Deste grupo unido, alegre, idealista, três já faleceram: Rosa, Guiomar, e mais recentemente, Maria Luisa.

Para Antonio Gabriel era o início de uma longa jornada em que começou a inspirar e expirar Biblioteconomia 24 horas por dia – ritmo que mantém até hoje – trabalhando em período diurno e noturno em vários departamentos da Universidade de São Paulo, organizando e reorganizando bibliotecas, num dinamismo incomum.

Entre as bibliotecas organizadas, a maioria em período noturno, citamos: na USP, a do Escritório Técnico da Cidade Universitária (1955); a do Departamento de Física (1961/63); do Departamento de Filosofia (1964/65); do Instituto de Matemática e Estatística (1965); do Departamento de Sociologia (1965/67); do Departamento de Química (1967); da Cadeira de Etnologia (1968). Em outras instituições: a biblioteca da Escola de Comércio Álvares Penteado (1956/59); da Sociedade de Matemática de São Paulo (1963/64); do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores

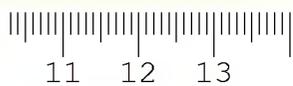
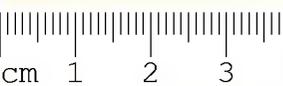
(1967/68). No período de férias, em 1963, organizou a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Foi bibliotecário-chefe das bibliotecas da Fundação Escola de Sociologia e Política, 1951/54; do Instituto Astronômico e Geofísico, 1956/69; Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica, em convênio com o DAEE (1969) e de 1970 até o presente, do Centro Tecnológico de Hidráulica do DAEE, onde ocupa o cargo de Diretor do Serviço de Documentação.

Podemos avaliar a grande capacidade de trabalho profissional de Antonio Gabriel se tivermos observado a variedade de campos do conhecimento humano em que exerceu suas atividades: astronomia, física, química, matemática, estatística, filosofia, sociologia, tecnologia, hidrologia e etnografia, levando-se em conta que se tratam de acervos de bibliotecas especializadas.

Além de seu proficiente trabalho em órgãos da administração estadual, foi coordenador do Grupo de Trabalho em Tecnologia da APB; presidente da Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica da FEBAB; Presidente da Associação Paulista de Bibliotecários, 1973/75 e Conselheiro Fiscal da mesma; Vice-Presidente e Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), cargo que vem exercendo desde 1978.

Foi nomeado membro da Comissão Permanente da IFLA na América Latina e no Caribe, 1978. (International Federation of Library Associations).



HOMENAGEM

Participou de vários congressos nacionais e internacionais.

Em setembro de 1974, a 37ª Conferência da FID (Federation Internationale de Documentation), em Haia, Holanda, como representante e membro nacional brasileiro.

No mesmo ano, a Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infraestruturas Nacionais de Documentação e Arquivos, promovida pela Unesco, em Paris, como observador da FID.

Em novembro do mesmo ano, a convite da Unesco, participa do Seminário para Bibliotecários da América Latina, sobre "Planejamento Nacional de Sistemas de Informação" e 40ª Conferência Geral da IFLA, ambos em Washington.

Em 1975, o 16º Congresso Internacional de Pesquisas Hidráulicas, em São Paulo.

Publicou Antonio Gabriel diversos trabalhos entre os quais se destacam: Boletim bibliográfico e Informativo da Biblioteca do Instituto Astronômico e Geofísico, 1956-1962; Catálogo das Publicações Periódicas existentes na Biblioteca do Instituto Astronômico e Geofísico, 1964; Catálogo de livros existentes na biblioteca do Centro Tecnológico e Hidráulica, 1971; Catálogo de Separatas e Folhetos da mesma biblioteca, 1971; Fichas analíticas de revistas luso-brasileiras em tecnologia, 1970-1974; Catálogo coletivo de livros em tecnologia, 1973 (trabalho apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação); o Grupo de Trabalho em Tecnologia da APB, 1971; Como criar Grupos de Trabalho dentro das Associações de Bibliotecários, 1972; Biblio-

tecas existentes no Estado de São Paulo até 1973.

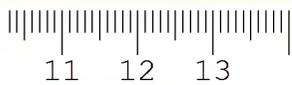
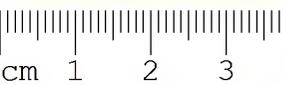
O movimento associativo dos bibliotecários no País cresceu extraordinariamente, criando-se Associações de profissionais em vários Estados — presente-mente em número de 20 — das quais 4 em São Paulo. Dentro destas Associações funcionam Grupos de Trabalho em várias áreas do conhecimento humano, refletindo-se suas atividades nos encargos da Federação. Conta a FEBAB, presente-mente, com 10 Comissões Brasileiras de Documentação nas áreas: Agrícola, Biomédica, Bibliotecas Centrais Universitárias, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Jurídicas, Processos Técnicos, Bibliotecas Públicas e Escolares, Tecnologia, Publicações e Valorização e Divulgação Profissional.

Divulga ainda um Boletim, a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, iniciada em 1973, saindo recentemente o v. 12 nºs 3/4, correspondente a julho a dezembro de 1979.

Antonio Gabriel, atual Presidente da FEBAB, movimenta toda esta estrutura, mobilizando todos os membros da Diretoria, intimando as Associações a apresentarem trabalhos, a manterem intercâmbio de informações, a freqüentarem simpósios, congressos e encontros, num desejo permanente de elvar e projetar a classe bibliotecária do País.

Enérgica e ditatorialmente não admite inércia!...

Caro Amigo e Colega Antonio Gabriel, Nada mais oportuna e justa que esta homenagem que a APB lhe oferece na I Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação, profundamente grata pe-



HOMENAGEM

lo muito que tem feito e vem fazendo pela biblioteconomia nacional.

Os bibliotecários paulistas o saudam com respeito e admiração.

Eu, pessoalmente, desejo que Deus continue a conservá-lo tal qual é, e a inspirá-lo sempre, conduzindo-o confiante, entusiasta, idealista e incansável, até o fim de seu luminoso caminho.

São Paulo, 21/10/80

Zenobia P. S. de Moraes Bastos

Saudação ao "Bibliotecário do Ano"

Queridos Companheiros,
Prezado Amigo Gabriel

Perdoem a surpresa que transmito nesta hora, mas, fui também surpreendida pelos amigos Francisca e Pedro com a delicada "convocação" para saudar o nosso colega de tantas lutas – ANTONIO GABRIEL – no momento em que lhe prestamos esta homenagem pela sua aposentadoria.

Tenho a certeza de que outros aqui presentes o fariam melhor do que eu, porém, estariam, assim como eu, honrados e gratificados em poder saudá-lo.

Trinta e cinco anos de dedicado trabalho em todas as funções exercidas, deveria esse caminho ter sido percorrido somente entre flores. Sabemos todos, porém, que os obstáculos que nos conduzem à luta são os espinhos desse caminho, que nos machucam muitas vezes, mas, que a força do estímulo, a consciência profissional, o amor à causa, fazem com que vençamos o tempo com galhardia e enfrentemos, na frieza dos números de uma

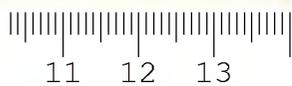
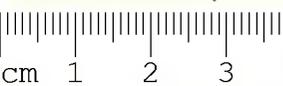
certidão de tempo de serviço, o momento da retirada, a hora em que se deixa de receber vencimentos para usufruir proventos.

Em rápidas pinceladas, o retrato de nosso homenageado.

Modesto funcionário da Escola Livre de Sociologia e Política foi incentivado pela saudosa colega Maria Luiza Monteiro da Cunha a cursar Biblioteconomia, naquele mesmo Estabelecimento, onde se formou em 1951, ano em que iniciou a carreira de Bibliotecário, já freqüentando Cursos de Aperfeiçoamento, como foi o de Noções de Paleografia, realizado nesta Capital.

Essas atividades, o seu talento e suas qualidades, o conduziram à Biblioteca Central da Reitoria da Universidade de São Paulo para trabalhar diretamente com aquela que, com a sua sabedoria, visão e senso profissional, delinear a trajetória pelan de êxito para Antonio Gabriel.

Trabalhando em todos os períodos, matutino, vespertino, noturno, e, de férias, exerceu cargos de Bibliotecário na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, no Escritório Técnico da Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", nos Departamentos de Física e de Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras da USP. Além das atividades normais, organizou as Bibliotecas da Escola Livre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores e, na USP, do Instituto de Matemática e Estatística, do Departamento de Sociologia, do Departamento de Química, da Cadeira de Etnologia e do Labo-



HOMENAGEM

ratório de Hidráulica da Escola Politécnica, em convênio com o DAEE.

Seu desempenho valeu-lhe a chefia de várias Bibliotecas, tais como a da Fundação Escola de Sociologia e Política, da Sociedade de Matemática de São Paulo e do Instituto Astronômico e Geofísico, de 1956 a 1969, quando galgou o cargo de Diretor do Serviço de Biblioteca e Documentação, do Centro Tecnológico de Hidráulica do DAEE, alí permanecendo até 1980, quando passou a exercer as funções de Assessor, no Instituto de Artes do Planalto, da UNESP.

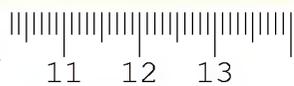
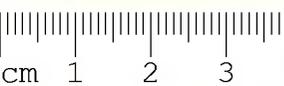
Entusiasta e sempre atuante, coordenou o Grupo de Trabalho em Tecnologia da APB, presidiu a Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica da FEBAB, foi Vice-Presidente da mesma Federação, Presidiu a Associação Paulista de Bibliotecários, ensinando a compra de sua atual sede, é Conselheiro Fiscal daquela Associação, Membro da Comissão Latino-Americana da IFLA e Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, desde 1978.

À exceção de pouquíssimos eventos realizados no país, participou efetivamente da maioria dos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação, de Assembléias da FEBAB e Encontros de suas Comissões Permanentes, do Congresso da Federação Internacional de Documentação, do 16º Congresso Internacional de Pesquisas Hidráulicas, integrando a sua Comissão Organizadora, da Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, da 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do 1º Congresso Brasileiro de Publicações, do 4º Seminário sobre Pu-

blicações Oficiais Brasileiras e do Seminário de Informática e Biblioteconomia. Além fronteiras, Antonio Gabriel esteve presente ao 35º Congresso da Federação Internacional de Documentação em Buenos Aires; à 37ª Conferência da FID, em Haia, Holanda, como representante e membro nacional brasileiro; como observador da FID, participou da Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, promovida pela UNESCO, em Paris, em 1974, ano em que, convidado por esta Organização, esteve também em Washington, participando do Seminário para Bibliotecas da América Latina, sobre Planejamento Nacional de Sistemas de Informação e da 40ª Conferência Geral da IFLA.

Mais recentemente, participou da 48ª Conferência Geral da IFLA no Canadá e, graças aos seus esforços, o Brasil pela primeira vez abrigará, em São Paulo, em 1984, a Reunião Regional sobre o estado atual, estratégia do desenvolvimento da Biblioteca Pública na América Latina e Caribe, sob o patrocínio da IFLA, UNESCO e CERAL, e o Seminário sobre Controle Bibliográfico, que é uma das Seções da IFLA.

É valiosa a sua contribuição bibliográfica, desde os primórdios de 1956, quando iniciou a confecção do Boletim Bibliográfico Informativo da Biblioteca do Instituto Astronômico e Geofísico, passando pelos Catálogos de "Publicações Periódicas existentes naquela Biblioteca", de "Livros existentes na Biblioteca do Centro Tecnológico de Hidráulica", "das Separatas e Folhetos existentes naquela



HOMENAGEM

Biblioteca”, as “Fichas Analíticas de Revistas Luso-Brasileiras, de 1970 a 1974”, do “Catálogo Coletivo de Livros em Tecnologia”, como contribuição ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, do “Catálogo de Livros em Tecnologia, Letras A, BA-BE”.

Confeccionou ainda várias obras como as edições preliminares de “Periódicos Brasileiros de Tecnologia existentes nas Bibliotecas de São Paulo”, “Bibliotecas em Tecnologia do Estado de São Paulo” e “Bibliotecas existentes no Estado de São Paulo até 1973”, e, publicou, também, as contribuições: “O Grupo de Trabalho em Tecnologia da Associação Paulista de Bibliotecários”, e “Como criar Grupos de Trabalho dentro das Associações de Bibliotecários”, tendo sido, ainda, Coordenador do “Catálogo de Teses em Tecnologia no Estado de São Paulo, de 1900 a 1973”, e do “Levantamento de Bibliotecas Brasileiras da Área Tecnológica”. Revisou, para impressão, os 6 volumes dos Anais e demais publicações para o 16º Congresso Internacional de Pesquisas Hidráulicas e compilou o “Abstracts” desse Congresso, realizado, com pleno êxito, em São Paulo, em 1975.

Se cansei os colegas com esta explanação, fácil será deduzir o cansaço do Gabriel exercendo tantas funções, atuando em tantos eventos e publicando tantos trabalhos.

Bem, e o 1º Seminário Brasileiro de Reprografia? Sucesso? TOTAL!!! A idéia, de quem foi?

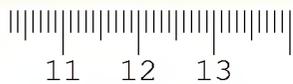
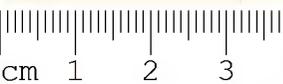
No dia 6 de outubro de 1981, esta amiga de vocês foi convidada a integrar a Comissão Organizadora daquele evento que, sob o patrocínio da Secretaria de Cultura do Estado, seria *organizado e promovido* pela FEBAB.

Parabéns, ANTONIO GABRIEL, pela sua brilhante carreira e atuante participação na valorização do Bibliotecário.

Nós todos devemos muito a você, desde o momento em que, inspirado pela profissão escolhida, teve a felicidade de produzir a monografia “A vocação da biblioteconomia”. Esse é realmente o trabalho que reflete a imagem de corpo inteiro do profissional, por **VOCAÇÃO**, Antonio Gabriel, incentivador dos Grupos de Trabalho, dos Catálogos Coletivos, da apresentação de contribuições em eventos, entre outros tantos.

Que a sua aposentadoria não o afaste das lides profissionais e, bem assim, de seus amigos. Continue sempre prestigiando a classe biblioteconômica com o seu exemplo. São os nossos votos e o nosso apelo.

São Paulo, 17 de novembro de 1982.



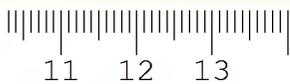
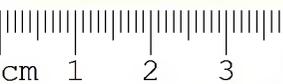
**JORNADA DE DOCUMENTALISTAS
E BIBLIOTECÁRIOS EM PARIS**

**Tema: NOVOS MEIOS DE
DISSEMINAÇÃO DA
DOCUMENTAÇÃO**

por Carminda Nogueira de Castro Ferreira
CRB-8/874

Integrada no Salão Internacional de Informática, Telemática, Comunicação e Organização de Escritórios (SICOB/82), realizou-se em Paris-La Défense, em 23 de setembro p.p., uma Jornada de Documentalistas, promovida pela Associação Francesa de Documentalistas e Bibliotecários Especializados (ADBS).

A primeira comunicação, apresentada por J. C. Bonhomme, da Micro Éditions des Arts et des Sciences, versou sobre "O papel da micro-edição na edição documental". O autor destacou a importância da micrográfica na cadeia documental, pela economia de tempo e de espaço que proporciona ao armazenamento e difusão das informações. Salientou que a microforma não pretende, nem conseguirá, substituir o papel; será um complemento do mercado editorial, esmagado sob montanhas de novas publica-



ções. Mesmo o aparecimento de novas “memórias” em sofisticados computadores ou as novas técnicas como o videodisco, não vão prejudicar o desenvolvimento da micro-edição, sempre interessante pelas diferentes aplicações que podem ter.

Y. Richard, da Crédinfor, Paris, apresentou os diversos equipamentos das “Impressoras a laser” relacionando-os com a documentação. Esta nova tecnologia, recentíssima, já envolve quase uma centena de empresas nos Estados Unidos, Alemanha e Japão; em 1985 já devem estar no mercado mundial 35 mil impressoras a laser. A que necessidades dos usuários em geral e dos documentalistas em particular vai servir a impressora a laser? Para os documentalistas, o autor ressalta a conveniência para imprimir “thesaurus”, índices, boletins sinaléticos, catálogos etc., pela superior qualidade de impressão e pelo menor custo quando se trata de duplicar menos de mil exemplares.

“Do videodisco ao disco ótico numérico”, foi a comunicação de R. Maes, do Instituto Nacional de Audiovisual. Aos documentalistas que trabalham com audiovisuais deve interessar tanto o videodisco que registra imagens e, acessoriamente, sons quanto o disco ótico numérico que, além de imagens e sons, também registra textos.

Dentro do mesmo assunto Mme B. Laurent apresentou o videodisco URBA-MET, em funcionamento no estande do “Télésystemes”.

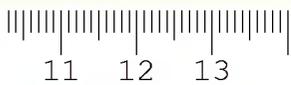
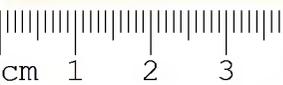
Mme Girar, do Instituto Francês do Petróleo, apresentou “O correio eletrônico como subsídio aos serviços de in-

formação”. Em uso desde 1979 no Centro de Documentação do IFP, esse serviço tornou-se parte integrante da empresa pelas múltiplas aplicações.

O diretor de Informática, da Didot-Botin, H. de Lacotte apresentou os serviços de videotexto, oferecidos pelo terminal Minitel, ligado à rede telefônica, com todas as variantes de uso mais avançadas.

A Jornada terminou com uma Mesa-Redonda coordenada pelo diretor da revista “Documentaliste”, durante a qual foram apresentadas várias manifestações sobre a necessidade de os bibliotecários se atualizarem em novas técnicas de disseminação da informação pelo papel importante que lhes cabe nessa área e para evitar o perigo de serem “passados para trás”. Essas novas técnicas exigem dos bibliotecários e documentalistas uma qualificação profissional mais avançada e um conhecimento mais detalhado de todas as variantes para, nas opções que porventura se proponham, saibam tomar decisões acertadas ou alertar para os perigos dos modismos nas inovações nesse importante campo do tratamento e difusão da informação científica e técnica – área privativa de sua atuação profissional.

Tais comentários e manifestações são muito válidas para nosso ambiente profissional e teremos oportunidade de os repetir e desenvolver durante o Seminário “Informática e Biblioteconomia”, que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de outubro, p. f. integrado no XVI Congresso Nacional de Informática.



3º Congresso Internacional de Informática Jurídica

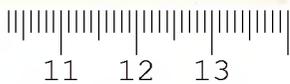
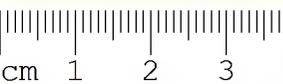
Tema: A INFORMÁTICA JURÍDICA E AS COMUNIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

*por Manfredo Gervasi**

Nos dias 9 a 14 de maio de 1983 realizou-se no Palácio dos Congressos em Roma (Itália) o 3º Congresso Internacional de Informática Jurídica.

Esta manifestação, que se realiza a ritmo quinquenal, comemorou o decênio da fundação do Centro Eletrônico de Documentação (CED) do Supremo Tribunal de Justiça. Hoje, tal organismo está sob a direta dependência do primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça e conta com cerca de duzentos e vinte pessoas entre magistrados, funcionários, secretários, coadjuutores e pessoal auxiliar. A idelização do centro deve-se a três magistrados: Vittorio Novelli (hoje diretor do Centro), Renato Borruso e Alessandro Falcone que, de início, pensavam em memorizar o fichário manual, no qual eram recolhidos os dados das sentenças do Supremo Tribunal de Justiça, e servir-se do elaborador eletrônico para

* Da Fondazione Ugo Bordoni, Roma, Itália.



recolher e procurar automaticamente os dados das sentenças. Somando-se a este primeiro arquivo do CED, viriam a constituir-se e acrescentar-se os arquivos do Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas, do Conselho de Estado, dos Juízes de Mérito, do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia e do Tribunal dos Direitos do Homem, das Normas Estaduais e Regionais, dos Contratos Coletivos de Trabalho, da Doutrina Jurídica e da Doutrina Informática. Outros arquivos, que representam os setores da legislação, da jurisprudência e da bibliografia, possuem arquivos auxiliares: um deles contém dados relativos a todos os advogados da Itália; outro serve ao treinamento no uso do terminal e do sistema de busca, mediante o mesmo terminal; outro ainda, contém a classificação de todos os recursos civis propostos ao Tribunal de Justiça.

Durante todo o Congresso foi possível consultar os vários arquivos do CED, que atualmente têm em linha (online) cerca de um milhão e meio de documentos.

A cerimônia de abertura realizou-se na presença do Presidente da República, com a saudação do Prof. Giuseppe Mirabelli, primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça, com a saudação do adv. Giancarlo De Carolis, vice presidente do Conselho Superior da Magistratura, com o discurso inaugural do On. Cleio Darida, Ministro da Graça e Justiça, e com a relação geral do Dr. Vittorio Novelli, Diretor do Centro Eletrônico de Documentação do Supremo Tribunal de Justiça. O Dr. Ugo Monaco, Diretor Geral do Ministério dos Correios e das Telecomunicações, também proferiu uma saudação.

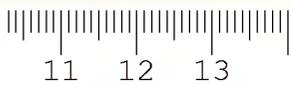
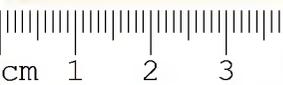
O tema geral "A informática jurídica e as comunidades nacionais e internacionais" desenvolveu-se através dos trabalhos paralelos das seguintes sessões: I Sessão: Desenvolvimento do "Information Retrieval" no setor jurídico: experiências adquiridas, projetos de novos sistemas e evolução dos sistemas existentes; II Sessão: Ordenação Jurídica e Informática; III Sessão: Informática Jurídica Geral: os arquivos; IV Sessão: Arquivos de Informática Jurídica especializada e colaboração entre administrações públicas; V Sessão: Informática Judiciária; VI Sessão: Informática e Jurisprudência de mérito: o objeto, o método e a organização; VII Sessão: Difusão dos dados.

Foram apresentadas, nas sete sessões, 146 comunicações, recolhidas, na maior parte, nos anais à disposição dos participantes.

Como demonstração foi possível efetuar experimentos de consultas de numerosos bancos de dados, nos setores mais variados, seja através das ligações via EUNET (rede das Administrações P. T. Européias), seja através das ligações via DARDO (Direct Access to Remote Database Overseas do ITALCABLE) para bancos de dados do outro lado do oceano.

O Centro Eletrônico de Documentação (CED) do Supremo Tribunal de Justiça, em colaboração com a SIP (Sociedade concessionária do serviço telefônico local na Itália), tinha vários terminais ligados ao Palácio de Justiça em Roma, seja através das linhas especiais, seja através da rede comutada.

Na figura 1, vem esquematizada a ligação para um usuário não-europeu do



CED. O acesso ao Centro Eletrônico de Documentação do Supremo Tribunal de Justiça, é regulado pelo D.P.R. de 21 de maio de 1981 n. 322 (G.U. n. 175 do 27/6/1981, p. 4103-4104) e feito através de aparelhos terminais que podem também ser alugados pela SIP.

O Congresso, que foi encerrado pelo primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça, demonstrou que a Informática Jurídica é uma realidade não somente na Itália mas em todos os países do mundo. Pôde constatar-se, de fato,

o extremo interesse com que foram seguidos os trabalhos não somente dos representantes dos países de tecnologia avançada, França, Alemanha e Reino Unido, mas também daqueles países que há só agora tomaram contato com a informática como a China Popular, Angola, Bulgária, Cuba, etc.

Estavam presentes cerca de 1400 participantes: altos magistrados, diretores gerais da Administração Pública, professores universitários, profissionais liberais e peritos da matéria, entre os quais 350 estrangeiros provenientes de 59 países.

ACESSO AO CED PARA OS USUÁRIOS NÃO-EUROPEUS

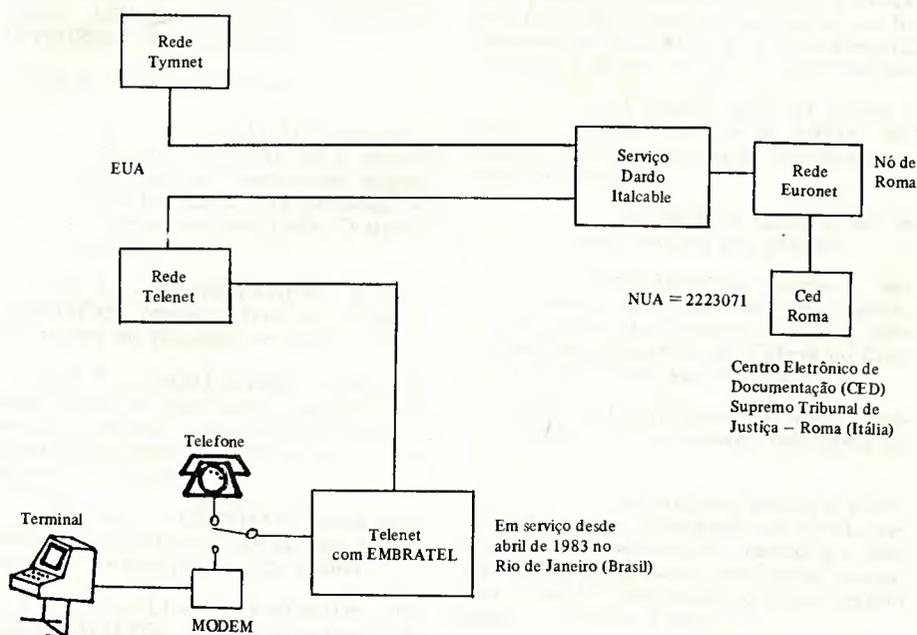
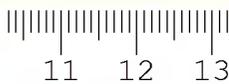
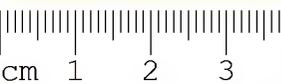


Fig. 1: Esquema de ligação para o acesso ao Centro Eletrônico de Documentação (CED) do Supremo Tribunal de Justiça em Roma, por um usuário brasileiro.



1. O presente Memorando de Entendimento tem por objetivo estabelecer as condições para a realização de uma reunião de trabalho entre os membros das Comissões de Trabalho de Assessoramento Pedagógico (CTAP) das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, visando à elaboração de um plano de trabalho conjunto para o ano letivo de 2010.

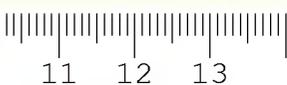
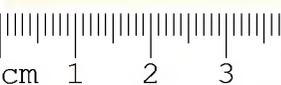
2. A reunião será realizada no dia 15 de maio de 2010, às 14h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba, Rua da Liberdade, 1000, Curitiba, Paraná.

PARTEICIPANTES

1. Representantes das Comissões de Trabalho de Assessoramento Pedagógico (CTAP) das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.



3. Este Memorando de Entendimento será assinado por todos os participantes e terá validade a partir da data de sua assinatura.



Guia aos Colaboradores

1 — INFORMAÇÕES — INSTRUÇÕES

1.1 — *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBB é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 — *Tipos de Colaboração*

1.2.1 — A 1ª Seção da RBBB é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 — *Outras Seções:*

1.2.2.1 — LEGISLAÇÃO: referenciação (leis, decretos, portarias, etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 — REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 — NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos, etc.;

1.2.2.4 — RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBB;

1.2.2.5 — LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme PNB - 66/1970.

1.3 — *Escolha da matéria dos fascículos*

Sempre que possível a matéria dos itens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 — REGULAMENTO

2.1 — *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhadava, 40, conj. 110, São Paulo, SP - CEP 01306.

2.1.2 — A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBB, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico.

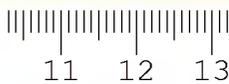
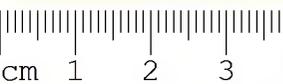
2.1.3 — Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 — Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 — Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 — Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBB, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 — O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer



necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 — A RBBB se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações (“copidescagem”) será dada ciência ao autor.

2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 10 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — Traduções

Devem ser submetidas à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 — ser datilografados, em espaço duplo, numa só face de folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. A Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

- a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
- b) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- c) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
- d) data, de apresentação do artigo à Redação.
- e) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

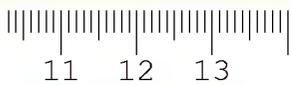
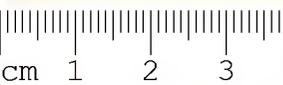
Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGEM* D. J. Simpson**

* Do artigo “Before the machines come”, publicado em *Aslib Proceedings* 20 (1): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as “Normas de Apresentação Tabular” estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. *V. Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutiva-



mente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.9 — devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências-bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

3.10 — as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 — seguir as normas de referência bibliográfica, pela ABNT: P-NB 66/1970. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. A Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos:

1 — *Livros*:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 — *Traduções*:

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de informação em bibliotecas*. Information services in libraries. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 — *Parte de obra*:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t. 1, p. 129-53.

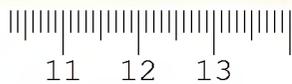
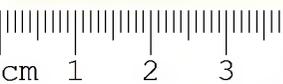
4 — *Artigos de periódico*:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT:PNB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 — usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 — apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.



DECLARACION

Yo, el Sr. [Nombre], de nacionalidad [País], con DNI [Número],

declaro que soy el propietario de [Descripción del terreno], sito en [Dirección], con una extensión de [Superficie] metros cuadrados.

Este terreno se encuentra libre de gravámenes, hipotecas, embargos o cualquier otro tipo de cargas que impidan su libre disposición.

Asimismo, declaro que no tengo conocimiento de ninguna otra persona que pueda tener derechos sobre el mismo.

Esta declaración es cierta y verdadera, y la hago en plena conciencia y voluntad, sin coacción alguna.

En fe de lo cual, he firmado la presente declaración en [Lugar] a los [Día] de [Mes] de [Año].

Firma: [Firma manuscrita]

Nombre: [Nombre completo]

Yo, el Sr. [Nombre], de nacionalidad [País], con DNI [Número],

declaro que soy el propietario de [Descripción del terreno], sito en [Dirección], con una extensión de [Superficie] metros cuadrados.

Este terreno se encuentra libre de gravámenes, hipotecas, embargos o cualquier otro tipo de cargas que impidan su libre disposición.

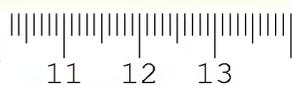
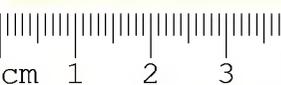
Asimismo, declaro que no tengo conocimiento de ninguna otra persona que pueda tener derechos sobre el mismo.

Esta declaración es cierta y verdadera, y la hago en plena conciencia y voluntad, sin coacción alguna.

En fe de lo cual, he firmado la presente declaración en [Lugar] a los [Día] de [Mes] de [Año].

Firma: [Firma manuscrita]

Nombre: [Nombre completo]



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

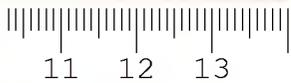
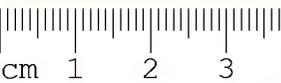
Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 16 n.º 1/2, jan./jun. 1983

Nome/Name:

Endereço/Address:

Data/Date:

(a)





100

1000

10000

100000

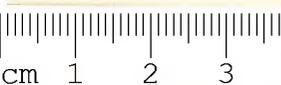
1000000

10000000

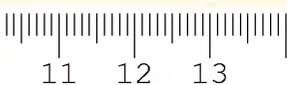
100000000

1000000000

10000000000



Digitalizado
gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Literature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 - 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1—10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)

1982, 15 (1/4)

1983, 16 (1/4)

Composição e arte final:

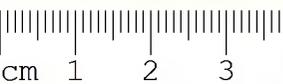
Almerindo Paulo de Carvalho

Impressão e Acabamento:

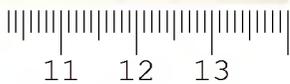
grafistyl editora gráfica Ltda.

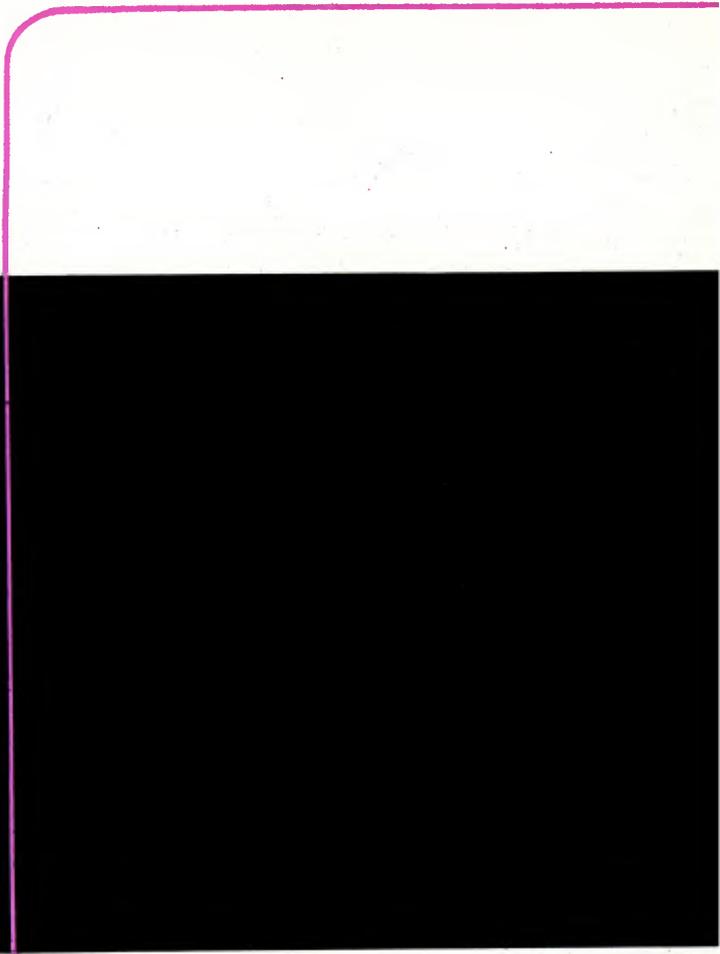
tel.: 66-0220

são paulo - sp

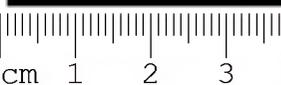


Digitalizado
gentilmente por:





Cr\$ 2.500,00



Digitalizado
gentilmente por:

